

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO



Leslie Loreto Mora Gonzalez

**Assessoria e Assistência Técnica no Rio de Janeiro
Reflexão crítica sobre a práxis**

Dissertação de mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio.

Orientadora: Profa. Rachel Coutinho M. da Silva

Rio de Janeiro,
maio de 2023



Leslie Loreto Mora Gonzalez

Assessoria e Assistência Técnica no Rio de Janeiro
Reflexão crítica sobre a práxis

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo:

Profa. Rachel Coutinho M. da Silva

Orientadora

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – PUC-Rio

Prof. Amaro Sérgio Marques

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - PUC-Rio

Profa. Silke Kapp

NPGAU - Escola de Arquitetura – UFMG

Profa. Tatiana Terry

Departamento de Arquitetura e Urbanismo - PUC-Rio

Rio de Janeiro, 17 de maio de 2023

Todos os direitos reservados. A reprodução, total ou parcial, do trabalho é proibida sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Leslie Loreto Mora Gonzalez

Graduou-se em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP, em São Paulo, em 2007. Participou de diversas assessorias técnicas em São Paulo trabalhando com participação popular e tecnologia em habitação de interesse social. Desenvolve trabalhos de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo junto a movimentos de moradia no Estado do Rio de Janeiro, através da Arche Projetos Participativos.

Ficha catalográfica

Mora Gonzalez, Leslie Loreto

Assessoria e assistência técnica no Rio de Janeiro: reflexão crítica sobre a práxis / Leslie Loreto Mora Gonzalez; orientadora: Rachel Coutinho M. da Silva. – 2023.

168 f.: il. color.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 2023.

Inclui bibliografia

1. Arquitetura e Urbanismo – Teses. 2. Assessoria técnica. 3. Assistência técnica. 4. Favelas no Rio de Janeiro. 5. Práticas colaborativas. I. Silva, Rachel Coutinho M. da. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD: 720

Para Liliana e Lisa,
as duas grandes mulheres de minha vida.

Agradecimentos

Agradeço a minha orientadora, Rachel Coutinho por todo apoio, pela orientação cuidadosa e confiança que teve na realização desta pesquisa.

A Yvonne Mautner, meu agradecimento pela compreensão que teve, em outro momento da vida, ao me dizer para não desistir do mestrado no Rio de Janeiro.

Aos colegas do mestrado na PUC-Rio, que em plena pandemia decidiram se voltar para a pesquisa e produzir conhecimento num momento em que não sabíamos o que nos esperava no futuro. As trocas e o companheirismo foram as melhores coisas que podíamos ter feito e fizemos.

A Elsa Burguière, parceira na Arche, no trabalho, na maternidade, nas conversas sobre a vida e a arquitetura, no objetivo em comum de sermos assessoras técnicas no Rio de Janeiro.

Aos colegas da Usina, que tanto contribuíram para me formar nesse caminho do ofício dos assessores técnicos.

A minha família, pelo apoio incansável, mesmo com todas as dificuldades. Um agradecimento especial à minha mãe Liliana, que não deixou faltar a palavra certa de carinho, amor e confiança neste processo.

A Felipe Araujo, camarada de luta e de militância, que foi certo ao me dizer como deveria encarar o mestrado depois de 10 anos de uma tentativa frustrada, sendo mãe e enferrujada com os estudos.

A Fernando, companheiro de vida e maternidade, pelo enorme incentivo e apoio em finalizar esta etapa da vida.

A todas as mulheres que lutam por habitação para todos e cuidam cotidianamente para que a moradia seja um direito. Em especial a D. Helen, Saney, Jurema, Lurdinha, Fátima, Jacira, Pilar, Grazia e tantas outras que construíram uma trajetória de luta e que tive o prazer de conhecer e conviver.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Resumo

Mora Gonzalez, Leslie Loreto; Coutinho M. da Silva, Rachel. **Assessoria e Assistência Técnica no Rio de Janeiro: reflexão crítica sobre a práxis**. Rio de Janeiro, 2023. 168p. Dissertação de Mestrado - Departamento Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa aborda a experiência de assessorias técnicas e assistência técnica à Habitação de Interesse Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), nos últimos 20 anos. A intenção é refletir sobre a prática hoje, tendo em vista a transformação que a experiência tem sofrido ao longo dos últimos anos. Consagrada a partir da lei federal de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, 11.888 de 2008, o **assessoramento** em arquitetura e urbanismo existe antes mesmo dela e, de acordo com a lei, se caracteriza por permitir que populações que não podem pagar por serviços de arquitetura e urbanismo tenham “o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia” (Art. 2o., Lei 11.888/2008).

As noções de **práxis** e de **direito à cidade** de Lefebvre (1969) e de **grupo sócio-espacial** de Kapp (2018) serão base para a investigação e compreensão das práticas.

A partir de entrevistas de profissionais e população que tenham participado dos 3 estudos de caso, será feita uma análise crítica das experiências, que são: a Projeto Arquiteto de Família - Melhorias Habitacionais do Morro Vital Brazil, em Niteroi, da ONG Soluções Urbanas; A reabilitação para moradia de um edifício ocioso, a Ocupação Manoel Congo, realizado pelo NAPP – Núcleo assessoria, planejamento e pesquisa, no centro da cidade do Rio de Janeiro e o Mulheres em Ação, melhorias e capacitação para pequenas reformas junto a um coletivo de mulheres negras, realizado pela Arche Projetos Participativos, em Campo Grande, zona oeste do Rio de Janeiro.

Palavras chaves

Assessoria técnica; assistência técnica; favelas no Rio de Janeiro; práticas colaborativas.

Abstract

Mora Gonzalez, Leslie Loreto; Coutinho M. da Silva, Rachel (Advisor). **Advice and Technical Assistance in Rio de Janeiro: Critical reflection on praxis.** Rio de Janeiro, 2023. 168p. Dissertação de Mestrado - Departamento Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This research addresses the experience of technical advisory services and technical assistance to Social Interest Housing in the Metropolitan Region of Rio de Janeiro (RMRJ), in the last 20 years. The intention is to reflect on the practice today, in view of the transformation that the experience has undergone over the last few years. Consecrated from the federal law of Technical Assistance for Housing of Social Interest, 11,888 of 2008, advice in architecture and urbanism existed even before it and, according to the law, is characterized by allowing populations that cannot pay for architecture and urbanism have “the right to public and free technical assistance for the design and construction of housing of social interest for their own housing” (Art. 2o., Law 11.888/2008).

Lefebvre's notions of praxis and right to the city (1969) and Kapp's socio-spatial group (2018) will be the basis for the investigation and understanding of practices.

Based on interviews with professionals and the population who have participated in the 3 case studies, a critical analysis of the experiences will be made, which are: the Family Architect Project - Housing Improvements in Morro Vital Brazil, in Niteroi, by the NGO Soluções Urbanas; Rehabilitation for housing of an idle building, Ocupação Manoel Congo, carried out by NAPP – Core advisory, planning and research, in downtown Rio de Janeiro and Mulheres em Ação, improvements and training for small renovations together with a collective of black women, carried out by Arche Projetos Participativos, in Campo Grande, west zone of Rio de Janeiro.

Key words

Technical Advisory practices; technical assistance; favelas in Rio de Janeiro; collaborative practices.

Sumário

1. Introdução	13
1.1. Contextualização da questão.....	13
1.2. Objetivos.....	19
1.3. Questões primordiais no caminho da pesquisa.....	20
1.4. Quadro referencial teórico.....	23
1.5. Casos referência.....	28
1.6. Organização da pesquisa.....	33
2. Assessoria e assistência técnica: Polissemia de atuações	35
2.1. Um olhar para as interações entre técnicos e populações	35
2.2. Assessoria e assistência técnica: a discussão recente.....	37
3. Linha do tempo	50
3.1. Uma tentativa de periodização da experiência fluminense.....	50
3.2. FASE - RJ.....	55
3.3. Núcleo ARCO.....	60
3.4. NEPHU - UFF.....	64
3.5. Fundação Bento Rubião.....	65
3.6. Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP-Rio.....	72
3.7. Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha.....	74
3.8. Chiq da Silva.....	76
3.9. Um pequeno salto: algumas experiências e praticas atuais.....	77
4. A experiência pioneira	80
5. Política habitacional no Rio de Janeiro: a favela como foco	89
5.1. A política habitacional na cidade do Rio de Janeiro: um sobrevoo.....	89
6. Casos referencias	97
6.1. Projeto Arquiteto de Família, Morro Vital Brazil - Niterói	98
6.2. Ocupação Manuel Congo. Rio de Janeiro, Centro.....	116
6.3. Coletivo de mulheres e práxis: O projeto Mulheres em Ação.....	134
7. Conclusões	151
7.1. Ponto de partida para algumas considerações.....	151
7.2. Algumas reflexões iniciais	152
8. Referências Bibliográficas	162

Lista de siglas

ABCP	Associação Brasileira de Cimento Portland
ATHIS	Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social
ATME	Programa de Assistência Técnica para Moradia Econômica
BNH	Banco Nacional de Habitação
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CEF	Caixa Econômica Federal
CODESCO	Companhia de Desenvolvimento de Comunidades
COHABs	Companhia Habitacional
CONCLAT	Conferencia Nacional das Classes Trabalhadoras
COOPMANH	Cooperativa Mista e de Consumo de Nova Holanda
CPC-USP	Centro de Preservação Cultural – Casa de D. Yaya
CPPATHIS	Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social
CREA	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CREA/RS	Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Rio Grande do Sul
CUB	Conselho de União dos Bairros
FAFEG	Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara
FAFERJ	Federação das Associações de Favelas no Estado do Rio de Janeiro
FAMERJ	Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FASE-RJ	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – Rio de Janeiro
FAU USU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula
FAU-USP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCDDHBR	Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião
FINEP	Financiadora de Estudo e Projetos
FNA	Federação Nacional dos Arquitetos
FNHIS	Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social
FUCVAM	Federacion de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua
FUNAPS	Fundo
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IAB-RJ	Instituto de Arquitetos do Brasil – Rio de Janeiro
LABHAB	Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo
MAB	Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu
MC	Ministério das Cidades
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MUD	Movimento Universitário pelo Desfavelamento
NAPP	Núcleo de Assistência, Planejamento e Pesquisa
NEPHU	Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos
ONG	Organização não governamental
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAP-Rio	Programa de Aperfeiçoamento Profissional
PCRJ	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMCMV-E	Programa Minha Casa Minha Vida - Entidades
PNH	Política Nacional de Habitação
PSM	Programa Produção Social da Moradia
PT	Partido dos Trabalhadores
RMRJ	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo
SAERGS	Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul

SAGMACS	Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UMP-RJ	União por Moradia Popular do Rio de Janeiro
UNMP	União Nacional de Moradia Popular

Lista de figuras

Figura 1: Vista do Morro Vital Brazil	30
Figura 2: Visita domiciliar no Morro Vital Brazil	30
Figura 3: Foto da fachada do edifício Ocupação Manuel Congo	32
Figura 4: Apartamento reformado do edifício Ocupação Manuel Congo	32
Figura 5: Logomarca da Cooperativa Liga Urbana	32
Figura 6: Manifestação com integrantes do CUB, em frente à ALERJ	60
Figura 7: Foto da Cooperativa Nova Holanda, recém inaugurada	63
Figura 8: Reunião e oficinas com moradores da Favela do Gato, em 1985, foto de Sergio Vilela	64
Figura 9: Tabela de cooperativas na RMRJ, até 2003	67
Figura 10: A esquerda, Cooperativa Shangri-lá em Jacarepaguá – Rio de Janeiro. A direita, Cooperativa Ipiiba – 1ª. Fase, em São Gonçalo	68
Figura 11: Capa e miolo da Cartilha Rocinha Mais Legal, sobre regularização fundiária	71
Figura 12: Desenho de esquema de ventilação/iluminação para quarto em casa na Vila São Bento, Bangu, elaborado por um dos 20 arquitetos residentes	73
Figura 13: Subdivisão da Rocinha em oito áreas de planejamento, proposto pela equipe de Luis Carlos Toledo	75
Figura 14: Reunião com a população	75
Figura 15: Propostas de alterações dos cômodos já existentes do antigo Hotel da Ocupação Chiquinha Gonzaga	77
Figura 16: Tabela com percentual de população em favelas no Rio de Janeiro	87
Figura 17: Mapa do bairro Vital Brazil mostrando o IVB, o PMF e a Favela Cavalão/Vital Brazil	102
Figura 18: Valores do FNHIS repassados ao PAF Morro Vital Brazil	104
Figura 19: Valores do FNHIS repassados ao PAF Morro Vital Brazil	105
Figura 20: Ícones para mapa de riscos	108
Figura 21: Exemplo de aplicação do Mapa de Riscos em planta.	109
Figura 22: Obras de melhorias urbanas no Morro Vital Brazil	110
Figura 23: Cartaz e imagem de um morador na Feira de Trocas Solidária.	111
Figura 24: Cartilha de Conforto térmico	112
Figura 25: Linha do tempo da ONG Soluções Urbanas.	113
Figura 26: Principais ocupações no Rio de Janeiro.	118
Figura 27: Localização da Ocupação Manuel Congo, na Cinelândia	120
Figura 28: Planta com layout de um dos pavimentos da Ocupação Manuel Congo	124
Figura 29: Corte esquemático do edifício	125
Figura 30: Planta do pavimento tipo Ocupação Manuel Congo	128
Figura 31: Fotos durante a obra da Ocupação Manuel Congo	129
Figura 32: Fotos mostrando a livre escolha dos materiais dos moradores	130
Figura 33: PMCMV-Entidades – Número de unidades contratadas por Estado a partir de dados da CEF - 2015	131
Figura 34: PMCMV-Entidades – Número de unidades contratadas x Unidades déficit habitacional CEF - 2015	132
Figura 35: Foto aérea do Bosque das Caboclas. No detalhe, mapa da cidade do Rio de Janeiro, mostrando Campo Grande em vermelho	140
Figura 36: Fotos das atividades durante o Mulheres em Ação	143
Figura 37: Esquema para jardim de chuva e captação de águas pluviais	147
Figura 38: Dados iniciais entre as 3 experiências	152

De fato, fomos vendo que o mais fascinante resultado do que fazíamos era o que acontecia a partir daí e totalmente fora de nosso controle. Quanto mais inventávamos sofisticadas maquinações sobre o espaço, a economia e os comportamentos sociais, mais éramos superados pelos processos do dia-a-dia individual e coletivo dos moradores.

Carlos Nelson Ferreira dos Santos
Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?

1 Introdução

É preciso se libertar das “amarras”, não jogar fora simplesmente o passado e toda a sua história; o que é preciso, é considerar o passado como presente histórico. O passado, visto como presente histórico é ainda vivo, é um presente que ajuda a evitar as várias arapucas. Diante do presente histórico, nossa tarefa é forjar um outro presente, “verdadeiro”, e para isso é necessário não um conhecimento profundo de especialista, mas uma capacidade de entender historicamente o passado, saber distinguir o que irá servir para as novas situações de hoje que se apresentam a vocês, e tudo isto não se aprende somente nos livros.

LINA BO BARDI

1.1 Contextualização da questão

O **assessoramento técnico** e a **assistência técnica para a habitação de interesse social** constituem um campo de atuação do arquiteto e urbanista cuja definição pode ser entendida, de maneira muito simplificada, como voltado para a garantia do direito à moradia a populações de baixa renda.

Num país com a realidade urbana brasileira onde boa parte de nossas cidades, à primeira vista, aparenta ter muito *por fazer* -em questões de mobilidade, de disponibilidade de áreas verdes, de infraestrutura urbana e, principalmente, nas questões de acesso a moradia - a ideia da transformação a partir da arquitetura e urbanismo, que muitos arquitetos levantaram e levantam como prática profissional em relação às cidades de um capitalismo periférico, é recorrente. Historicamente esse debate reaparece e se reinventa de diversas maneiras. No entanto, esse olhar à primeira vista – *o tudo por fazer* - não é absolutamente real: muito já foi feito, modificado e transformado. Seja de maneira espontânea pelas populações, organizadas politicamente ou não, seja pela ação do estado – que regula ou se isenta da política habitacional e urbana - há inúmeras experiências que podemos elencar que tentaram a transformação da realidade urbana a partir do direito à moradia. Nesse processo tomamos a atuação de técnicos que, coletivamente ou isoladamente, promoveram uma prática crítica em relação a situação de nossas cidades, especialmente agindo em função da classe trabalhadora: advogados, geógrafos, biólogos, assistentes sociais, engenheiros e, claro, arquitetos e urbanistas. É sobre essas práticas, que em determinado momento assumiram o nome de **assessoria e assistência técnica em**

arquitetura e urbanismo, que esta pesquisa pretende tocar. Mais especificamente, aquelas realizadas no Rio de Janeiro e que se entendem como *práxis* atreladas ao direito à cidade. Como explica Lefebvre (2001), o direito a cidade torna-se dinâmica fundamental para a superação das contradições da cidade capitalista.

A assessoria técnica e assistência técnica em arquitetura e urbanismo se consagra recentemente como campo profissional a partir da lei federal de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social, 11.888 de 2008 – também conhecida como Lei de ATHIS - após um longo período de luta por profissionais e pelo movimento social em prol da Reforma Urbana e, também, de um processo dentro das esferas parlamentares para sua aprovação. De acordo com o texto da lei se caracteriza por permitir que populações que não podem pagar por serviços de arquitetura e urbanismo tenham “*o direito à assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social para sua própria moradia*” (Art. 2o., Lei 11.888/2008). Mas a assessoria técnica em arquitetura e urbanismo existe antes mesmo dela e é importante entender as diversas formas de atuação que surgiram ao longo da história e a especificidade de cada experiência para termos um panorama mais definido do que foi a experiência em território fluminense.

Ermínia Maricato (2003) aponta que a partir da década de 80, os centros metropolitanos no Brasil viveram uma explosão urbana nunca antes vista, ocasionando a “*primeira vez na história do país registram-se extensas áreas de concentração de pobreza, a qual se apresentava relativamente esparsa nas zonas rurais antes do processo de urbanização*” (MARICATO, 2003, p. 52). Essa explosão da urbanização das cidades brasileiras resultou em habitações precárias sem acesso à saneamento e abastecimento de água, assentamentos espontâneos densos e ocupações irregulares na periferia dos centros urbanos. Um grande número de trabalhadores sem acesso a moradia, vivendo de aluguel ou em coabitação e aos quais lhe restava apenas a autoconstrução, processo descrito por diversos autores, como Kowarick (1983, 2000), Maricato (1983) e Oliveira (2006), como maneira de conseguirem a moradia. Por outro lado, o estado colocou em prática, ao longo dos anos de urbanização acelerada, políticas habitacionais das mais variadas. Passamos de políticas de erradicação de favelas, remoção combinadas com reassentamento em conjuntos habitacionais distantes dos centros urbanos, programas de acesso à moradia mediante financiamento - como foi o BNH - e programas chamados de anticíclico de massiva produção

habitacional por adotarem medidas que usavam a grande quantidade de trabalhadores resultantes da construção civil como resposta a crises econômicas, como foi o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

A gênese dessa prática no Brasil – de assessoria e assistência técnica - conforme nos mostra Magaly Pulhez (2007) inicia-se como uma tentativa de, num primeiro momento, questionar e, num segundo, de realizar práticas alternativas a política habitacional do estado. Com experiências isoladas no início, esses profissionais tentam de alguma maneira exercer a função social da arquitetura e urbanismo¹. Conforme Pulhez (2007), João Marcos Lopes (2011) e Fernanda Cardoso (2021) dentre essas experiências, que surgem antes mesmo da década de explosão urbana à qual se refere Maricato, podemos destacar a ação da SAGMACS (Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) entre 50 e 60 no Brasil em várias cidades do país; a experiência de Cajueiro Seco, Pernambuco, tendo a frente o arquiteto Acácio Gil Borsoi, entre 1960-64 e, uma das mais importante para esta pesquisa, a urbanização da favela de Brás de Pina, no Rio de Janeiro, entre 1964 e 1969, realizada pelo grupo Quadra, tendo participado o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Esta última é considerada uma das primeiras experiências que mais se aproxima do que hoje conhecemos como assessoria técnica e assistência técnica em habitação de interesse social, por autores como Lopes (2011) e Cardoso (2021).

Essas experiências, embora diversas e contraditórias em muitos momentos, tem em comum o fato de serem de pequeno porte, essencialmente locais e com certa interlocução com a classe trabalhadora articulada sob as suas diversas formas de organização no momento histórico na qual ocorreram. Aliado a isso havia nelas, ainda que de maneira sutil, uma crítica ao formato convencional de atuação dos arquitetos da época e do estado.

¹ A noção de função social do arquiteto que trazemos está nos termos do que discute Villanova Artigas na prova didática ao qual foi submetido para voltar a ser professor na Faculdade de Arquitetura da USP, em 1984: uma função que leva em conta o movimento moderno e os anseios dos profissionais da época, alimentados pelos ganhos da Revolução Russa e da possibilidade de uma revolução social no horizonte: “(...) *participar, com a própria arquitetura, das mudanças sociais do mundo de então*”(ARTIGAS, 1989, p. 14). De certa maneira a base da visão de Artigas, embora este defendesse a industrialização da produção habitacional (um dos elementos criticados pelos arquitetos e urbanistas que atuam em assessorias técnicas), fazia parte da gênese das assessorias técnicas de São Paulo, como aponta Arantes (2002) e também de outras experiências que se seguiram.

Em meados da década de 70, os sindicatos de arquitetura e urbanismo entram nesse debate e pautam de maneira mais contundente a necessidade da arquitetura e urbanismo olhar para a realidade de nossas cidades e para as necessidades da classe trabalhadora, principalmente a partir da consigna da Reforma Urbana. Segundo Cardoso (2021), se destaca a atuação do Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) e da figura de Clovis Ilgenfritz, idealizador – juntamente com outros arquitetos – da proposta denominada Programa de Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME), uma espécie de embrião da atual Lei de ATHIS, que já grafava o termo **assistência técnica**. Mais tarde O deputado federal Zezéu Ribeiro, da Bahia, leva adiante a proposta de transformar em lei federal o texto da ATME e com isso, em 2008, juntamente com apoio dos movimentos sociais e dos militantes em torno da Reforma Urbana, aprova-se a Lei 11.888/2008, também conhecida como **Lei de ATHIS**, momento que marca definitivamente a prática.

Por outro lado, a década de 80 trás à tona uma geração de assessorias técnicas que atua de maneira mais coesa e sistemática na região metropolitana de São Paulo (RMSP). Fruto da combinação - antes mesmo da década de 80, como afirma Lopes (2011) - do surgimento de diversos laboratórios de habitação que existiam nas faculdades de arquitetura e da implantação do FUNAPS Comunitário (Ronconi, 1995) - política habitacional do município de São Paulo que garantia aos movimentos de moradia o acesso aos recursos do Fundo Municipal de Habitação para construção de moradias através do regime de mutirão (ajuda-mútua). Inúmeros escritórios, ONGs, coletivos e cooperativas de arquitetos e urbanistas – muitas vezes de equipes multidisciplinares - surgiram nesse período e no início da década de 90, sendo assessores dos movimentos e se posicionando como aliados destes. Muito influenciados pelo movimento de cooperativas habitacionais da FUCVAM (Federacion de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua) no Uruguai, essa geração reconhece e difunde o termo **assessoria técnica aos movimentos de moradia**, cujas práticas principais estão ligadas a ascensão dos movimentos sociais em São Paulo que emergem desde a década de 70, ao qual Eder Sader (1988) descreve como “*os novos movimentos sociais que politizavam espaços antes silenciados na esfera privada. De onde ninguém esperava, pareciam emergir novos sujeitos coletivos, que criavam seu próprio espaço e requeriam novas categorias para sua inteligibilidade*” (SADER, 1988, p. 36).

As experiências em São Paulo impressionam pelos números, variedade e também pelo corpo mais sólido de profissionais que aderiram a ela, mas ao mesmo tempo precisam ser compreendidas na singularidade histórica, política e material na qual foram forjadas. Não é a intenção desta dissertação comparar essa experiência com a fluminense, mas olharmos um pouco mais de perto essa prática paulista nos dá parâmetros mais consistentes para destrincharmos a práxis local.

Inúmeras outras experiências de assessorias técnicas surgiram nas mais diversas regiões metropolitanas, no bojo da redemocratização política pós década de 80 e fruto desse fio histórico apontado, como em Recife, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e, claro, Rio de Janeiro. Algumas ligadas ao movimento de moradia, à luta pela Reforma Urbana, outras aos sindicatos e entidades das categorias profissionais – como o IAB-RJ - e muitas a partir de políticas urbanas na esfera habitacional. O início das experiências em território fluminense é marcado pela política urbana nas favelas e pelas lutas dos moradores de loteamentos irregulares e clandestinos², sendo que, a primeira assessoria que podemos listar na cidade é a FASE-RJ, ONG que nasce nacionalmente ainda na década de 60, mas que inicia um grande trabalho junto a loteamentos na Zona Oeste da cidade no final dos anos 70.

Nos últimos anos temos visto um certo deslocamento do eixo das práticas das assessorias e assistência técnica em relação ao crescente debate na universidade, nas entidades que representam a categoria profissional e nos grupos ligados ao empreendedorismo social. Esse deslocamento aponta inúmeras formas da prática hoje, não apenas se restringindo à habitação social.

Para citarmos alguns exemplos no debate nas universidades, em 2011, a Universidade Federal da Bahia - UFBA cria a Residência em Arquitetura Urbanismo e Engenharia, cujo especificidade é ser um *Curso de Especialização em Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade*. Em 2019 a FAU-USP realiza dentro de um dos laboratórios da faculdade o *Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS)*, curso de 6 meses

² Segundo Antonio Augusto Veríssimo, servidor da Prefeitura do Rio de Janeiro e um dos integrantes do Núcleo de Loteamentos na época de sua criação, **loteamentos irregulares** consistem naqueles que iniciaram o processo de aprovação na prefeitura e por alguma razão não foram concluídos pelos loteadores – seja por não terem realizado as obras, por terem problemas cartoriais, por não apresentarem a titularidade individual que deve ser fornecida aos compradores posteriormente. Os **loteamentos clandestinos** seriam aqueles que sequer deram entrada e foram realizados a revelia de qualquer parâmetro urbanístico. Depoimento dado ao LEUS, do Serviço Social da PUC-Rio disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k5IqtfpRUD0>, acessado em 23/ jan/2023.

voltado para arquitetos recém-formados, de dentro ou mesmo fora da própria faculdade.

No debate a partir das entidades da categoria profissional, entre 2001 e 2003, o IAB-RJ teve a iniciativa de realizar um projeto de melhorias habitacionais em favelas, um subprograma dentro do programa de apoio às populações desfavorecidas na Região Metropolitana, denominado **Programa de Aperfeiçoamento Profissional (PAP-Rio)**, da Prefeitura do Rio de Janeiro. A proposta consistia em colocar jovens arquitetos junto a arquitetos mais experientes para realizar projetos e acompanharem a execução de obras de melhorias em 5 favelas. E mais recente, em 2016, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo a partir de uma decisão nacional dos conselheiros em plenária, orientou que 2% da arrecadação do conselho em suas unidades federativas (Estados) seria direcionada para fomentar a assistência técnica, dando margem para que inúmeras e pulverizadas ações possam ser realizadas através do CAU e suas unidades da federação (MANAIA, GUERREIRO, 2022).

Esses acontecimentos conformam hoje o assessoramento técnico e a assistência técnica com uma variedade de ações, intervenções e práticas que se caracterizam como uma verdadeira *polissemia de atuações*³. Cardoso (2021), em sua dissertação, cujo foco é a prática contemporânea das assessorias e assistência técnica, entende que as duas práticas estão em construção e podem, muitas vezes, ser complementares uma a outra (CARDOSO, 2021).

Esta pesquisa olha de maneira mais cuidadosa para a experiência fluminense, observando as singularidades da região metropolitana do Rio de Janeiro e, considerando que, diferente do que Maricato nos explica sobre a explosão urbana brasileira na década de 80, a cidade do Rio de Janeiro viveu esse momento histórico muito antes. As favelas são territórios seculares, segundo o que aponta Licia Valladares ao afirmar que o “*processo de construção social da favela [foi] iniciado antes mesmo de as ciências sociais entrarem em cena*” (VALLADARES, 2000, p 5).

³ Utilizo aqui a expressão que foi dita pela professora Cibele Rizek, na banca de defesa do mestrado de Fernanda Simon Cardoso, em 2021, para designar a enorme diversidade de práticas que existem hoje em relação ao assessoramento técnico.

1.2 Objetivos

O objetivo geral deste trabalho é refletir criticamente sobre as práticas do que hoje conhecemos mais especificamente como **assessorias técnicas** e **assistência técnica** em arquitetura e urbanismo, na região metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), a partir da pesquisa de 3 experiências, que foram realizadas entre 2001 e 2019.

Dessa maneira, o percurso da pesquisa é, dentre as várias experiências que existiram em território fluminense, elaborar uma reflexão sobre o caminho percorrido por essas experimentações, experiências e lutas pelo direito à cidade, tentando assim realizar uma crítica à prática local.

O objeto da pesquisa são as **práticas** das assessorias técnicas e de assistência técnica que tenham atuado na Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ em torno de experiências que promovam o direito à cidade. As experiências escolhidas passaram necessariamente por processos de elaboração, ação e conclusão.

A noção de prática que adotaremos implica em entender a experiência através da integralidade dela, tendo como principal foco o ofício dos técnicos (não apenas arquitetos e urbanistas) envolvidos no processo. Sendo assim, não abordaremos com detalhes as questões sob um ponto de vista sociológico da população envolvida, ou como preferimos aqui chamar, o grupo sócio-espacial envolvido.

Uma das experiências foi a chamada Projeto Arquiteto de Família, da Soluções Urbanas, realizada no Morro Vital Brazil, em Niterói. Outra foi a reabilitação de um edifício ocioso na área central da cidade do Rio de Janeiro, através do Programa Minha Casa Minha Vida -Entidades, a Ocupação Manuel Congo, realizada pelo NAPP e pelo movimento de moradia MNLM – Movimento Nacional de Luta por Moradia. E por último a realizada pela Arche Projetos Participativos, da qual a autora fez parte, junto a um coletivo de mulheres negras, Coletiva As Cabocolas, em Campo Grande.

De maneira mais específica nosso percurso para esta pesquisa foi:

- Reunir autores para uma discussão detalhada sobre as diferenças e similaridades entre assessoria técnica e assistência técnica em habitação social;
- Fazer uma retrospectiva histórica das práticas de assessoramento técnico no Rio de Janeiro;

- Resgatar a bibliografia sobre as 3 experiências estudadas, reunindo informações e reflexões diversas que já existem;
- Entrevistar profissionais ou população envolvida e discutir com eles quais foram as contradições e conflitos envolvidos na experiência.
- Refletir sobre as práticas profissionais, a partir das experiências estudadas, problematizando hoje as assessoria e assistência técnica em arquitetura e urbanismo;
- Apontar impasses e desafios futuros para a prática, tendo em vista as transformações que ela passou.

1.3 Questões primordiais no caminho da pesquisa

Há aqui também um esforço em refletir sobre o ofício como assessora técnica em relação à habitação social e responder algumas perguntas – embora nem todas tenham sido sanadas no tempo-espaço de uma dissertação de mestrado - que surgiram ao longo da minha trajetória, já que atuo na RMRJ, através da assessoria técnica Arche Projetos Participativos, junto a minha companheira de trabalho Elsa Burguière, desde 2017. Antes atuei em São Paulo e fiz parte de 3 outras assessorias da cidade: Peabiru TCA, USINA –CTAH e GTA (Grupo Técnico de Apoio)⁴.

O interesse para esta investigação nasceu no debate sobre precariedades habitacionais que nos tomou durante a emergência sanitária ocasionada pela pandemia COVID-19, principalmente a partir do que ocorreu no Rio de Janeiro. Em determinado momento, nós arquitetos e urbanistas, pesquisadores, ativistas, militantes dos movimentos sociais, moradores das favelas, nos vimos envolvidos com o recrudescimento da pandemia em função da situação das nossas cidades no que concerne a moradia, saneamento e acesso a água. Lavar as mãos nem sempre era possível. Isolamento muito menos. Necessidades das mais básicas ficaram escancaradas. Por outro lado, essa é

⁴ Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma assessoria criada em 1993, que se mantém ativa até hoje, realizando trabalhos que vão desde a reurbanização de favelas até a provisão habitacional. Ver mais informações no site <http://www.peabirutca.org.br/>, acessado em 29/julho/2022. A Usina Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado nasceu em 1990, uma das mais antigas assessorias atuantes até hoje em São Paulo. É conhecida pelo seu trabalho que procura aliar política e técnica junto aos movimentos sociais. Ver mais informações no site <http://www.usina-ctah.org.br/sobre.html>, acessado em 29/julho/2022. O GTA – Grupo técnico de apoio é uma assessoria que nasce em 1993 e desenvolve estudos, projetos e serviços voltados à melhoria do ambiente habitado e à população de baixa renda, conforme informa sua página no Facebook <https://www.facebook.com/grupotecnicodeapoio/>, acessada em 29/julho/2022.

uma realidade antiga para os profissionais que atuam com assessoramento técnico à habitação de interesse social: questões como essas veem de longa data em nossas cidades. O que aconteceu desde as primeiras práticas até hoje, que faz com que momentos como estes tenham sido tão catastróficos?

O assessoramento técnico como prática profissional está intrinsicamente ligada à relação que arquitetos e urbanistas estabelecem entre o Estado e população que vivencia a necessidade de ter acesso à moradia. Dessa forma, discutir essa relação, nem sempre harmoniosa entre técnicos, população e instituições ligadas ao Estado, é também uma das reflexões importantes da pesquisa.

Essa tríade Estado-técnicos-população tem como elemento condensador a capacidade de organização política desta última (a população) com o primeiro (o Estado) e das formas de pressão, diálogo, acordos e conflitos que ambos estabelecem. Lefebvre chama esta interação de diferentes níveis e dimensões de intervenção e transformação do urbano “*lugar e terreno onde as estratégias se confrontam*” (LEFEBVRE, 1970, p. 83). O Estado é mais ou menos passível de transformação em decorrência de como essas diferentes dimensões se articulam. Por sua vez, o profissional arquiteto e urbanista que é assessor técnico está muitas vezes no meio dessa interação e dos conflitos gerados a partir dessas dimensões.

Ao longo dos anos a prática da arquitetura voltada para a habitação social - e das assessorias técnicas - foi se transformando. Novos cenários surgiram em relação à luta pelo direito a cidade e a também em relação à própria prática do ofício dos arquitetos e urbanistas. A disputa através dos diferentes níveis e dimensões em torno do Estado não é mais o ponto basal do direito a cidade, já que alguns grupos sócio-espaciais não a consideram como central. Ressaltamos também que hoje, após a criação das universidades federais e a ampliação dos cursos de arquitetura e urbanismo, cada vez mais estudantes da classe trabalhadora chegam as universidades, fazendo com que também se transforme a formação em Arquitetura e Urbanismo e a percepção da pobreza para esses profissionais. O que antes era uma realidade externa torna-se uma realidade dos próprios arquitetos e urbanistas, oriundos das periferias e da classe trabalhadora, que vivem no cotidiano a necessidade do direito à cidade. Por outro lado, surgem novas práticas em arquitetura⁵ como a chamada *arquitetura popular*⁵, onde as

⁵ O termo *arquitetura popular* tem sido usado recentemente por profissionais de arquitetura que atuam para clientes de baixa renda que tem acesso a pagar por um serviço privado de arquitetura, apesar dos pequenos

necessidades da população de baixa renda – a grosso modo - são vistas na mesma perspectiva de um cliente tradicional, cuja atuação do arquiteto e urbanista tem proximidades à maneira convencional, mas com a peculiaridade de que se trata de um cliente com menos recursos, que demanda soluções específicas, acessíveis financeiramente e, conseqüentemente, profissionais que tenham um profundo conhecimento da dinâmica dessas famílias. Aliado a isso há uma proliferação de empreendedores sociais ou negócios sociais voltados para a arquitetura e urbanismo que veem a assistência técnica como um nicho de mercado, sendo este um serviço a ser oferecido a uma população mediante seu endividamento ou mediante “arranjos de mercado” (LOPES, 2018). Essa vertente utiliza, no entanto, as práticas colaborativas para atendê-los, como interfaces dialógicas, diagramas simplificados, projetos participativos e outros recursos comumente usados e difundidos pelas assessorias sem, no entanto, considerar a existência ou a necessidade das práticas estarem atreladas à políticas públicas. Situação na qual o Estado não precisa agir ou implantar políticas habitacionais. Essa forma de atuação é inclusive fomentada pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) e outros órgãos da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas. A luta pelo direito à cidade vai dando lugar ao pragmatismo e ao emergencial. Embora legítima frente as inúmeras necessidades históricas, pode ser considerada um passo atrás no sentido da superação da cidade capitalista que nos aponta Lefebvre e que, em outros momentos da práxis, estavam na ordem do dia. Isso coloca a prática do assessoramento técnico diante de um impasse, já que seu ponto de partida (aparentemente) não é mais aquele inicial. A reflexão sobre o que seria esse impasse, dentro da experiência dos profissionais da RMRJ, torna-se importante para um futuro pós pandemia das nossas cidades e é o ponto de partida desta pesquisa.

Inúmeras questões levantamos no início da pesquisa a partir da prática do assessoramento técnico e do debate que se apresenta hoje. Dentre elas podemos listar: quais são os tipos de projetos mais realizados (provisão habitacional, reurbanização de favelas, regularização fundiária, melhorias habitacionais, dentro outros), como esses arquitetos se aproximam das populações, quais são os financiamentos dos projetos,

rendimentos. Ver vídeo de atividade realizada pelo CAU/DF, denominada Novos Caminhos, onde podemos ver a experiência da arquiteta Riva Feitoza, de Sergipe, com a arquitetura popular, da qual ela intitula *Arquitetura para o povo*: <https://www.youtube.com/watch?v=RQ6uVfOESCM>, acessado em 21/jun./2022. Julgo importante um estudo mais aprofundado para a discussão dessa prática, que usa conceitos antigos – a ideia de uma arquitetura popular - mas com uma maneira peculiar de entender o termo e as noções de cliente por trás dela.

que práticas e abordagens foram usadas, quais mediações com o Estado a experiência realizou, como foram as relações de canteiro/ação que a prática desvelou, dentre outras. Parte dessas perguntas foram realizadas com os entrevistados. Mas o caminho central parte de uma reflexão direta: quais foram, na opinião dos entrevistados, os conflitos em cada experiência estudada?

Como técnica de pesquisa para as entrevistas usamos a compreensão de Kapp (2021) sobre entrevistas na pesquisa sócio-espacial e realizamos dois tipos de entrevistas: um grupo de entrevistas exploratórias – cuja prioridade foi situar a experiência – e outro com ditos especialistas nas experiências, cujo teor aprofundava questões vistas a partir do referencial teórico e da revisão bibliográfica.

Do primeiro grupo (entrevistas exploratórias) entrevistamos:

Grazia de Grazia, assistente social, trabalhou com a FASE-RJ no final da década de 70

Ricardo Gouvea, arquiteto e urbanista, diretor executivo da Fundação Bento Rubião

Ticiane Ribeiro, arquiteta e urbanista, participou na Ocupação Manuel Congo

Augusto Cesar Alves, arquiteto e urbanista, participou na Ocupação Manuel Congo

Do segundo grupo (especialistas) entrevistamos:

Lurdinha Lopes, liderança da Ocupação Manuel Congo

Augusto Cesar Alves, arquiteto e urbanista, participou na Ocupação Manuel Congo

Aline Rocha, assistente social, participou do PAF Morro Vital Brazil e foi vice-presidente da ONG Soluções Urbanas.

Guaracy, principal impulsionadora da Coletiva as Caboclas.

1.4 Quadro referencial teórico

Diversos autores discutiram o tema das assessorias e assistências técnica em arquitetura e urbanismo. A maioria deles fizeram relatos de experiências sobre grupos sócio-espaciais específicos ou sobre políticas habitacionais locais, tomando como ponto de partida análises pontuais. Podemos destacar dentre esses autores aqueles que estudaram as experiências em São Paulo, como Nabil Bonduki (1992) – que aborda a construção do Recanto da Alegria, através do Laboratório de Habitação da Faculdade

de Belas Artes de São Paulo; também Reginaldo Ronconi (1995) - que pesquisou o Programa FUNAPS Comunitário na mesma cidade; Ângela Amaral (2001) – que a partir de duas experiências em São Paulo aborda a participação comunitária e Caio Santo Amore de Carvalho (2004) – que realizou o mestrado sobre os mutirões autogeridos no período de 1990 até 2000.

Outros relataram uma série de experiências e teceram reflexões comparando processos, métodos ao longo de uma trajetória historiográfica ou antropológica, como Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) através do **Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro** cujo relato de 3 experiências vividas ao longo de quase 3 décadas pelo autor trazem uma reflexão sobre o papel dos arquitetos e urbanistas junto aos movimentos urbanos e favelados; José Baravelli (2006) – cuja pesquisa estuda as relações entre a experiência em São Paulo e a das cooperativas habitacionais realizadas pela FUCVAM, no Uruguai; João Marcos de Almeida Lopes (2011) na sua livre docência, **Sobre arquitetos e sem tetos: técnica e arquitetura como prática política em São Paulo**, cujo teor é refazer o caminho das assessorias técnicas através da discussão do papel da técnica e da política, problematizando assim a própria noção de assessoria *técnica*; e, mais recente, Mariana Barbosa Miranda Borel (2020), que analisa em seu mestrado, **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: práticas na direção da autonomia**, as políticas habitacionais em torno da assistência técnica ao longo dos anos em várias regiões do Brasil, a fim de elencar propostas para a região metropolitana de Belo Horizonte. Todos esses autores atuaram com assessoramento técnico e o relato dessas experiências faz parte das reflexões que aprofundam em suas obras.

Há ainda as compilações de várias experiências, que reúne de maneira sintética práticas pelo Brasil. Nesse ponto a principal obra é o **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil** realizado pelo Ministério das Cidades, de 2007. Também a publicação da Federação Nacional dos Arquitetos - FNA (2016), **Assistência Técnica e Direito à cidade**, reunindo um riquíssimo debate com diversos técnicos, pesquisadores e lideranças dos movimentos sociais sobre a assessoria técnica e assistência técnica.

As primeiras experiências na cidade do Rio de Janeiro de assessoramento técnico remetem a década de 60, em plena ditadura militar, como foi o caso da urbanização da

favela de Brás de Pina, realizada pelo grupo Quadra, vivida e descrita por Carlos Nelson Ferreira dos Santos em seu livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. De maneira singular, o assessoramento que relata Carlos Nelson em seu livro passa por dois momentos distintos: assessor da FAFEG (Federação das Associações de Favelas do Estado da Guanabara) e assessor da CODESCO (Companhia de Desenvolvimento de Comunidades). No primeiro aliando-se à luta de um movimento social da favela de Brás de Pina e em outro um técnico que assessora a um órgão do estado, para realizar a proposta elaborada junto a população. (SANTOS, 1981 p. 43 e pg 57).

A essa experiência pioneira, que detalharemos em capítulo próprio, marcada pela contestação à política de remoção da favela vigente na época, se seguiram períodos de ações e políticas habitacionais que tentavam rejeitar - nem sempre conseguindo- a visão de favela como “problema”, como foram os reassentamentos do BNH na década de 80, o Favela Bairro na segunda metade da década de 90 e os projetos de intervenção do PAC-Favelas nos anos 2000. Traçar uma breve gênese dessa história na cidade do Rio de Janeiro é um dos objetivos específicos dessa pesquisa, a partir desses autores. Valladares (2005) e Marianna Pacheco Olinger (2015) serão os principais para a discussão sobre favelas, tendo em vista que uma parte das práticas de assessoramento técnico no Rio de Janeiro estão ligadas a elas.

Para o objeto desta pesquisa, a revisão da literatura pertinente terá como foco àquele cujo tema é a experiência fluminense, se concentrando na cidade do Rio de Janeiro e na RMRJ. Com isso assume destaque os trabalhos de Santos (1981), principalmente pelas reflexões a partir da urbanização de Brás de Pina e pelo conjunto das 3 experiências relatadas no livro, e o de Gilda Blank (1977, 1981).

A atuação da FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional em território fluminense é outro elemento importante para esta pesquisa pois ela se autodenomina como "assessoria de grupos de base" – conforme aponta Leilah Landim (1993). A FASE atuou no Rio de Janeiro no final da década de 70 até 80 e, principalmente por suas raízes ligadas às Comunidades Eclesiais de Base - foi uma das entidades que impulsionou a consolidação de movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro. Para essa experiência destaco o trabalho da própria FASE, em sua publicação de comemoração de 50 anos, **Pensar com os outros – 50 anos de FASE**, de Leilah Landim e Tatiana Dahmer Pereira (2011) e as diversas revistas publicadas pela ONG, a **Revista Proposta**, desde 1981 até 1986.

Ao longo da década de 90 há o trabalho de Ricardo Gouvea Corrêa (1992, 2003) que assume destaque pois mostra as primeiras cooperativas habitacionais do Rio de Janeiro, entre final da década de 90 e os anos 2000. Na mesma linha, mas de maneira mais aprofundada, há a pesquisa de Tiago Souza Bastos (2019) com a gênese das principais cooperativas habitacionais que existiram na RMRJ, tomando como ponto de partida a discussão da autogestão e também a experiência da Cooperativa Esperança, uma das poucas que resistiram desde o momento inicial das cooperativas no Rio de Janeiro e que conseguiu o financiamento do Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades – PMCMV-E, anos depois, sendo um dos 2 únicos PMCMV-Entidades realizados no Rio de Janeiro. Também importante destacar a dissertação de João Paulo Hughenin (2013) que estudou especificamente a Cooperativa Habitacional Shangri-lá. Sua dissertação tem o viés da apropriação e constituição do espaço.

Para um panorama maior das experiências de assessorias técnicas e a atuação dos movimentos sociais na RMRJ recentes, há o trabalho de Ana Clara Meirelles de Miranda (2019) cujo foco é também a autogestão, mas analisando criticamente a produção realizada no Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades.

Também importante citar as publicações da Fundação Bento Rubião (2003, S/D) que, apesar de serem publicações para circulação interna da entidade, contêm uma série de dados, imagens, relatos e projetos das duas principais frentes de trabalho: cooperativas e regularização fundiária.

Para os estudos de caso que serão realizados destaco os trabalhos de Luciana Ximenes & Aduino Cardoso (2018) e de Irene de Queiroz e Mello (2015), ambos sobre a Ocupação Manoel Congo e também sobre as diversas ocupações de edifícios ociosos que ocorreram na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2003 a 2012. Há ainda a pesquisa de Ximenes (2017) sobre as ocupações na Zona Portuária no contexto do Projeto Porto Maravilha Também usaremos o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da engenharia de Amanda Azevedo Nunes (2019), que acompanhou a obra da Ocupação Manoel Congo.

Ainda para o estudo de caso referente ao Projeto Arquiteto de Família - Melhorias Habitacionais realizadas no Morro Vital Brazil, em Niterói, há o trabalho de Aline Rocha (2017, 2019, 2022), assistente social que trabalhou na equipe da ONG Soluções Urbanas e a dissertação de doutorado de Juliana Demartini (2016) que discute a

possibilidade do Projeto Arquiteto de Família (PAF) se tornar uma política habitacional continuada. Também há a publicação da própria Soluções Urbanas (2013) que servirá para a compreensão dos elementos técnicos que permeavam a experiência e os inúmeros depoimentos públicos da presidente da ONG, Mariana Estevão.

E por fim, para a discussão sobre a diferença ou similaridades entre os conceitos de assistência técnica e assessoria técnica em arquitetura e urbanismo, será revista a dissertação de Fernanda Simon Cardoso (2021) sobre as práticas contemporâneas das assessorias, já que a autora defende que as duas práticas e conceitos estão em construção. Também o artigo de Carvalho (2016) que conceitua de maneira mais sucinta as duas formas e de Lopes (2018) que reflete sobre os diversos “arranjos” de serviços que permeiam a noção da assistência técnica.

Como principal referencial teórico usaremos o conceito de **grupo sócio-espacial** de Silke Kapp (2018), "*grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo este espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele*" (KAPP, 2018, p. 223), implicando, com isso, que a prática não é necessariamente um meio de realizar ou fomentar projetos de arquitetura ou de urbanismo, mas sim uma ação que tem como elemento definidor a colaboração com agentes políticos, para trazer alternativas, negociações, promover informações técnicas, troca de saberes e de criação de interfaces (KAPP, 2018, p. 233).

Também importante está a noção marxista de **práxis** de Lefebvre (1969). Interessado em entender o urbano a partir das relações sociais rebatidas e configuradas pela produção do espaço, Lefebvre desenvolve a noção de práxis como ação prática, política e de investigação (LEFEBVRE, 1991, 2002, 2014). Para o autor, o espaço é um campo de práticas políticas no qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas, um campo também de manipulações. Nesse sentido, a compreensão das práticas sociais e materiais que acontecem na vida cotidiana são chave para o entendimento da produção do espaço e das contradições nele presentes (LEFEBVRE, 1991, 2014).

A **filosofia da práxis**, na terminologia marxista, aqui é entendida como unidade dialética entre teoria e prática. Assim, a superação do atual da cidade capitalista se pauta e se constrói dentro dessa unidade, da análise e da realidade concreta e de sua transformação material. Marx ao dizer que “o indivíduo é o ser social” (MARX, 2017), aponta para o fato de que este movimento é fundamentalmente coletivo e engendrado

no seio da sociedade, não apenas de experiências isoladas. A política, que de alguma forma permeia as práticas das assessorias técnicas, é crucial nesse processo.

Também de Lefebvre (2001) vem o conceito de **direito à cidade**, com o qual o autor denomina o processo de superação da cidade capitalista, articulado no tempo e na práxis dos principais agentes do urbano, destacando aí a atuação coletiva e não isolada desses agentes, que podem ser tanto os trabalhadores organizados quanto técnicos e representantes do Estado: (...) *o arquiteto, não mais que o sociólogo, não tem os poderes de um taumaturgo. Nem um nem outra cria as relações sociais. Em certas condições favoráveis, auxiliam certas tendências a se formular (tomar forma). Apenas a vida social (a práxis) na sua capacidade global possui tais poderes.* (LEFEBVRE, 2001, p. 105).

Há também um conjunto de categorias que serão abordados, já que também tem relação com o debate atual sobre assessoramento técnico, e serão: as **precariedades habitacionais**, **necessidades habitacionais**, pois nos ajudam a ver como a questão habitacional não só para as antigas experiências como para as novas. Para esses conceitos será revisada a literatura da Fundação João Pinheiro, que a partir de 1996, elabora o cálculo do déficit habitacional do país, tomando uma metodologia específica (FJP, 1996) que, simplificadamente, separa a leitura do acesso à habitação no país em: **necessidade de aumentar o estoque habitacional** (provisão de novas moradias) e **necessidade de adequar o estoque existente** (melhorar, reformar, reurbanizar, regularizar a situação fundiária das moradias já existentes).

Outra categoria importante são as **políticas públicas habitacionais** que se relacionam diretamente com o assessoramento técnico. Dentro dessas políticas realizados em território fluminense destaco a experiência do Favela Bairro realizada pela Secretaria de Habitação do Rio de Janeiro e o Projeto Mutirão, realizado pelo Secretaria de Desenvolvimento Social.

1.5 Casos Referência

Durante a pesquisa percebemos que abordar as experiências de assessorias e de assistência técnica apenas como um relato era insuficiente para a reflexão proposta e para compreender o percurso histórico e político que essas experiências nos mostram.

As relações, diferenças e comparações que podemos fazer entre elas nos interessam mais do que o simples relato.

Os casos referências a serem estudados deixam entrever que os conflitos e impasses levantados como pano de fundo nas práticas das assessorias estavam contidos durante o processo. Representam, dessa maneira, experiências significativas em determinado momento histórico e nos dão elementos para o debate.

A seguir um pequeno resumo de cada um dos casos referencias:

A.

Melhorias habitacionais no Morro Vital Brazil – 100 famílias ONG Soluções Urbanas Vital Brazil, Niterói / 2009-2015 Famílias habitantes do Morro – Instituto Vital Brazil Melhorias habitacionais a famílias individuais

A ONG Soluções Urbanas conforme a descrição em seu site *“foi constituída formalmente no dia 30 de dezembro de 2002. Mobilizou em torno do Projeto Arquiteto de Família, criado um ano antes no Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (CAU) a partir de uma proposta do então Diretor, Marco Fonseca em parceria com a comunidade e a Arquiteta e Urbanista Mariana Estevão”*

[\(https://solucoesurbanas.wordpress.com/projetos/historico/](https://solucoesurbanas.wordpress.com/projetos/historico/) acessado em 13/jun/2022). Conhecida nacionalmente pela ideia do **Arquiteto de Família**, a ONG teve um largo processo de desenvolvimento de metodologias e processos para realizar melhorias habitacionais em assentamentos precários, tendo sido a sua primeira experiência em uma favela na Rua Tavares Bastos, no Catete, Rio de Janeiro, em 2002.

As ações no Morro Vital Brazil nascem da parceria, ou *cooperação técnico-científica*, entre a ONG e o Instituto Vital Brazil em 2009. Basicamente consistia em atender famílias que ocupavam o entorno próximo à sede do Instituto, em relação a precariedades habitacionais de suas moradias. A Soluções Urbanas buscou e articulou diversas parcerias e agentes públicos, privados e comunitários para conseguir realizar a experiência, atuando por mais de 6 anos no assentamento e realizando a pesquisa de 351 famílias, o projeto de melhorias de 100 famílias e a execução de cerca 6 casas com recursos próprios e a execução de cerca de 60 melhorias por famílias a partir de troca solidária de materiais (ROCHA, 2019).

Segundo relato descrito no site, a noção de Arquiteto de Família consiste no uso da “(...)cultura da autoconstrução para trocar conhecimento, promover qualificação profissional e conseqüentemente, melhorias habitacionais. As casas são construídas aos poucos, à medida que a família acumula algum recurso e a mão-de-obra são os próprios, com o auxílio de vizinhos. Essas condições exigem soluções de custo e impacto inversamente proporcionais e por isso mesmo, melhor planejamento na execução”

(<https://solucoesurbanas.wordpress.com/parcerias/arquiteto-de-familia/> acessado em 13/jun/2022).

Aline Rocha, assistente social que integrava a equipe, e cujo trabalho, (Rocha, 2017, 2019), será a principal fonte de pesquisa bibliográfica, detalha o método da ONG como contendo (1) Estudo Socioeconômico; (2) Triagem de beneficiários; (3) Visitas domiciliares e (4) Atividades comunitárias para aquisição de bens (ROCHA, 2019, p. 7). Nas visitas às famílias era elaborado um mapa de riscos de maneira participativa, para identificar as precariedades de cada moradia. Este dispositivo era uma espécie de facilitador gráfico das patologias da moradia e também um elemento de Tecnologia Social que orientava os projetos e soluções que seriam adotadas para melhorar a habitação.



Figura 1: Vista do Morro Vital Brazil – Fonte: ROCHA (2019), acervo ONG SU



Figura 2: Visita domiciliar no Morro Vital Brazil– Fonte: ROCHA (2019), acervo ONG SU

B.

Ocupação Manoel Congo – 42 famílias

Núcleo de Assistência, Planejamento e Pesquisa (NAPP)

Centro, Rio de Janeiro / 2007-2018

Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM

Reforma de edifício público em área central por autogestão – MCMV-E

O Núcleo de Assistência, Planejamento e Pesquisa (NAPP) é uma assessoria criada em 1991 e conforme o site “é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por

profissionais ligados às áreas urbanístico-ambiental e socioeconômica. Sua finalidade é realizar trabalhos técnicos de suporte a ações de interesse público, governamentais ou não, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento socioeconômico e o aprimoramento do meio ambiente natural e construído” (<https://sites.google.com/a/napp-urb.com/www/apresentacao>) acessado em 13/jan./2022. Realizou inúmeros projetos ligados a planejamento urbano e assessoramento técnico no território fluminense. Este projeto foi levado até eles através da participação da arquiteta Ticiane Ribeiro, que conhecia e já realizava um trabalho voluntário junto à Ocupação Manoel Congo e foi a principal autora do projeto arquitetônico de reabilitação⁶ do edifício.

A Ocupação Manoel Congo nasce em 2007 ocupando o antigo prédio ocioso do INSS na região da Cinelândia, na Rua Alcindo Guanabara, ao lado da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Organizada pelo Movimento Nacional de Luta por Moradia do Rio de Janeiro (MNLN-RJ), as famílias antes ocupavam o antigo Cine Vitória, na mesma região, chegando a sofrer duas remoções do local. Diversas tentativas de conseguir ter acesso a moradia e de reconhecimento da ocupação foram realizadas pelo MNLN-RJ. A proposta que conseguiu impulsionar a transformação do edifício público em moradias foi através de financiamento do Fundo Nacional para Habitação de Interesse Social (FNHIS), tendo com ele conseguido realizar todo o projeto de reforma do edifício. No entanto, com a obra já começada em 2013, houve a obrigatoriedade de migrar para o PMCMV-Entidades, sendo através desse programa concluída a obra, parcialmente, em 2018. A reforma do edifício consistia em readequar o espaço inicialmente pensado para abrigar a burocracia de um órgão estatal, a partir da necessidade de cada família que integrava a ocupação. Segundo Miranda (2019), foram feitas 7 (sete) tipologias habitacionais e os dois andares inferiores ficaram para espaços de geração de renda. A maioria dos serviços da obra foram realizados pela cooperativa própria de trabalhadores do MNLN, chamada Liga Urbana.

⁶ Usaremos nesta dissertação o termo reabilitação que, de acordo com SILVA (2018), representa a “melhoria das atuais condições do edifício” em questões de conforto, estética e funcionalidade, mas também do uso de materiais e tecnologias que evitem que o edifício se torne obsoleto, reabilitando seu uso para que ele apresente coerência e frente às demandas urbanas.

Ximenes & Cardoso (2018) apontam que as ocupações da área central da cidade do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2012 somam mais de 10 edifícios, tendo a maioria sofrido despejos um pouco antes dos jogos olímpicos realizados na cidade em 2016.

Segundo relato de arquiteto Augusto Cesar Alves, assessor das famílias durante a obra de reforma do edifício, o papel de acompanhamento desta era sempre em contato direto com as famílias, mesmo que estas não realizassem todo trabalho.

A experiência trouxe-nos para mais perto da real possibilidade que existe na organização do movimento de moradia em ocupar edifícios públicos, fazer com que eles sejam reconvertidos em moradias de interesse social e, dessa forma, cumprir a função social dos edifícios vagos.



Figura 3: Foto da fachada –
Fonte: CAU-RJ



Figura 4: Apartamento reformado –
Fonte: Ximenes & Cardoso (2018)



Figura 5: Logomarca da Cooperativa Liga Urbana - Fonte: site do MNLM-RJ

C.

Mulheres em Ação – 20 famílias, 3 diretamente com melhorias

Arche Projetos Participativos

Campo Grande, Rio de Janeiro / 2017-2019

Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste / Coletiva As Caboclas

Melhorias habitacionais e capacitação para realizar pequenos serviços da construção civil.

A Arche Projetos Participativos nasce a partir da parceria com a Fundação Bento Rubião, realizando trabalhos e projetos em conjunto com a entidade. Hoje ela é uma assessoria técnica, que se reconhece como tal em 2011, a partir da premiação do concurso de reurbanização de favelas em São Paulo, o RENOVA SP, com a favela do Córrego do Tiquatira. Realiza a partir de então uma série de trabalhos ligados ao assessoramento técnico junto ao movimento de moradia no Rio de Janeiro,

principalmente na assessoria à União por Moradia Popular do Rio de Janeiro (UMP-RJ) em Jacarepaguá, como o projeto Guerreiras da Esperança e em São Gonçalo, com o Condomínio Padre Antonio Revers, em Ipiiba. A partir de 2016 começo a fazer parte da assessoria técnica atuando até os dias de hoje.

Em 2017 a Arche é procurada pela Coletiva de Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro, um coletivo de mulheres negras, para realizar projeto que consistia em melhorar casas precárias em Campo Grande e capacitar mulheres para executar pequenas reformas, nascendo assim o projeto Mulheres em Ação, com recursos do Edital Fundo Socio Ambiental Casa.

A prática consistia basicamente em realizar, através de diversas oficinas, o passo a passo para realizar pequenas reformas habitacionais: diagnosticar a moradia, priorizar atividades de melhoria a partir de uma avaliação de custos, organizar as atividades de execução e elaborar cronograma, comprar material coletivamente, contratar profissionais específicos para serviços mais complexos.

1.6 Organização da pesquisa

A organização do texto será, num primeiro momento, estabelecer a diferença entre *assessoria* e *assistência* a partir de Carvalho (2016), Kapp (2018), Cardoso (2021) e outros autores. Esse debate semântico, embora possa parecer banal, é marcado pelo fato de *assessoria técnica*, ter sido historicamente um dos primeiros a ser usado de maneira mais coesa por um grupo de profissionais que atuavam junto aos movimentos de moradia em São Paulo, no começo da década de 90. O segundo, *assistência técnica*, é consolidado pela Lei Federal de ATHIS 11.888/2008, que grafa o termo tendo como ponto de partida a legislação municipal de Porto Alegre, a Lei Complementar 428 – Porto Alegre/RS - 1999, fruto da ação do arquiteto Clóvis Ilgenfritz do Sindicato de Arquitetos do RS, que por sua vez deu origem ao projeto de lei federal de Zezéu Ribeiro, arquiteto e urbanista, deputado federal e autor da lei.

Posterior a isso será feita uma linha do tempo das práticas de assessoramento técnico no Rio de Janeiro, tomando como ponto de partida a experiência de urbanização de Brás de Pina e partir da identificação dos principais agentes ao longo dos anos, num esforço de elaborar uma gênese das assessorias técnicas para investigações posteriores.

A partir de então serão abordadas algumas políticas habitacionais no Rio de Janeiro que servirão para aprofundar as relações entre Estado, políticas habitacionais e assessorias técnicas.

Retomamos a experiência da Urbanização de Brás de Pina, cuja intenção é estabelecer paralelos entre aquela práxis e a prática hoje das assessorias e assistência técnica em arquitetura e urbanismo.

Cada experiência é apresentada através da revisão bibliográfica das pesquisas que já trabalharam sobre o tema e as entrevistas com os principais envolvidos são complementares à pesquisa.

Ao final, as conclusões buscam apontar impasses, contradições e conflitos nas práticas, dando elementos para uma reflexão crítica sobre assessorias no Rio de Janeiro.

2 ASSESSORIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA: POLISSEMIA DE ATUAÇÕES

2.1 Um olhar para as interações entre técnicos e populações

A noção de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo para grupos de baixa renda ou sem acesso à profissionais qualificados vêm sendo discutida desde a primeira metade do século XX pela teoria de arquitetura, do urbanismo e também do planejamento urbano, não somente no Brasil, mas em vários outros países. Trata-se de refletir sobre o papel social do arquiteto e urbanista e também sobre sua práxis.

Na década de 1960, nos Estados Unidos, surge o trabalho seminal de Arstein (1969), que marca uma virada nas teorias de planejamento participativo. Desde então, vários autores vêm debatendo aspectos diversos sobre o papel social do urbanista e do planejador urbano, surgindo noções tais como, planejamento transacional (transactive planning) (FRIEDMANN, 1973), planejamento de defensoria (advocacy planning) (DAVIDOFF, 2018) e planejamento radical (GRABOW E HESKIN, 1973). No Brasil durante o regime de ditadura militar (1964-1985), prevaleceriam as práticas de planejamento tecno-burocrático. A participação dos movimentos sociais acontecia de forma pulverizada em projetos que se tornaram paradigmáticos no contexto histórico dos projetos colaborativos, participativos e de assessoria técnica. Apesar do contexto político, este foi um momento fértil para a organização comunitária fora do quadro institucional (COUTINHO, 2022). Experiências como a de Cajueiro Seco em Pernambuco durante o governo de Miguel Arraes, e a do Movimento Universitário de Desfavelamento (MUD), em São Paulo, incorporavam a participação comunitária, a atuação de arquitetos locais e fizeram parte dos debates sobre reforma urbana no governo de João Goulart (COUTINHO, 2022). Juntamente com a experiência do grupo Quadra, da qual fez parte o arquiteto Carlos Nelson Ferreira dos Santos em Brás de Pina, tornaram-se uma referência nos debates sobre a função social do arquiteto e a assessoria técnica em habitação de interesse social (SANTOS, 1981, 1988)

No campo teórico desenvolve-se então uma extensa literatura sobre vários aspectos dos projetos participativos, colaborativos e de assessoria técnica. Algumas noções

importantes tomam por base o conceito de práxis desenvolvido principalmente por Lefebvre e Freire.

Lefebvre (1969) chama atenção para a noção marxista de práxis. Interessado em entender o urbano a partir das relações sociais rebatidas e configuradas pela produção do espaço, Lefebvre desenvolve a noção de práxis como ação prática, política e de investigação (LEFEBVRE, 1991, 2002, 2014). Para o autor, o espaço é um campo de práticas políticas no qual as relações sociais são produzidas e reproduzidas, um campo também de manipulações. Nesse sentido, a compreensão das práticas sociais e materiais que acontecem na vida cotidiana são chave para o entendimento da produção do espaço e das contradições nele presentes (LEFEBVRE, 1991, 2014).

A noção de práxis é também fundamental para Freire, um autor importante para as práticas de assessoria técnica, de participação comunitária e de projeto colaborativo. Seu conceito de pedagogia a partir das práticas e matérias cotidianas foram a base para a discussão sobre autonomia com foco na educação libertadora. A práxis freiriana baseia-se fundamentalmente na relação entre teoria e prática, criatividade e ação dialógica, que tem como objetivo final a transformação da realidade social. Esse conceito é particularmente explorado em duas de suas obras: *A Pedagogia do Oprimido* e *A Pedagogia da Autonomia* (1970, 1996). Um ponto fulcral do pensamento freiriano é a centralidade dos sujeitos envolvidos na ação prática. Nesse sentido, o conceito de práxis inclui não somente a capacidade dos sujeitos de atuarem e refletirem sobre sua condição, mas também a capacidade de transformação da realidade segundo seus próprios objetivos enquanto seres humanos conscientes. Desta forma Freire desenvolve sua teoria pedagógico-libertadora. (FREIRE, 1970, 1996).

Para a discussão da práxis em torno da busca por uma arquitetura e urbanismo sob as questões da habitação popular no Brasil é importante destacar o trabalho de Magaly Pulhez (2007) que reflete em sua pesquisa, de forma crítica, sobre os “meandros da prática profissional do arquiteto” (PULHEZ, 2007, p. 1). A autora faz um percurso histórico desde os anos de 1930 até o final do século XX sobre o tema e elabora uma discussão a partir do campo dos conflitos entre o exercício técnico do ofício e prática política, tomando como foco 3 experiências em favelas urbanizadas na RMSP. Pulhez faz um trabalho cuidadoso sobre o tema, onde destacamos a noção de *fronteiras do conflito* que ela usa para designar as contradições que os arquitetos e urbanistas enfrentam e ao mesmo tempo ocupam de maneira consciente em cada experiência, não

cedendo à indiferença nem à paralisia no cotidiano de suas práticas (PULHEZ, 2007, p. 265).

2.2 Assessoria e assistência técnica: a discussão recente

A discussão sobre as duas formas nominais com as quais são chamadas as práticas das assessorias e assistência técnica no Brasil se intensifica a partir da aprovação da Lei 11.888/2008, a Lei de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social, mais conhecida como **Lei de ATHIS**, que adota a nomenclatura **assistência técnica** e consagra o termo. Inúmeros profissionais, que se denominavam como **assessores técnicos** em sua trajetória até ali – principalmente aqueles que provinham da experiência no Estado de São Paulo ou que possuíam como referência a atuação da FUCVAM - passam a marcar a diferença entre as duas, pois entendem que não se trata da mesma coisa. Mas afinal o que significa cada uma dessas denominações?

Carvalho (2016) afirma que existia um “incômodo dos arquitetos paulistanos com histórica atuação nesse campo” em relação ao uso do termo assistência técnica (CARVALHO, 2016, p. 4). Para autor, de maneira resumida, existem duas noções em jogo: de um lado a “autonomia dos grupos assessorados e equipes técnicas independentes” e do outro “o serviço público de arquitetura, o atendimento individual de caráter universal, apesar da focalização nas famílias de baixa renda” (CARVALHO, 2016, p. 4). Mas, ao mesmo tempo, para ele essa seria uma falsa questão ou uma questão menor, tendo em vista o conjunto das temáticas que as duas práticas mobilizam e pequena adesão ao debate pela grande maioria dos arquitetos atuantes.

Já Kapp (2018) afirma que “*assistência* conota uma adesão acrítica ao pressuposto da inferioridade social dos assistidos, esbarrando no assistencialismo e na filantropia, enquanto *assessoria* condiz mais com uma perspectiva crítica dessas relações de dominação” (KAPP, 2018, p. 222).

Lopes (2018) caracterizava que, já em 2017, havia uma expansão da prática das assessorias técnicas que tomava a direção de nomear a assistência técnica como uma *multiplicidade de arranjos* que muitas vezes não conseguiam ser definidos de maneira objetiva, mas que poderiam ser entendidos como serviços de arquitetura específicos. Sua crítica se pautava no debate crescente dentro o Conselho de Arquitetura e Urbanismo e das inúmeras práticas que são arranjadas na forma ATHIS

(Assessoria/Assistência Técnica em/para/de Habitação de Interesse Social): “Em suas versões mais rasteiras, a apropriação dessa terminologia [ATHIS] – em alguns casos – parece servir apenas para justificar o pronto atendimento de arranjos negociais de ocasião, como já disse, sempre a postos e dispostos a prestar seus serviços, sempre atentos a qualquer oportunidade oferecida pelo *mercado*”(LOPES: 2018, p. 239).

Para Manaia e Guerreiro (2022)⁷ a prática da assistência e da assessoria técnica, nas mais variadas formas que assume hoje, passaria a constituir “um campo de indeterminação” cujos limites não conseguem ser definidos.

(...)há de se pensar sobre os limites dessa amplitude, pois o uso de um discurso específico (o da Lei 11.888/2008, principalmente) tem sido instrumentalizado como justificativa legitimadora para práticas que não lhe dizem respeito, eventualmente perdendo seu significado histórico, distorcendo-o, ou, ainda, construindo um campo de indeterminação (RIZEK; OLIVEIRA, 2007) funcional para a ampliação de interesses alheios ao campo do direito à moradia e à cidade.” (MANAIA; GUERREIRO, 2022, p. 1).

As autoras tomam a noção de *indeterminação* de Rizek e Oliveira (2007) que surge a partir do desmanche e da impossibilidade de tornar inteligível os processos que vinculam as esferas sociais e políticas, no Brasil pós primeiras eleições de 1989.

Cardoso (2021) afirma que na prática esses conceitos ainda estão em construção. Para a autora é importante entender a gênese do surgimento de ambos para compreender melhor do que fala um e outro. Olhemos então essa gênese com mais cuidado.

O termo **assistência técnica para habitação de interesse social** provém, de maneira direta, do corpo da Lei de ATHIS. Este, por sua vez, tem como precursor o termo **assistência técnica** constante da proposta realizada por um grupo de arquitetos e urbanistas integrantes do Sindicato de Arquitetos do Estado do Rio Grande do Sul (SAERGS) ligados a Clovis Ilgenfritz - que na época era presidente do sindicato - para atendimento à população de baixa renda na regularização de suas moradias. Por volta de 1974, Clovis e os demais integrantes do sindicato construíram a proposta denominada **Programa de Assistência Técnica para Moradia Econômica (ATME)** a partir de discussões internas da Comissão de Legislação Profissional do sindicato. Segundo Cardoso (2021) a discussão foi motivada pela crítica que Clovis fazia à prática ilícita de profissionais da prefeitura de Porto Alegre, que cobravam da

⁷ O artigo de Manaia e Guerreiro (2022) traz um panorama dos projetos que fizeram parte dos Editais de Seleção ou Chamamento Público realizados por diversos CAU/UF no Brasil, no período de 2015 a 2020, tendo como objetivo encontrar os limites do que seria essa indeterminação a partir da investigação de três dessas práticas.

população de baixa renda por plantas para regularização de obras e, ao fim e ao cabo, a população não conseguia o Habite-se, entrando em um ciclo sem fim de pagamentos aos próprios servidores municipais. Além de Clóvis realizaram a proposta os arquitetos Newton Burmeister, Carlos Maximiliano Fayet e Claudio Roberto Casaccia, além dos advogados Manoel André da Rocha e Maria Madalena Borges (CARDOSO, 2021). Em 1977 a proposta é apresentada ao Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Rio Grande do Sul (CREA/RS), após inúmeros debates internos e em outras esferas da categoria, como o CONFEA, o IAB e até no IX Congresso Brasileiro de Arquitetos, em 1976. Em 1977 o SAERGS lança a proposta em formato de livro chamado Programa ATME, já com uma redação mais aprimorada caracterizando o que se entendia como moradia econômica, quais eram os agentes promotores – basicamente parcerias entre os sindicatos de arquitetos com as COHABs – como deveria ser a operacionalização e de onde viriam os recursos – cogitando que poderiam vir do BNH, do Ministério do Trabalho ou mesmo de fundos de desenvolvimento social. (CARDOSO, 2021).

Em 1981, na realização da 1ª. Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (1º. CONCLAT) a proposta foi apresentada pelos delegados arquitetos do Rio Grande do Sul. Apenas anos mais tarde, em 1985, Alceu Colares, eleito prefeito de Porto Alegre, implanta uma parceria com o IAB baseada no Programa ATME, cadastrando cerca de 70 arquitetos e urbanistas e realizando cerca de 700 regularizações. E em 1999, com Clóvis eleito vereador pelo PT na cidade de Porto Alegre, a proposta é finalmente transformada em lei municipal, Lei Complementar 428, considerada a primeira lei municipal que regulamentou a assistência técnica, conforme aponta Cardoso (2021). No entanto nenhuma ação foi implementada a partir daquela lei municipal naquela época.

Mas foi com o Estatuto da Cidade, de 2001, que a **assistência técnica** ganhou abrangência federal, constando na lei como um dos instrumentos urbanísticos, Instituto Jurídico e Político, alínea **r: assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos**, antes mesmo da aprovação da Lei de ATHIS. Embora não cite a arquitetura e urbanismo, está implícito que fala desse campo profissional.

Mais tarde o deputado federal Zezéu Ribeiro, oriundo também da luta do sindicato de arquitetura e urbanismo na Bahia, leva adiante a transformação em lei federal do texto

da ATME, a partir da proposta inicial que o próprio Clovis havia registrado no Congresso Federal, no momento que este foi chamado a ser suplente de outro deputado pelo Estado do RS (2001 até 2002). Eleito em 2002, Zezéu encampa o projeto no ano seguinte e em 2008, juntamente com apoio de militantes em torno da Reforma Urbana e das categorias profissionais ligadas aos sindicatos de arquitetura e urbanismo, sanciona-se a **Lei de Assistência Técnica de Habitação de Interesse Social**, também conhecida como Lei de ATHIS, cujo texto final foi escrito por Zezéu Ribeiro, Demetre Anastassakis e Angelo Arruda. É nesse momento que o texto da lei deixa de usar a denominação “moradia econômica” e passa a usar o termo “habitação de interesse social” sugestão dada a partir dos diversos debates que foram feitos na época de pré aprovação da Lei. A compreensão do que significava e a consequente luta pela assistência técnica já havia ganhado corpo nacional, não apenas para os arquitetos e urbanistas, mas para todos aqueles em torno da consigna da Reforma Urbana. Prova disso é que em 2005, pós criação do Ministério das Cidades (MC), se realiza o **1º Seminário Nacional Assistência Técnica Um Direito de Todos: Construindo uma Política Nacional**, organizado em parceria com entidades da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas (FNA, CREA), pelo MC e Caixa Econômica Federal (CEF). Falaremos mais a frente sobre esse momento. Dentre os seus simples 8 parágrafos, o conteúdo principal da lei fala do direito à assistência técnica para projeto e construção de habitação de interesse social para famílias até 3 (três) salários mínimos.

O Programa ATME é o embrião da Lei de ATHIS, não apenas pelo uso dos mesmos termos, mas por ambas serem formadas pelo mesmo princípio de compreensão da prática: a assistência técnica contida nelas é entendida como um serviço assistencial, ainda que público e gratuito, a populações de baixa renda para projeto e construção de suas moradias. Essa compreensão pauta o acesso à moradia mais como decorrente de uma prestação de serviço realizado por profissionais, do que como um direito garantido pelo estado a partir de política habitacional e da política urbana. Há um certo descolamento do papel do estado na lei - embora esteja implícita sua importância, já que fala de público e gratuito, o que (em teoria) só seria possível através do estado - como se apenas a atuação profissional especializada, na forma de um auxílio técnico (a assistência) fosse suficiente para garantia do direito. Em seus parágrafos reconhece conquistas históricas relativas ao campo da habitação social, como a possibilidade de organização de cooperativas, regime de mutirão e técnicos integrantes de organizações

sem fins lucrativos. Ainda que fale da necessidade de apoio financeiro da União e dos demais entes da federação, o único parágrafo ao qual evidencia um olhar mais amplo da política urbana diz que “*As ações [...] para o atendimento do disposto no caput deste artigo devem ser planejadas e implementadas de forma coordenada e sistêmica, a fim de evitar sobreposições e otimizar resultados*” (Lei 11.888/2008, parágrafo 3º) afirmando que a garantia do direito estaria assegurada por arranjos de gestão.

Além disso a lei tem um forte componente corporativo dos profissionais da arquitetura e da engenharia, fruto do seu histórico de construção, que consolida no campo legislativo a predominância da garantia dos serviços de arquitetura e engenharia ao invés do direito à moradia em si. Carrega dentro do seu texto o desejo de ampliação de um mercado de trabalho para esses profissionais (CARVALHO, 2016), fato que podemos perceber na lei ao citar de maneira explícita os “profissionais das áreas de arquitetura, urbanismo e engenharia” (Lei 11888/2008, Artigo 2º, Parágrafo 1) mesmo que a práxis tenha nos mostrado que as experiências foram realizadas (em grande parte) por equipes multidisciplinares. Esse componente – a ampliação de um suposto mercado de trabalho - reverbera até hoje numa série de práticas contemporâneas e na defesa que as entidades profissionais fazem da Lei de ATHIS.

A denominação **assessoria técnica** nasce, principalmente, das práticas que alguns grupos de arquitetos e urbanistas envolvidos com as questões da habitação social do Estado de São Paulo desempenharam desde final da década de 70, primordialmente na capital, mas também em outras cidades da franja metropolitana. Segundo Mariana Cicuto Barros (2013) no princípio havia registro de práticas isoladas, de profissionais que agiam de maneira mais individual, seja na própria administração pública, seja como assessor de alguns movimentos urbanos que surgiam na época. As primeiras práticas coletivas ocorreram nos sindicatos, através da atuação de uma Cooperativa do Sindicato dos Arquitetos. Outras nasciam dos Laboratórios de Arquitetura das faculdades do mesmo curso, cuja maior referência podemos destacar a prática do Laboratório de Habitação da Faculdade de Belas Artes de São Paulo (LABHAB Belas

Artes) que reuniu nomes com Joan Villa⁸ e João Marcos de Almeida Lopes⁹, importantes figuras para a história da prática das assessorias técnicas em São Paulo. O projeto Recanto da Alegria realizado pelo Laboratório foi descrito mais tarde na dissertação e posteriormente livro de Nabil Bonduki, *Construindo Territórios de Utopia* (1987).

Amparados pela crescente atuação dos movimentos sociais urbanos da cidade no contexto pós redemocratização, as experiências de assessorias técnicas na época ocasionaram o que Carvalho (2016) chama de um “encontro” entre Poder Público, População Organizada e Assessorias Técnicas, formando o famoso tripé nomeado pelos arquitetos e urbanistas que participaram da experiência. A influência da prática ganha forte referência das cooperativas uruguaias que atuavam a partir da Federación Uruguay de Cooperativas de Vivienda por Ayuda Mutua (FUCVAM), conforme afirmam Baravelli (2006) e Barros (2013).

Baravelli (2006) aponta que a experiência da FUCVAM provém da extensa base cooperativista que permeia o Uruguai e a organização de sua classe trabalhadora e de seus sindicatos. As cooperativas habitacionais de um país com cerca de 3 milhões de habitantes chegaram a realizar mais de 16 mil unidades, beneficiando cerca de 60 mil habitantes cooperados em cerca de 300 entidades (BARAVELLI, 2006, p. 62). O autor aponta que o marco da criação das cooperativas no país provém da *Ley Nacional de Vivienda*, promulgada em 1968, período anterior à ditadura uruguaia - que durou de 1973 a 1985. A lei criava um fundo público nacional, o *Fondo Nacional de Vivienda*, ao qual às cooperativas habitacionais de ajuda-mútua (constituídas a partir de categorias sindicais) podiam ter acesso a crédito de forma complementar às cooperativas de poupança prévia. Para a lei a ajuda-mútua é tratada como um investimento não monetizado (Baravelli, 2006, p. 65). Poderiam ser formadas cooperativas de 10 até 200 trabalhadores. As equipes de assessoramento técnico eram obrigadas pela lei a formarem os *Institutos de Asistencia Técnica*, sem fins lucrativos.

⁸ Joan Villa, arquiteto de origem catalã que mora no Brasil há mais de 40 anos. Fez parte do Laboratorio de Habitación da Belas Artes em São Paulo e atuou no NUDECRI, realizando a Moradia Estudantil da UNICAMP, em Campinas-SP, através da tecnologia do painel de cerâmica armado.

⁹ João Marcos de Almeida Lopes, atuou no Laboratorio de Habitación da Belas Artes e fundou a USINA – CTAH, uma das mais antigas e importante assessoria técnica de São Paulo. Hoje é docente do IAU-USP e realiza pesquisa no campo dos Estudos da Produção da Arquitetura e do Urbanismo.

O autor afirma ainda que havia uma dimensão produtiva no papel da FUCVAM, que consistia em realizar um sistema centralizado de compras de insumos e de construir uma fábrica de componentes produtivos para as cooperativas em geral. É essa função produtiva que serve de grande exemplo para a experiência paulista e, como veremos adiante, para as experiências de uma das fases em território fluminense entre os anos 90 a 2000, das cooperativas habitacionais.

Diversos autores em diferentes épocas, incluindo Maricato (1987), Baravelli (2006) e Barros (2013), afirmam também que a influência da FUCVAM na experiência das assessorias técnicas paulistas é difundida através de um vídeo Super 8 que o engenheiro Guilherme Coelho havia gravado em 1981 em uma viagem para conhecer as cooperativas uruguaias. Essa divulgação ganha força a partir do momento que a população organizada e lideranças comunitárias que conheceram Guilherme passam a compartilhar com ele a vontade de realizar uma experiência semelhante em São Paulo. É o caso de Jacira Rodrigues, liderança do projeto de Vila Nova Cachoeirinha¹⁰. Jacira, no ano seguinte à exibição no filme para 600 famílias da sua região, leva junto com Guilherme a reivindicação à COHAB de São Paulo de realizar a construção de cerca de 200 moradias através do modelo, dando origem ao que esses mesmos autores dizem ser a primeira experiência de ajuda-mútua em São Paulo. Tive oportunidade de conhecer e trabalhar junto a Jacira, em uma das fases do Projeto de Vila Nova Cachoeirinha, que anos mais tarde, no final da década de 90, havia passado para as mãos da Peabiru – TCA, da qual fiz parte da equipe¹¹. Era vibrante a fala de Jacira ao lembrar de Guilherme Coelho e do momento ao qual viu o filme pela primeira vez. Parte das imagens do vídeo pode ser vista na obra de Baravelli (2006) e hoje está disponível uma cópia digitalizada no acervo do Centro de Preservação Cultural – Casa de D. Yará - CPC-USP.

Essas primeiras experiências cuja inspiração eram as cooperativas uruguaias tiveram seu auge a partir da criação do Programa FUNAPS Comunitário no município de São

¹⁰ Vila Nova Cachoeirinha é considerada por diversos autores como uma das primeiras cooperativas habitacionais em São Paulo. Tratava-se de um grupo organizado na Zona Norte da cidade, ocupando terreno público ao lado de cemitério e do Hospital Municipal de mesmo nome. A principal reivindicação do grupo era a construção de novas moradias para o local, a partir dos fundos da COHAB do município, que resultou num processo longo de negociações e com diversas fases de execução, pois tratava-se de terreno parcialmente localizado em área contaminada, devido a sua proximidade com o cemitério.

¹¹ Essa fase correspondia ao trecho chamado de Cachoeirinha Leste, devido à posição leste da área dentro da gleba de Vila Nova Cachoeirinha. Ver dissertação de Yamaguti (2006) para mais informações sobre a atuação da assessoria Peabiru em Vila Nova Cachoeirinha.

Paulo, em 1990, com a gestão de Luiza Erundina como prefeita, eleita pelo PT. O FUNACOM, como também ficou conhecido¹², incorporava boa parte das premissas da experiência uruguaia, criando um Fundo Municipal ao qual as associações de moradores poderiam acessar para construção de suas moradias através da autogestão e do regime de ajuda-mútua (o chamado mutirão autogerido), mediante a contratação de mão de obra especializada, denominada **assessoria técnica**, que poderia ser escolhida livremente pelas organizações sociais. O Programa FUNAPS Comunitário utilizava o termo da FUVCAM, *asesoramiento técnico* para denominar os técnicos (arquitetos e engenheiros principalmente) que faziam parte dos projetos. A política durou de 1990 a 1993.

Para esses profissionais, a **assessoria técnica** assumia um papel que aliava a atuação técnica e política junto aos movimentos sociais urbanos em função das reivindicações que estes articulavam no cenário político da época, tendo o objetivo de questionar, rever e propor novas formas da política habitacional. Essas experiências tinham como atuação prioritária a provisão habitacional (muito em função do Programa FUNAPS Comunitário) e, em menor escala, a urbanização e a reurbanização de favelas.

O termo **assessor técnico**, no entanto, não é exclusivo apenas na experiência paulistana, mas também foi utilizado por Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) para nomear sua atuação em todas as 3 experiências relatadas no livro *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Em Brás de Pina ele se reconhece como assessor num primeiro momento aos favelados e, num segundo, ao estado, na figura da CODESCO. Embora existam diferenças entre as demandas da população, dinâmicas com o estado e formas de financiamento, as três experiências de Carlos Nelson assumiam conformações semelhantes às da experiência em São Paulo, tendo, no entanto, sido realizadas em um momento de plena ditadura, entre brechas de uma política habitacional que colocava em prática a remoção de favelas. A FASE, em revistas

¹² O Programa FUNAPS Comunitário (ou FUNACOM) ficou conhecido como o programa de mutirões autogeridos realizados entre 1990 a 1993, na gestão de Luiza Erundina e utilizou em maior escala recursos do fundo municipal para assessoramento técnico a famílias de baixa renda. Consistia num programa cujas organizações comunitárias acessavam recursos públicos e tinham direito a escolherem e contratarem suas próprias assessorias técnicas para a construção de novas moradias, via regime de mutirão (ajuda mútua). Para maiores detalhes ver Ronconi (1996)

publicadas no final da década de 70, relatando as experiências na Zona Oeste do Rio de Janeiro em 1984, também usa o termo assessor técnico para os profissionais que atuavam na época, se reconhecendo como **assessor a grupos de base** (PROPOSTA, 1986).

Aproximadamente no mesmo período, meados da década de 80, surgiam na cidade do Rio de Janeiro experiências que também se denominavam como fazendo parte das **assessorias técnicas** e que tinham como mesma referência a FUCVAM uruguaia. Uma delas está ligada à prática do Núcleo ARCO - Arquitetura/ Comunidade da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Santa Úrsula (FAU USU), criado em 1984. Outra é a experiência do grupo Projetos Comunitários do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF) de 1983. Ricardo Gouvêa, docente e um dos fundadores do Escritório Modelo ARCO da Faculdade Santa Úrsula na época, relata a forte influência uruguaia na experiência e, como veremos em outro capítulo, também na atuação à frente da Fundação Bento Rubião, onde assume mais tarde o posto de Coordenador de Habitação, na década de 90. Essas experiências, cruciais para entender a prática em território fluminense, serão vistas em capítulo posterior.

Outras experiências surgiram pelo Brasil e assumiam influências diversas, algumas marcadas pelas reivindicações dos movimentos de moradia e com referência na experiência uruguaia e outras mais próximas da Lei de ATHIS, cuja atuação era pautada como um auxílio técnico à população de baixa renda, não necessariamente organizada, em geral sendo gerida através de políticas públicas locais, municipais ou mesmo estaduais e federais. Conforme Borel (2020) houve experiências na década de 90, no estado de Minas Gerais, em Ipatinga (1990, com a criação da Coordenadoria de Habitação – CHI) e em Belo Horizonte (1994, com a atuação da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL). As duas foram pautadas por políticas ligadas aos municípios, com forte atuação dos técnicos, fomento das associações locais e, no caso de Ipatinga, da atuação de uma assessoria de São Paulo, a Ação Direta - AD (Borel, 2020).

Após várias experiências realizadas, no final da década de 90 já havia um acúmulo das duas práticas e, inclusive, ponderações e reflexões sobre suas diferenças. Inúmeras dissertações surgem em meados de 2000 trazendo críticas sobre a prática e as experiências, principalmente nos grandes centros de pesquisa e aquelas realizadas

pelos próprios profissionais que haviam sido ou ainda eram assessores. Como Carvalho (2005) e Amaral (2011). A maioria delas se concentrava na conflituosa relação entre populações, seus anseios e o engessamento do estado e suas políticas habitacionais ou urbanas.

Mas há uma delas que é importante destacar pois realiza uma reflexão mais a fundo da práxis, a crítica de sociólogo Francisco de Oliveira ao “mutirão autogerido” em um seminário organizado pelos próprios pesquisadores e técnicos das assessorias técnicas em São Paulo, como fruto de uma pesquisa técnica fomentada pela FINEP – Financiadora de Estudo e Projetos, intitulada **O mutirão autogerido como procedimento inovador na produção da moradia para os pobres: uma abordagem crítica**, realizada entre 2003 e 2005.

No seminário, Chico de Oliveira, sociólogo de formação e militante marxista que já foi integrante do CEBRAP na década de 70 e coordenador do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania – CINEDIC-USP, afirma que o mutirão, “funcionaliza a pobreza, tornando-a plástica e capaz de ser adaptada, cooptada, usada em cada momento e depois abandonada” (OLIVEIRA, 2006, p. 73). Ele questiona o anseio dos técnicos em tornar a prática uma política replicável. Para o sociólogo, a replicação, a generalização da proposta dos mutirões autogeridos como política pública aprofunda o processo perverso da autoconstrução – já que para o autor o mutirão seria uma espécie de caso particular da autoconstrução - de “rebaixamento do custo da força de trabalho ou, em outras palavras (...) de rebaixamento do salário” (Oliveira, 2006, p. 68). Para Oliveira, a premissa por trás de uma política pública que utilize práticas de rebaixamento do salário - e que, portanto, partem do pressuposto de que não há verbas ou dinheiro público suficiente para a questão da habitação – é falsa, pois estaria no “caminho das “políticas focadas”, não universalizáveis, que têm dentro de si um elemento de discriminação” (OLIVEIRA, 2006, p. 84).

A crítica de Chico de Oliveira teve reverberação nos técnicos naquele momento, tanto no momento do seminário quanto nos textos que foram publicados posteriormente. Sergio Ferro, que é um entusiasta até os dias de hoje da prática de algumas assessorias técnicas – como a USINA de São Paulo - rebateu o sociólogo pouco depois questionando a compreensão do rebaixamento do salário do trabalhador no Brasil. A crítica de Chico de Oliveira fez com que os assessores técnicos que se debruçavam

sobre reflexão do tema naquele momento abrissem o olhar para as implicações da prática em corroborar com a crise urbana no capitalismo ao invés de combatê-la.

De modo geral os anos 2000 marcam um período de auge nas experiências de assessorias e assistência técnica fora do eixo Rio-São Paulo, difundidas por várias cidades do país, em geral das regiões metropolitanas. Na pesquisa fomentada pela FINEP citada anteriormente, é possível ver nos estudos de caso experiências em Belo Horizonte (Urucaia, Fernão Dias, Serrano) e em Fortaleza (Conjunto Palmeiras, Bonsucesso, Dias Macedo, Santa Maria Goretti e Mutirão 50).

É também o momento do Estatuto da Cidade, em 2001, regulamentar a política urbana e apresentar os instrumentos para sua implementação que incluíam no artigo 4º, inciso V a “assistência técnica”. Mas foi com a chegada ao governo federal de uma gestão do PT, com a primeira eleição de Lula da Silva, que se chega a outro patamar. Em 2003 é criado o Ministério das Cidades - MC, a política urbana ganha um papel federal e é empreendido um esforço de difundir a prática da assessoria e assistência técnica e de estrutura-la como parte da política habitacional. Os militantes em prol da Reforma Urbana – muitos deles assessores técnicos envolvidos na práxis - estavam próximos ou mesmo dentro do governo, como técnicos, assessores políticos, gestores executivos e queriam ver a efetivação de anos de luta transformados em política urbana. Havia também um amadurecimento da atuação dos movimentos sociais urbanos por todo o Brasil, cada qual com suas formas de luta e um crescente anseio de institucionalizar as reivindicações. Em 2004 é criada a Política Nacional de Habitação (PNH) que estimulava a produção e a melhoria habitacional por mutirão, autoconstrução e autogestão e, finalmente em 2005, é criado o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS, que fazia parte do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o SNHIS. Em 2008, além da criação da Lei de ATHIS, é criado o PLANHAB, e, não apenas o termo **assistência técnica**, mas também a prática contida nela, se consolida como um dos braços da política habitacional, justamente por essa confluência de fatores. Na publicação do Ministério das Cidades intitulada **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**, de 2007, a introdução já apontava que a intenção era “consolidar a prática” e “mostrar a função social dos serviços de assistência técnica” (CUNHA; ARRUDA; MEDEIROS, 2007). O material, uma compilação de mais de 70 experiências de assessoria e assistência técnica por todo o Brasil, é fruto também das discussões de 2 anos antes, em 2005,

quando foi realizado o 1º. Seminário Nacional Assistência Técnica, um Direito de Todos: Construindo uma Política Nacional organizado pelo MC em Campo Grande - MS. O termo **Assistência Técnica** se consagra e passa a ser largamente utilizado até os dias de hoje para designar a práxis como um todo, ainda que existam diferenças entre as duas formas.

Essa consagração do termo e da prática da **assistência técnica** deve-se, também, ao caráter legislativo do seu uso e, claro, do alcance federal que ela efetiva na gestão PT/Lula da Silva entre 2003 e 2012. Mas não devemos também negligenciar o peso das entidades da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas nessa consagração. Os sindicatos de arquitetura e urbanismo e IAB tem papel importante na disputa pelos termos, na redação e, claro, na compreensão dele. Lembremos que no caso do IAB, parte dos relatores da Lei 11.888, Angelo Arruda e Demetre Anastassakis, segundo Cardoso (2021) já haviam feito parte do Instituto. Em 2010 – com a promulgação da Lei nº 12.378/2010 que institui o Conselho de Arquitetura e Urbanismo – e em 2011 – com a eleição dos primeiros conselheiros de cada unidade da federação, o CAU entra com sua máquina para também colaborar nessa consagração e num entendimento mais específico do papel da lei para a conformação do campo profissional. Anos mais tarde, a partir de uma decisão em plenária do Conselho, passa a existir o aporte financeiro para a prática. Pequeno, mas considerável para a difusão da assistência técnica: 2% das arrecadações de cada Conselho nas unidades da federação devem ser destinadas a fomentar e apoiar a prática da ATHIS.

Como afirmam as pesquisadoras Manaia e Guerreiro (2022), logo depois da Lei de ATHIS ser promulgada, entre em cena o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV em 2009, que leva a novos desafios o tema das assessorias e assistência técnica, seja pelas novas estratégias dos movimentos sociais ou seja pelas novas demandas dentro dos territórios de assentamentos precários. O que vinha sendo um crescente acúmulo na práxis, leva um solavanco com o novo Programa, que elevou a produção de habitação social para números nunca vistos antes e, ao mesmo, ampliou algumas conquistas que haviam sido gestadas em momentos anteriores: a autogestão e a possibilidade de organizações da classe trabalhadora de acessar recursos do programa, no caso do PMCMV-Entidades. Mas o engessamento do PMCMV, ainda que estejamos falando da modalidade Entidades, foi suficiente para sufocar uma parte das

práticas que aderiram ao programa. Veremos isso sendo descrito nas entrevistas, como apontou Augusto Alves (2023), arquiteto da experiência Manuel Congo.

Em resumo, podemos entender alguns elementos primordiais entre as duas formas:

- A assistência técnica tem como elemento norteador a prestação do serviço de arquitetura e urbanismo à população pobre, até 3 salários mínimos, de maneira pública e gratuita. A população pode ou não ser organizada e esse serviço pode ser realizada de maneira individualizada ou coletiva. Há uma predominância de práticas dentro dos órgãos públicos.
- A assessoria técnica tem como elemento fundamental o assessoramento técnico de maneira independente às organizações populares da população pobre, constituídas de maneira coletiva, seja em movimentos sociais urbanos, associações de moradores, cooperativas, coletivos populares. Há um profundo sentimento de questionamento das políticas urbanas, habitacionais, ambientais e culturais nesse assessoramento. Essa assessoria pode ou não realizar sua prática através de políticas públicas.

Mas as duas práticas, mesmo com suas diferenças, não são estanques. A práxis nos leva a perceber que elementos de uma e outra estão emaranhados nos processos cotidianos de cada experiência. Entendemos que as práticas são distintas, não existindo, no entanto, uma definição precisa e objetiva que possa delimitar uma e outra. Nas entrevistas isso fica evidente, pois alguns entrevistados usam os dois termos como sinônimos, como no caso de Lurdinha Lopes. Outros preferem se referir a um específico (em geral os profissionais identificados com a prática): como é o caso de Grazia de Grazia, Ricardo Gouvea e Augusto Alves para **assessoria técnica** e Aline Rocha para **assistência técnica**.

Entendemos que cada uma delas deve ser usada de maneira distinta e por isso grafamos de maneira separada assessoria técnica e assistência técnica.

Nos capítulos seguintes, principalmente nos três estudos de caso, veremos mais a fundo a discussão em torno das duas formas da prática.

3 Linha do tempo

3.1 Uma tentativa de periodização da experiência fluminense

A história das experiências de assessorias e assistência técnica em território fluminense não é o objetivo central desta dissertação, já que para isso seria necessária uma pesquisa mais aprofundada do tema. A realização de uma linha do tempo é uma tentativa de tornar visível algumas experiências ao longo da história, reconhecendo que podem existir lacunas, pontos incertos e datas não verificadas com rigor exigido. Trata-se também de um esforço que a pesquisa julgou importante para entender melhor a práxis.

A construção desta linha do tempo contou - além das informações, dos dados da pesquisa bibliográfica e das entrevistas realizadas - com as informações colhidas ao longo da minha práxis como assessora técnica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e com uma série de relatos de profissionais, pesquisadores e movimentos sociais sobre esse percurso histórico.

O ponto de partida para essa periodização é, sem dúvida, a experiência de urbanização de Brás de Pina, considerada como a que mais se aproxima do que hoje conhecemos como assessoria ou assistência técnica em arquitetura e urbanismo, conforme Pulhez (2007), Lopes (2011) e Cardoso (2021).

Bastos (2019) em sua pesquisa sobre autogestão, afirma que havia outras experiências isoladas de assessoria técnica e assistência técnica na RMRJ, feitas de maneira voluntária ou inconclusas, antes e depois da experiência pioneira da Urbanização participativa de Brás de Pina.

Há marcos e experiências significativas que foram colocados na linha do tempo, antes mesmo da realização de Brás de Pina, que correspondem a momentos importantes para essa trajetória, como a criação do núcleo do Rio de Janeiro da FASE, tendo em vista que ela pode ser considerada a segunda assessoria técnica com o trabalho de uma equipe multidisciplinar na história fluminense, depois do grupo Quadra em Brás de Pina. Também merece atenção a criação da Fundação Bento Rubião, em 1986. Nela

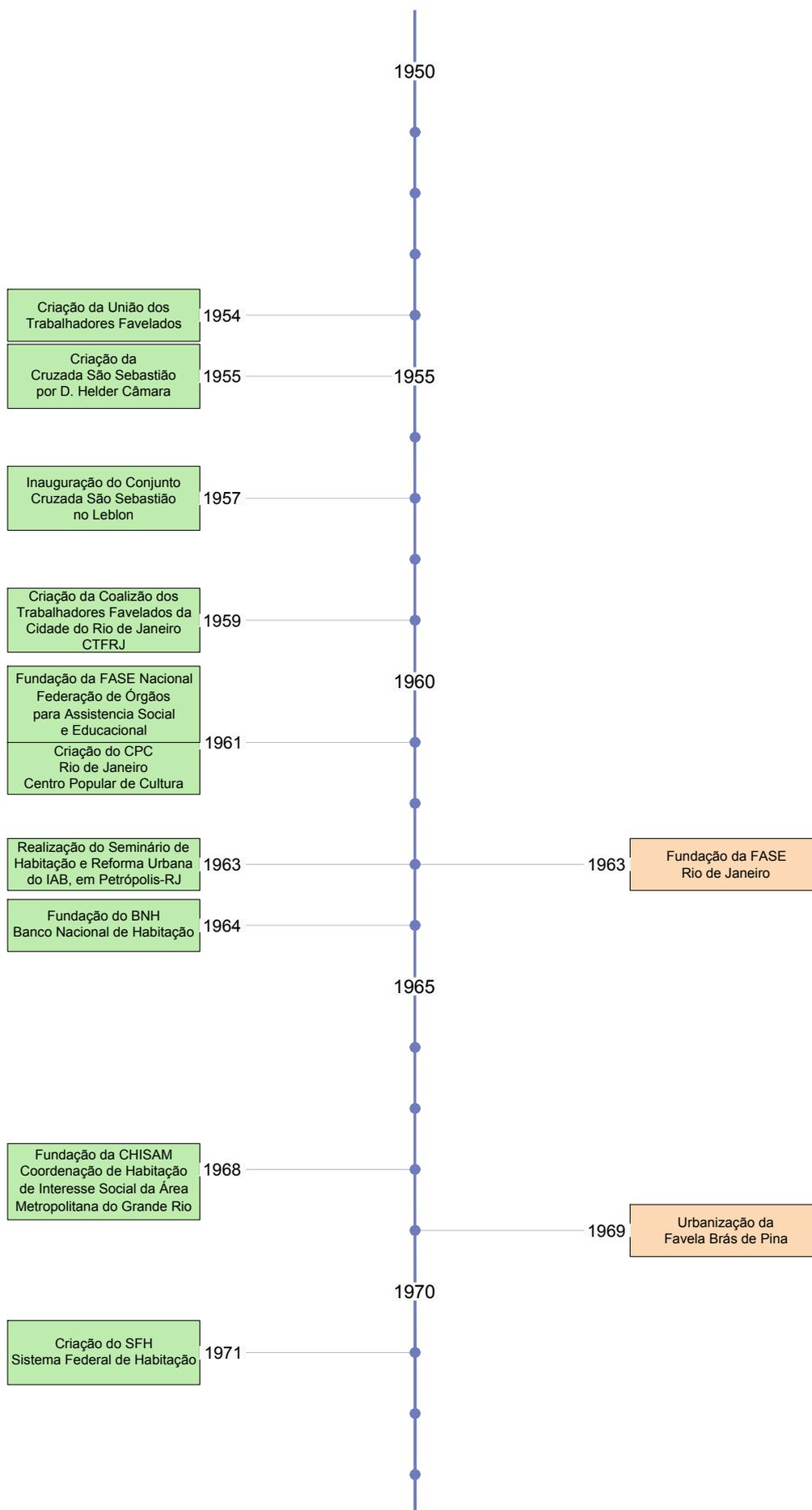
também está contido o surgimento das cooperativas habitacionais e as ocupações de edifícios públicos no centro da cidade do Rio de Janeiro.

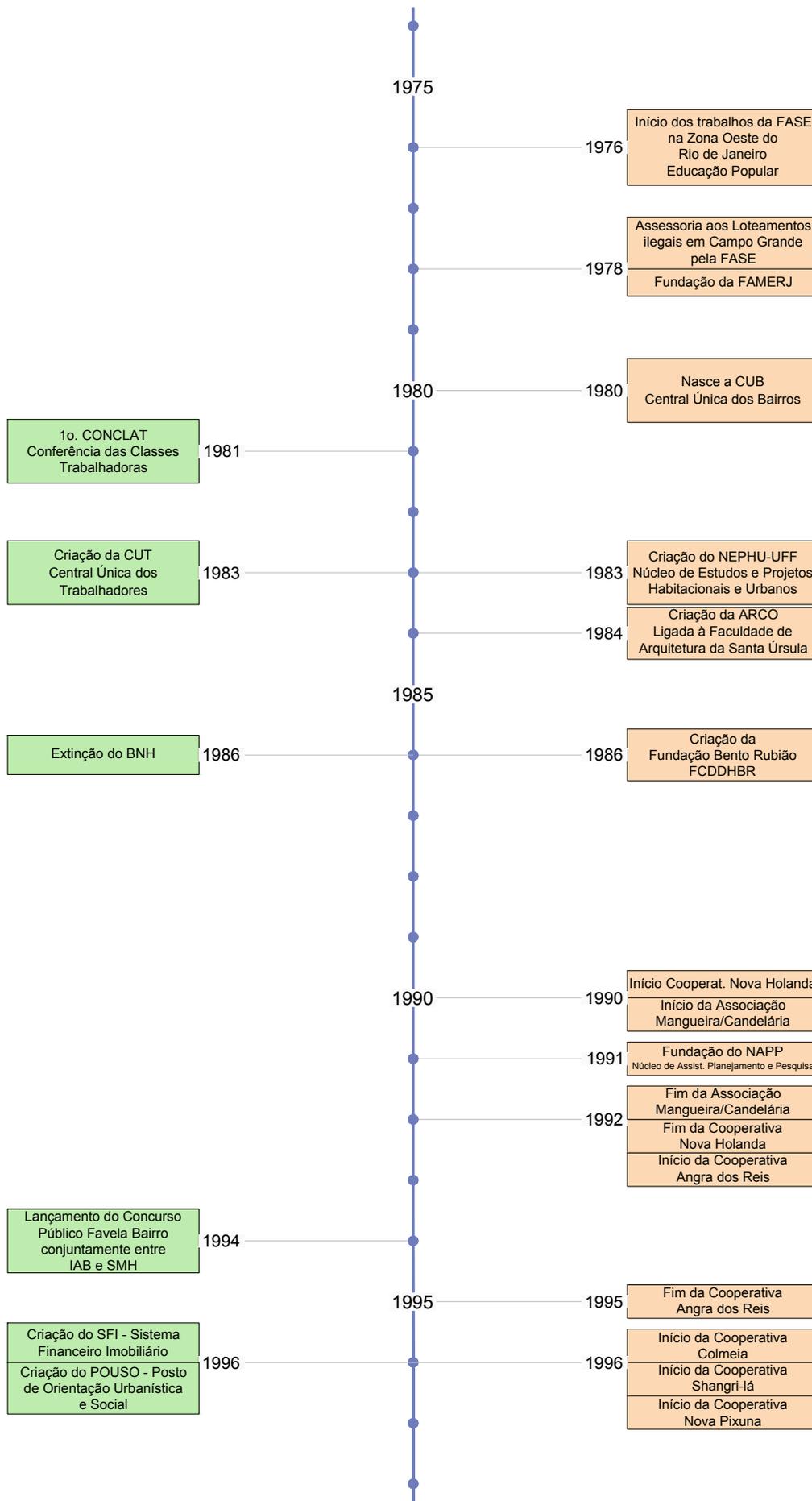
A linha foi construída com dois campos de informações distintos: um deles chamo de **temas e eventos tangenciais** (na cor verde) que se referem a eventos que de alguma maneira modificaram ou fizeram parte da trajetória das assessorias técnicas como, por exemplo, políticas habitacionais federais ou municipais e momentos importantes dos movimentos sociais ao longo da história recente. O segundo ao qual chamo de **experiências propriamente e criação das assessorias** (em laranja), são as datas em que foram realizadas as experiências ou o nascimento dos principais grupos que as realizaram.

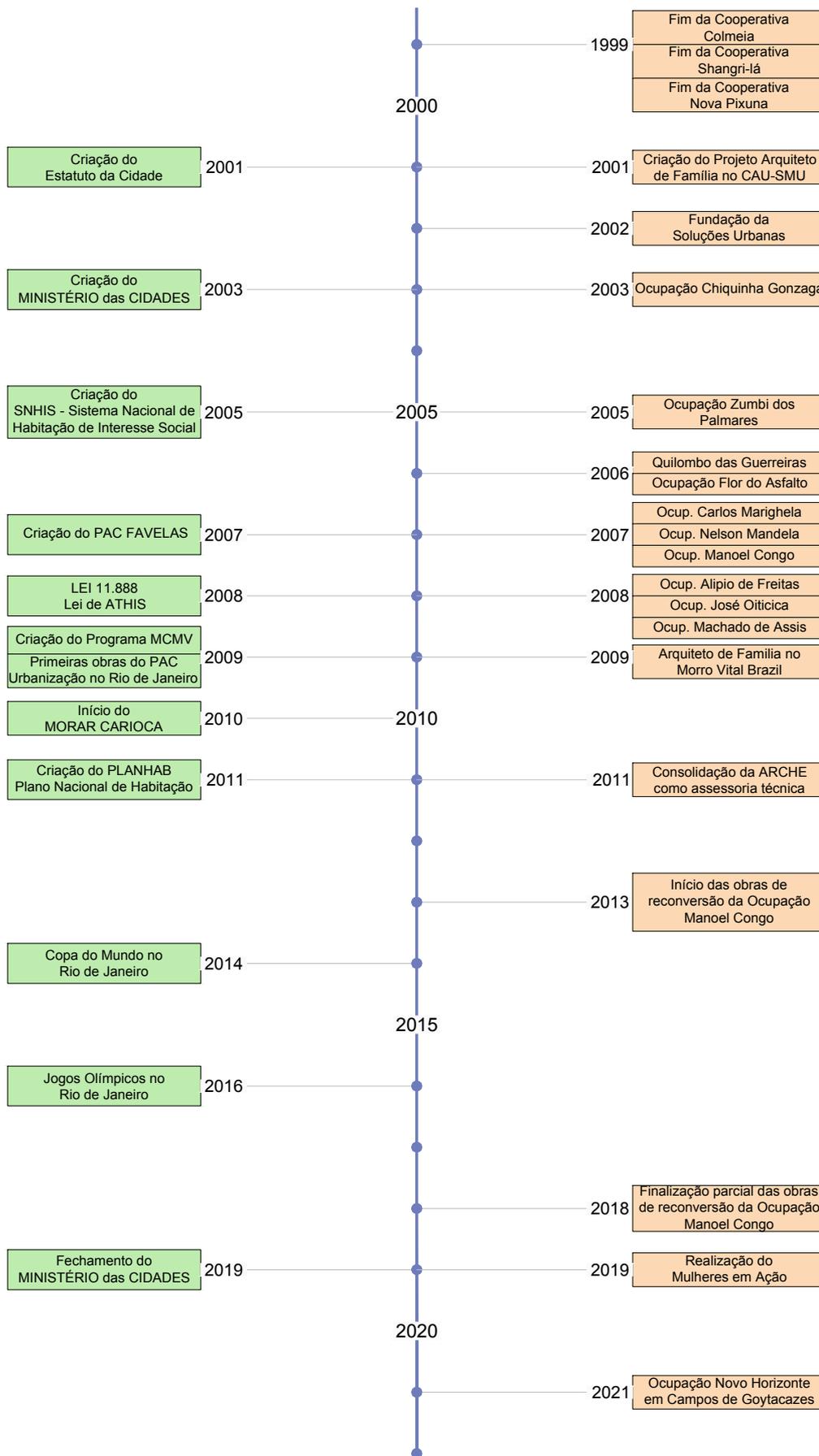
Importante destacar que o critério aqui para a inclusão de experiências era de encontrar, de alguma forma, aquelas que conseguissem reunir o máximo de características comuns entre a assessoria e a assistência técnica que pontuamos anteriormente, das quais destaco:

- Experiências pequenas e centradas em determinado grupo sócio-espacial
- Profunda relação de proximidade entre técnicos e o grupo sócio-espacial envolvido
- Não serem realizadas por profissionais dispersos e/ou isolados, mas em geral por mais de um arquiteto e urbanista.
- Existência de equipes multidisciplinares: arquitetos e urbanistas, engenheiros, assistentes sociais, advogados e outros.
- Processos longos, que conseguissem se aproximar de sua completude.

A seguir a linha do tempo, sendo que os subcapítulos que se seguem são uma breve descrição das experiências mais significativas. A urbanização de Brás de Pina será analisada em capítulo próprio.







3.2 Fase-RJ

Segundo Landim & Pereira (2011) a **Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional - FASE** nasce no momento de surgimento dos movimentos sociais na década de 60, tendo em sua formação setores progressistas da igreja católica. É na década de 70, principalmente no final do período da ditadura, que sua atuação se consolida no Rio de Janeiro, criando o núcleo fluminense, a FASE-RJ. Ao longo dos anos a FASE se tornou uma referência como ONG de atuação de questões urbanas, assim como é uma das entidades que ajuda a consolidar a forma *Organização Não Governamental* por todo o Brasil, articulando uma rede de atuação de ONGs até os dias de hoje. Segundo as autoras:

“a FASE está presente nesses processos marcados por mobilizações sociais e surgimento de novos atores e lideranças (...). Através de seus projetos espalham-se assessores de movimentos populares pelo país conformando aos poucos um conjunto particular de especialistas da política e da ação social” (LANDIM & PEREIRA, 2011, p. 36).

A FASE-RJ não era uma organização de arquitetos e urbanistas, mas sim formada, em sua maioria – ao menos naquele momento do final da década de 70 - por profissionais das Ciências Sociais, Serviço Social, Educação e Direito. Além de pessoas ligadas diretamente à igreja católica. Não foram encontrados registros dos arquitetos e urbanistas que fizeram parte das experiências da FASE-RJ nesse momento, mas segundo depoimento de Grazia de Grazia (2022), havia profissionais de outras entidades que atuavam junto com a ONG nesse período.

Importante notar que, apesar de não se intitular como uma **assessoria técnica** na época dos primeiros relatos, é dessa forma que entendemos sua atuação principalmente pelo caráter de aliados dos movimentos sociais que surgiam nos loteamentos da cidade do Rio de Janeiro. Ela reúne elementos característicos das assessorias, como equipes com trabalho coletivo, atuação em pequenas comunidades e o questionamento da ação e da política urbana do estado. No entanto, as categorias mobilizadas pelos integrantes da FASE-RJ daquele período são outras: **coletivos de educadores, trabalho de base e educação popular** eram algumas delas. Elas fazem parte do repertório e do modo de agir da Igreja Católica progressista e, em parte, da nova maneira com que militantes da esquerda agiam, em crítica aos velhos métodos de orientação marxista ligados aos partidos comunistas no período. Propunham dessa forma uma outra visão sobre a ação política, voltada para um olhar local muito apurado

e de proximidade com o cotidiano da classe trabalhadora, o olhar para o “trabalho de base” junto às populações mais pobres. Importante entendermos que o que denominamos como assessoria técnica não é o conjunto da atuação da FASE-RJ, mas esta experiência específica.

Segundo a assistente social Grazia de Grazia¹³ que trabalhou junto a FASE-RJ de 1978 a 2003, no final da década de 70 os técnicos iam aos bairros periféricos da classe trabalhadora, principalmente da Zona Oeste, com a intenção de realizar um trabalho de base voltado para a “formação de consciência de classe” com forte direcionamento para as questões da produção e do trabalho operário. Mas, em contato com a população perceberam que havia outras questões pungentes cotidianas para esses moradores, principalmente em relação ao urbano e, mais propriamente, aos loteamentos onde moravam.

A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro foi até 1930 uma área rural – o maior produtor de laranjas do Brasil, segundo dados da própria FASE-RJ. Depois da crise pós 2ª. Guerra da produção fluminense de laranjas, as chácaras da Zona Oeste foram sendo tomadas por loteamentos irregulares e clandestinos, encabeçados por loteadores cuja intenção era extrair o máximo da renda da terra parcelada (PROPOSTA, 1986). Em 1981 é publicada pela entidade um Suplemento Especial da Revista Proposta (revista de divulgação da FASE) intitulado “**A questão urbana**”¹⁴, onde relata o Seminário realizado por ela com diversas associações de moradores do Rio de Janeiro e de outras cidades onde a FASE possuía atuação pelo Brasil, como São Paulo, Belém, São Luis, Recife, Fortaleza, Vitória, Curitiba, Porto Alegre e Salvador. O suplemento trás riquíssimos depoimentos de cada luta local, as implicações de enfrentamento com o estado na luta por reivindicação de questões urbanas e os dilemas dos integrantes do movimento. Há também vozes que relatam a luta dos moradores dos loteamentos contra as cobranças intermináveis dos loteadores de terras da Zona Oeste.

¹³ Grazia de Grazia é assistente social e assessora técnica social da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro - UMP-RJ. Trabalhou na FASE no final da década de 70, sendo que em 2003 foi para o Ministério das Cidades. Em 2008 entra da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e ajuda a implantar o Conselho do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social. Desde 2010 é assessora da UMP-RJ e trabalhamos juntas em alguns projetos ligados ao movimento de moradia.

¹⁴ O suplemento está disponível em <https://issuu.com/ongfase/docs/revista-proposta-suplemento-questao-urbana>, acessado em 22/jan/2023.

A participação de arquitetos e urbanistas dentro da própria FASE-RJ não é muito clara ao ler os primeiros artigos e relatos da Revista Proposta, mas segundo depoimento de Grazia os arquitetos vieram através do IAB-RJ e atuaram de maneira conjunta com os educadores populares um pouco depois dos primeiros contatos, até o começo da década de 80. Havia, num primeiro momento, a participação intensa de profissionais do Serviço Social e advogados com experiência em questões urbanísticas. Alguns relatos citam advogados vindo de “experiências em São Paulo” (PROPOSTA 29, p. 10). Só depois de 1978 é que os arquitetos entram a partir do IAB-RJ e com a criação de um grupo de participação mista e ampliada, chamado **Terra e Habitação**, que envolvia IAB-RJ, membros das paróquias locais, equipe FASE-RJ e moradores. A participação do grupo Terra e Habitação junto a FASE-RJ implica num novo patamar de fundamentação técnica da experiência nos loteamentos, pois, apesar de cada um ter uma questão específica, há um pano de fundo similar a todos em relação ao direito à cidade dos assentamentos precários que surgiam na periferia da cidade, os subúrbios, e que era fundamentado de maneira mais objetiva com profissionais da área do urbanismo. Há relatos de uma série de encontros e reuniões realizados entre 1979 e 1980 para consolidar os grupos de base que iam se formando pelos bairros, todos sendo assessorados pelas equipes da FASE-RJ.

Os relatos e artigos contidos na Revista Proposta indicam que essas experiências contribuíram para a formação, praticamente ao mesmo tempo, da Pastoral de Favelas – criada em 1977¹⁵ - ligada à Arquidiocese do Rio de Janeiro. Dela vinha a assessoria jurídica que requisitavam os moradores e muitas vezes pequenos recursos para remunerar os profissionais envolvidos que não eram membros da FASE-RJ. Os assessores realizavam mutirões junto às famílias, para coleta de documentos e dados dos pagamentos dos lotes adquiridos, pois era comum que as famílias tivessem uma constante dívida de prestações do terreno com os loteadores e com imobiliárias da região que intermediavam o processo de compra e venda.

Em maio de 1980, com o convite sendo feito ao prefeito da cidade do Rio de Janeiro, é chamada a Grande Assembleia, nome dado a um grande encontro promovido pelas

¹⁵ Segundo Mario Brum (2019), a Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro surge tendo como principal ação o auxílio jurídico e a divulgação na imprensa da ameaça de remoção da Favela do Vidigal, localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro, na avenida Niemeyer. Já havia reunião entre grupos de moradores nas favelas e representantes da Igreja antes disso, tanto a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) quanto às organizadas pela FAFEG, mas a ação no Vidigal consolidou a Pastoral e seu trabalho a partir daí, que consistia basicamente ao apoio jurídico contra remoções e aos moradores de loteamentos.

diversas associações que surgiram na época. Esta conta com a participação de 1500 moradores de loteamentos, sem, no entanto, ter tido o aparecimento do prefeito da época, Julio Coutinho. Lá estavam as principais federações de associações de moradores, como a Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro - FAMERJ, a Federação das Associações de Favelas no Estado do Rio de Janeiro - FAFERJ e o MAB de Nova Iguaçu (Movimento Amigos de Bairro de Nova Iguaçu). Também havia atuação da Pastoral do Trabalhador, do Sindicato dos Engenheiros e de parlamentares. A partir dela são realizados os Encontro dos Bairros, bimensalmente. É em agosto desse ano que é criado o CUB (Conselho de União dos Bairros), uma coordenação de moradores indicados pelos loteamentos, aumentando assim o alcance político destes frente às reivindicações para o estado. É decisão dos representantes dos loteamentos que o CUB fosse formado através da escolha de representantes indicados por cada associação de moradores. Lembremos que em 1979 é aprovada a Lei 6679, também conhecido como Lei Lehmann, que regulamenta a execução dos loteamentos urbanos em todo o Brasil, chegando a punir loteadores que não cumprissem parâmetros urbanísticos mínimos. A lei acaba sendo um embasamento legal para a luta dos moradores naquele momento.

Após um ano de 1981 intenso de lutas, na qual envolvia reuniões, pressões e reivindicações junto à prefeitura do Rio de Janeiro, ocorre um período de intensas negociações com o prefeito e o governador do Rio de Janeiro. Depois de um processo desgastante e sem grandes avanços, parte da luta desses grupos passa a ser pela urbanização dos loteamentos mais precários. É com a chegada de Brizola ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1983, que há pequenos avanços na política urbana, após muita pressão das entidades envolvidas. Cria-se em 1984 o **Núcleo de Regularização de Loteamento na Procuradoria Geral do Estado**, tendo a frente um conhecido procurador apoiador da luta urbana, Miguel Baldez¹⁶. Esse núcleo, como aponta o próprio Baldez em artigo para a revista Proposta (1986), refletia a abertura do estado em colocar-se como um ponto de apoio à luta dos moradores dos loteamentos, já que não era um órgão de execução da política urbana, mas sim uma

¹⁶ Miguel Baldez é importante personagem na luta pelo direito à regularização fundiária e da Reforma Urbana no Rio de Janeiro e no Brasil como um todo. Anos mais tarde ajuda a formar o Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, o NUTH, que existe até hoje.

procuradoria, integrante do sistema judiciário, cuja função era mais fazer valer a lei, do que elaborar e executar a política urbana.

Em 1984 a FASE-RJ assessora a FAMERJ a escrever um documento intitulado “Problemática dos moradores de loteamentos irregulares e clandestinos” onde elenca uma série de irregularidades cometidas pelos loteadores e poder público em relação aos loteamentos. Começa então uma pressão por verbas, direcionadas à prefeitura, para a urbanização dos loteamentos. Em 1985 o prefeito faz a promessa de destinar cerca de 6 bilhões de cruzeiros para começar obras de urbanização em 11 loteamentos iniciais, que ao fim não se realiza. Segundo dados encontrados na revista Proposta de 1986, havia pelo menos 250 associações de moradores no período, sendo 50% de moradores de loteamentos. A revista Proposta 29 de 1986 é onde podemos encontrar a maioria desses relatos e ler as avaliações que os assessores e técnicos da FASE-RJ fizeram sobre toda a experiência.

Anos depois, final da década de 80, a FAMERJ entra em crise, conforme aponta editorial do jornal da federação em 1988 e aponta Grazia de Grazia em sua dissertação de mestrado. A FASE-RJ amplia suas atuações na cidade do Rio de Janeiro e passa dar mais empenho a outros movimentos sociais que surgiam com força na época, principalmente o movimento de trabalhadores pela reforma agrária.

E por fim, nos anos finais da década de 80 essa luta rende a criação de um **Núcleo de Loteamentos** dentro da **Procuradoria do Município do Rio de Janeiro** que passa a atuar sistematicamente com o tema. Dela derivam outros órgãos, não mais no judiciário, que efetivamente elaboravam políticas urbanas em relação aos loteamentos, conformando um pouco depois o **Núcleo de Regularização de Loteamentos**, criado em 1987. Segundo alguns técnicos e servidores da área naquele período¹⁷, foi a movimentação decorrente daquelas primeiras reivindicações dos moradores dos loteamentos que fomentou a criação e a formação de parte do corpo técnico da Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro e do Núcleo de Regularização de

¹⁷ Me refiro aos depoimentos realizados ao grupo de pesquisa LEUS, ligado ao Serviço Social da PUC-Rio, intitulado Mémoires do Urbanismo, disponível na internet. Destaco os depoimentos de Antonio Augusto Veríssimo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=k5IqtfpRUD0>, acessado em 23/jan./2023 e de Angela Regina, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=9MZ6gvf7vWU&t=2033sx>, acessado em 23/jan/2023.

Loteamentos (este por fim ligado à SMH, após sua criação) anos depois, em 1994. A experiência teria sido decisiva para programas como o Favela Bairro e Morar Legal.



Figura 6: Manifestação com integrantes do CUB, em frente à ALERJ. Fonte: Proposta, n. 29, p. 39, 1986

A FASE-RJ atua até hoje no Rio de Janeiro e tem forte e permanente atuação em denúncias, análise e pesquisas do território fluminense, se consolidando mais com uma ONG de alcance múltiplo, agindo em diversas frentes.

3.3 Núcleo ARCO

Em 1985 é formada o Núcleo Arquitetura / Comunidade – ARCO, da Faculdade Santa Úrsula - USU, no Rio de Janeiro. Segundo depoimento de Ricardo Gouvea¹⁸, arquiteto professor do curso na época e um dos fundadores do núcleo, a intenção era ser um grupo de extensão para atuar com comunidades, próximo de uma assessoria técnica dentro da Universidade. O Núcleo fazia parte da extensão da USU, ligados ao que era chamado de Vice-Reitoria Comunitária, que correspondia a uma série de iniciativas de extensão nos departamentos da USU. O ARCO teve a duração mais duradoura de todos eles, existindo até 1996. Sua manutenção vinha diretamente dos recursos da Vice-Reitoria, mantendo certa independência desta e também da necessidade da busca de

¹⁸ Ricardo Gouvea, arquiteto e urbanista, doutor pela UFRJ, é hoje gerente do CAU-RJ e pode ser considerado um dos assessores técnicos mais importantes da década de 90/2000 no Rio de Janeiro, principalmente após ser Diretor Executivo da Fundação Bento Rubião. Chegou a trabalhar no BNH, ainda na década de 80 e participou ativamente nas Comunidades Eclesiais de Base – CEB na juventude.

recursos como financiamentos externos. Regina Pimenta, engenheira e Ricardo Gouvea, arquiteto e urbanista, eram os professores responsáveis. Faziam parte dele também outros profissionais (em 1992) Alexandre Correia, Baltazar Morgado, Isanda Souza, Luciano Chaves, Maurício Azevedo, Paulo Ventura, Regina Pimenta e Ricardo Gouvea (BASTOS, 2019). Fizeram muitos projetos como centros comunitários e creches em contato com associações de moradores, prefeituras e também com a Arquidiocese de Duque de Caxias, que era liderada pelo Bispo Dom Mauro Morelli. Alguns projetos também na cidade do Rio de Janeiro e uma creche em São Gonçalo. Ricardo em entrevista relata que um grupo de alunos do Núcleo fez uma visita aos mutirões autogeridos de São Paulo, ainda na vigência do Programa FUNAPS Comunitário. Bastos (2019) em sua pesquisa mostra fotos dos alunos na visita os mutirões em São Bernardo do Campo, onde tomam contato com o arquiteto Leonardo Pessina.

Ricardo Gouvea avalia que Nova Holanda, no Complexos de Favelas da Maré, foi o trabalho mais importante para o Núcleo ARCO. Considerada por Bastos (2019) como a “primeira experiência de cooperativismo habitacional no Estado do Rio de Janeiro de que se tem notícia” (BASTOS, 2019, p. 60).

Paralelo à sua atuação como professor, Gouvea prestava serviços para a Secretaria de Desenvolvimento Social para elaborar projetos simplificados de urbanização de favelas, o que acabou não prosperando devido a questões financeiras da Prefeitura do Rio de Janeiro. Lá, em 1989, ele conhece o engenheiro Helio Aleixo da Silva, funcionário da Prefeitura do Rio de Janeiro, que lhe apresentou Eliane, uma das primeiras representantes de associação de favelas da Maré daquele período e que havia sido integrante da Associação de Moradores e Amigos de Nova Holanda – AMANH, criada em 1980. A associação, segundo Bastos, havia conseguido em menos de uma década inúmeras conquistas coletivas, como a construção de equipamentos comunitários e a urbanização do assentamento. A história da futura cooperativa começa quando o grupo de Nova Holanda recusa o tíquete construção que era disponibilizado pelo Governo Sarney¹⁹ na época, já que havia claramente uma escolha clientelista das associações de moradores que seriam contempladas e pelo fato de o valor ser muito baixo. Agruparam as famílias e decidiram que 300 receberiam o

¹⁹ O tíquete construção era um auxílio federal para compra de material de famílias de baixa renda, chamado “Fala Favela” (BASTOS, 2019).

benefício e assim comprariam o material coletivamente para depois doar para a recém criada cooperativa, a **Cooperativa Mista e de Consumo de Nova Holanda - COOPMANH** o que possibilitou, entre 1989 e 1990, uma espécie de capital de giro para beneficiar 30 a 40 famílias, na reconstrução de barracos. A história da COOPMANH²⁰ foi muito contada e estudada, mas resumidamente era formada por famílias moradoras dos barracos provisórios - que serviam como posto de triagem – chamados de Centro de Habitação Provisória – CHP - para a população que seria depois levada aos conjuntos residências distantes que foram construídos na Zona Oeste – na gestão de Carlos Lacerda em 1962, com sua política de remoção de favelas da Zona Sul, principalmente da Favela do Esqueleto, do Morro da Formiga, do Morro do Querosene, da Praia do Pinto e da Macedo Sobrinho (DINIZ, 2012, p. 84). Ao todo cerca de 1000 famílias moraram em barracos no mangue da região por mais de 20 anos. Segundo Ricardo, com esse dinheiro do tíquete e também com outras doações, a Cooperativa conseguiu reconstruir parte dos barracos de madeira. Passaram a ser construções de alvenaria, porém sem a colocação de esquadrias, sendo que a família pegava o material da cooperativa e ressarcia o empréstimo em dinheiro (mesmo com a alta inflação na época) em até 4 meses. Quando quitavam a primeira dívida, podiam pegar mais material, caracterizando o que ele chama de “uma grande solidariedade”, com inadimplência quase zero. A definição das famílias prioritárias era escolhida coletivamente. Com a doação de um recurso do BNH - PROFEC conseguiram adquirir uma máquina para construir uma usina de tijolos, blocos de cimento e lajes pré-moldadas, que foi largamente utilizada nesse período, já que a cooperativa tinha vários braços: usina para produção de componentes, casas novas e melhorias habitacionais. Em 1990 a COOPMANH reivindicou para a Caixa Econômica Federal (CEF) a construção de 46 novas unidades habitacionais, em função de um programa de mais de 240 unidades que estava previsto para a área. A população local foi contratada, mas a gestão da obra foi feita por uma pequena empreiteira. A iniciativa teve uma visibilidade muito grande, apareceu na mídia, era considerada um exemplo na época, segundo Gouvea. Toda a assessoria técnica foi realizada com os estudantes da Santa Ursula ligados ao ARCO, com a supervisão do grupo de professores.

²⁰ Para a história de Nova Holanda ver Bastos (2019) e o livro de memórias realizado pelo Núcleo de Memória & Identidade da Maré, intitulado **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**, disponível em https://issuu.com/morula/docs/novaholanda_web_issuu, acessado em 22/jan./2023.



Figura 7: Foto da Cooperativa Nova Holanda, recém inaugurada. Fonte: CORREA, 2007, p. 41

Houve uma questão do desenho importante nos relatos de Ricardo Gouvea, que ocorria no que ele chamava de plantões de melhorias. Os moradores já iam com um desenho da casa. Pouco técnico, como ele relata, mas já uma ideia definida do que queriam. Em geral, segundo Ricardo Gouvea, naquela época eram os homens quem iam discutir com “os arquitetos”, os “técnicos”, embora as mulheres fossem pra obra mais tarde. Havia, sem dúvida, um patriarcalismo em relação ao contato e às discussões com os supostos detentores do saber técnico. Não era questão preponderante naquele momento para os integrantes da ARCO metodologias participativas que englobassem todos os integrantes da família. Segundo Ricardo, ARCO continuou sua atuação depois de 1992, quando ele entra na Fundação Bento Rubião e diminui a participação no grupo. Tempos depois, em 1996, o Laboratório é desfeito, pois não havia mais interesse da universidade em mantê-lo.

3.4 Nephu- UFF

Praticamente no mesmo período, em 1983, surgia a experiência Projetos Comunitários, dentro de uma disciplina de projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense - UFF. Dessa experiência nasce mais tarde o **Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU** (Proex - Pró-reitoria de Extensão), laboratório de habitação ligado à UFF, tendo a frente a professora Regina Bienenstein. O núcleo prestava “assessoria técnica para o desenvolvimento de projetos para a população carente dos municípios de Niterói e São Gonçalo”²¹. Segundo relato de Regina para o vídeo institucional sobre o NEPHU, a núcleo surge a partir do pedido da Associação de Moradores da Favela do Gato (uma antiga vila de pescadores ameaçada de despejo) em São Gonçalo, para o assessoramento técnico do projeto de regularização e urbanização da favela, ameaçada de despejo. Em 1990 a população consegue a propriedade da terra “com escrituras recebidas após a implantação do redesenho urbanístico da área” (BIENENSTEIN, 2019, p. 11). Em 1994 a experiência já havia envolvido várias outras áreas da universidade, como engenharia, geologia, ciências sociais e comunicação. Nas imagens do vídeo é possível ver reuniões participativas para realização do projeto com os moradores, com apresentação de croquis, desenhos e plantas. Ao longo dos anos foram sendo realizados convênios com órgãos públicos, municipais, estaduais e federais, para que o projeto pudesse ser realizado aos poucos. Regina destaca a importância do que ela chama de “redesenho da estrutura espacial” (BIENENSTEIN, 2019, p. 13), cujo característica consiste em não (apenas) aceitar o desenho urbano existente dos assentamentos, mas propor novos eixos, novas formas de organização das ruas, realocação de casas e reassentamento.



Figura 8: Reunião e oficinas com moradores da Favela do Gato, em 1985, foto de Sergio Vilela. Fonte: BIENENSTEIN, 2016, p. 8

²¹ Relato extraído de vídeo institucional de 1994, relatando a atuação do NEPHU-UFF, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SxRHYJOAoZ0&t=13s>, acessado em 20/jan./2022.

O NEPHU existe até hoje e ao longo de sua trajetória realizou diversas assessorias técnicas às populações do Leste Fluminense (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Maricá) e também no Rio de Janeiro – onde a principal e mais recente é contra a remoção da Vila Autódromo, em 2016 - sendo muito ativo até os dias de hoje. No seu site se declara como um núcleo que realiza pesquisa, extensão e formação. Regina Bienenstein é grande defensora do que ela chama de uma “assessoria independente e autônoma” que não esteja atrelada e dependente do poder público, escolhidas livremente pelas organizações populares, assemelhando-se à figura do Defensor Público (BIENENSTEIN, 2019, p. 18) e que, por essas condições, seria mais fácil de ser concretizada num ambiente como a universidade pública. Segundo ela é essencial que as universidades públicas realizem a formação dos alunos de arquitetura e urbanismo se debruçando em pensar a população que mais precisa do direito a moradia. O NEPHU assume as características de um laboratório de extensão de atuação de longa duração, principalmente assessorando aos movimentos sociais urbanos, onde os processos são realizados ao longo de anos e com diversas gerações de alunos sendo formados por eles.

3.5 Fundação Bento Rubião

A Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR), ou simplesmente **Fundação Bento Rubião – FBR** - como chamaremos a partir de agora - nasce em 1986 e, segundo Ricardo Gouvea, a partir de um grupo de integrantes da Pastoral de Favelas²². Criada por um grupo de técnicos que antes atuavam na própria Pastoral, estes decidiram dar continuidade aos trabalhos numa nova instituição, que assumia na época o formato de uma “fundação de caráter filantrópico de utilidade pública municipal e federal”²³. Sua atuação principal ao ser criada era relacionada ao “fortalecimento comunitário e na garantia do direito humano básico ao acesso, à permanência e a regularização fundiária”²⁴.

²² Como vimos anteriormente a Pastoral de Favelas no Rio de Janeiro possuiu forte atuação junto aos movimentos sociais urbanos no Rio de Janeiro principalmente atuando contra os despejos, sendo uma das mais conhecida a experiência na Favela do Vidigal. A Pastoral existe até hoje e continua com suas ações contra remoções, despejos e, algumas vezes, assessoria a movimentos sociais urbanos.

²³ Dados retirados no site da entidade, disponível em <http://www.bentorubiao.org.br/institucionais/historico/>, acessado em 23/jan/2023.

²⁴ Idem.

Ricardo Gouvea afirma que entrou na FBR entre 1991/1992, como técnico que atuaria nos projetos de regularização fundiária. Em pouco tempo ele assume a Direção Executiva da entidade. Não apenas eles, mas alguns profissionais que haviam passado pelo ARCO também entraram no mesmo período. Esses profissionais abriram duas frentes de atuação na FBR: uma voltada para as cooperativas habitacionais com autogestão (tendo como referencia a experiência com Nova Holanda e do FUNAPS Comunitário em São Paulo) e que passou a se denominar **Direito à Habitação** e outra de regularização fundiária e oposição a despejos, que já era uma atividade desenvolvida pela entidade, que foi denominada como **Direito à Terra**.

A FBR pode ser considerada uma das mais consolidadas assessorias técnicas da cidade do Rio de Janeiro pela longa trajetória de atuação em diversos projetos na RMRJ. Foi uma das principais impulsionadoras das cooperativas habitacionais que surgiram na década de 90 e começo de 2000, realizou regularização fundiária na região metropolitana do Rio de Janeiro e assessorou ao menos 3 projetos que pleitearam o Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades entre 2006 e 2016. Formou e teve como técnicos uma geração de arquitetos e urbanistas, engenheiros, assistentes sociais e advogados que participaram ativamente em prol da reforma urbana em suas mais diversas formas: seja como gestores e parlamentares – como é o caso de Valério da Silva, Tainá de Paula e Sandra Kokudai; como de profissionais que seguiram o trabalho relacionado ao assessoramento técnico, como Alexandre Correia – que anos mais tarde compõe a equipe da ONG Soluções Urbanas - João Paulo Huguenin e Elsa Burguière - que consolidaram a Arche Projetos Participativos como assessoria técnica e da qual faço parte hoje.

As cooperativas habitacionais talvez tenham sido as experiências mais estudadas entre as ações realizadas pela FBR. Bastos (2019) e Huguenin (2013) abordam com detalhes algumas experiências. Segundo depoimento de Ricardo Gouvea, a principal influência das experiências de cooperativas impulsionadas pela FBR foi a FUCVAM, no Uruguai. Em uma das visitas que realizou ainda no início da década de 90 a São Paulo, Ricardo relata que também conheceu Leonardo Pessina, arquiteto uruguaio, um dos criadores da CAAP - Centro de Assessoria a Autogestão Popular²⁵, assessoria técnica

²⁵ Leonardo Pessina formou a assessoria técnica CAAP ao lado da assistente social Ana Luiza Vaz que por sua vez iniciou sua carreira em 1970 no INCOOP/RJ - Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio de Janeiro. Realizaram diversos projetos com autogestão, em São Paulo e também em Santa Catarina.

que chegou a participar dos mutirões autogeridos em São Bernardo, Região Metropolitana de São Paulo. Leonardo havia já feito parte das experiências da FUCVAM no Uruguai e se mudou para o Brasil ainda no início da década de 80.

Segundo Gouvêa (2003) as experiências de impulsionamento das cooperativas e associações de moradia podem ser entendidas dentro do que ele chama como **produção social do habitat**: “(...)aquela que, produzida pelos pobres e à margem das políticas públicas e de mercado, obtém, por seus próprios meios econômicos e culturais, responder às suas necessidades, ainda que de forma limitada” (CORRÊA, 2003, p. 18). Mais de 10 cooperativas foram listadas por Gouvêa em levantamento feito em 2003, não apenas fomentadas pela FBR, mas também por convênios com a Prefeitura do Rio de Janeiro e por outras entidades. Bastos (2019), por sua vez, elenca mais 3 outras cooperativas nos anos subsequentes, sendo a de Esperança e a de Ipiiba II, a mais recente delas.

QUADRO 1 – ASSESSORIAS A COOPERATIVAS, ASSOCIAÇÕES E MUTIRÕES						
Comunidades	Nº de unidades	Parcerias	Gestão Principal	Contexto	Modelo	Data
Cooperativa Nova Holanda	765	Governo Federal, Estadual e Municipal	Cooperativa	Reconstrução de barracos/ Construção de novas unid.	Fundo de crédito /“Construtora”	1990/92
Associação Mangueira/ Candelária	30	CI/Outra Ong	Outra Ong/ Associação	Reconstrução do próprio terreno p/ desabrigados	Ajuda mútua	1990/92
Cooperativa Angra dos Reis	160	Prefeitura	Cooperativa	Remoção de área de risco para terreno novo	“Construtora”/ Ajuda mútua Autoconstrução	1992/95
Cooperativa Colméia	30	CI/Prefeitura	Cooperativa/FBR	Construção em terreno novo	Ajuda mútua	1996/99
Cooperativa Nova Pixuna	23	CI/Prefeitura	FBR	Reconstrução de barracos	Ajuda mútua Autoconstrução	1996/99
Cooperativa Shangri-lá	29	CI/Igreja	Cooperativa/Igreja	Reconstrução de barracos	Ajuda mútua	1996/99
Associação Rio das Flores	93	CI/IP/Outra Ong/ Prefeitura	Outra Ong	Construção em terreno novo p/ desabrigados	Ajuda mútua Empreiteira	1996/98
Associação Caju	25	Prefeitura	Prefeitura	Reconstrução de barracos	Ajuda mútua Autoconstrução	1997
Favela do Preventório	118	Prefeitura	FBR/Prefeitura	Construção de sanitários em moradias precárias já existentes	Ajuda mútua	2000
Cooperativas Ipiiba e Herbert de Souza	120	CI	Cooperativas/FBR	Construção em terreno novo	Ajuda mútua	2001/ em curso
TOTAL	1.393					

Síglas: CI – Cooperação Internacional / FBR – Fundação Bento Rubião / IP – Iniciativa Privada

Figura 9: Tabela de cooperativas na RMRJ, até 2003. Fonte: CORREA, 2003, p. 20

Havia a intenção de que essas experiências pudessem ser transformadas em um programa habitacional da Prefeitura do Rio de Janeiro, antes mesmo da existência da Secretaria de Habitação, em 1997. Os técnicos da FBR, junto com lideranças das primeiras cooperativas e técnicos da prefeitura realizam uma visita às experiências uruguaias em 1993, tomando contato com os técnicos do Centro Cooperativista Uruguaio – CCU e com a FUCVAM. O programa municipal, no entanto, nunca foi realizado.



Figura 10: A esquerda, Cooperativa Shangri-lá em Jacarepaguá – Rio de Janeiro. A direita, Cooperativa Ipiiba – 1ª. Fase, em São Gonçalo. Fonte: CORREA, 2007, p. 40; p. 53

De início lento, as primeiras cooperativas que foram formadas só conseguiram realizar as experiências com o apoio da instituição internacional **Miseror** (Congregação de Bispos da Alemanha), anos depois. Foram a Cooperativa Habitacional e Mista Shangri-lá, de Jacarepaguá; Cooperativa Colmeia, de Campo Grande e a Favela Pixuna, na Ilha do Governador. A proposta para que elas funcionassem partia da criação de um Fundo Rotativo, gerido pela FBR, com a participação de representantes das 3 cooperativas. Esse fundo receberia um aporte inicial da instituição internacional, seria usado coletivamente para atender as primeiras famílias - realizando a ajuda-mútua (mutirão) - e aos poucos seria repostado através de pequenas prestações dos cooperativados. Entre 1996 e 1999 as 3 cooperativas tiveram suas obras realizadas. Esse período Bastos chama de “período da cooperação Internacional” (BASTOS, 2019, p. 50) cujo termo vem dos próprios participantes das experiências (moradores e assessoria) e correspondia ao período de financiamento proveniente de instituições ou ONGs estrangeiras. Depois dessas primeiras experiências outras mais foram embrionadas, como:

Cooperativa Habitacional e Mista Herbert de Souza, demanda remanescente do grupo de Shangri-lá em Jacarepaguá, também localizada em Jacarepaguá;

Cooperativa Habitacional e Mista Esperança, também demanda remanescente do grupo de Shangri-lá em Jacarepaguá;

Cooperativa Habitacional Ipiiba – 1ª. Fase, moradores de São Gonçalo, em bairro de mesmo nome.

Associação Habitacional Jockey-Anaia – 18 famílias de São Gonçalo, em bairro próximo a Ipiiba.

Mas o fundo rotativo proposto pela FBR teve dificuldades administrativas, sem o retorno esperado, servindo apenas para a compra do terreno da Cooperativa Habitacional e Mista Herbert de Souza e pequenos valores que foram distribuídos para a construção das cooperativas de Herbert de Souza, Ipiiba 1ª. Fase e ao Grupo Jockey Anaia. Apenas Herbert de Souza e Ipiiba, que começaram as obras em 2001, conseguiram concluir a construção das unidades, todas seguindo a proposta do mutirão autogerido aos fins de semana. O Grupo Jockey-Anaia não conseguiu se adaptar à proposta e não realizou o processo de construção, não tendo conseguido se reconhecer como cooperativa (BASTOS, 2019). A Cooperativa Esperança começa sua formação em 2000, sendo desde aquela época incubada pela União Nacional de Moradia Popular – UNMP - mais precisamente pela regional do Rio de Janeiro, a UMP-RJ - movimento de moradia nacional que possuía várias regionais, principalmente em São Paulo, onde é mais numerosa, com mais integrantes, tendo feito parte dos mutirões autogeridos do FUNAPS Comunitário. A UMP-RJ começou a atuar no Rio de Janeiro no começo da década de 90 e acabou se consolidando através dessas cooperativas, tendo incubado politicamente a maioria delas. Ricardo em seu depoimento afirma que a FBR foi uma grande impulsionadora da formação da UMP no estado do Rio de Janeiro. Lideranças de Ipiiba e Shangri-lá, como Jurema Constâncio, hoje coordenadora da UMP-RJ²⁶, fizeram parte desse período formando os grupos de base das cooperativas. A forte influência da experiência uruguaia, da qual a UNMP também se referencia como luta política nacional foi decisiva para as experiências de cooperativas no Rio de Janeiro.

A partir de 2003, com a chegada do PT ao governo federal, a história das cooperativas do Rio de Janeiro tem uma inflexão em relação a busca dos financiamentos, deixando de recorrer à cooperação internacional, já que entra em cena, como vimos em capítulo anterior, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e, como

²⁶ Para ter mais informações sobre a UMP-RJ ver a dissertação de Felipe Carvalho Nin Ferreira (2023) **Práticas autogestionárias de Produção de Moradia Popular – Uma memória da atuação da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro – UMP-RJ** cujo teor relata a formação do movimento e as memórias das lideranças nesse processo.

consequência, a luta pelos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS. Nos primeiros anos, de 2003 a 2008, praticamente todas as cooperativas se voltaram para conseguir recursos do Crédito Solidário e do Programa Produção Social da Moradia – PSM, as duas políticas federais possíveis para o mutirão autogerido. Mas nenhuma das cooperativas consegue liberação de recursos nessa fase, tendo em vista as dificuldades na própria consolidação do Crédito Solidário – que deveria ser um programa temporário - e à “falta de aportes de recursos e correções de valores do PSM” (BASTOS, 2019, p. 74).

Em 2005 a Cooperativa Habitacional e Mista Esperança firma convênio com a Secretaria de Patrimônio da União SPU e SMH para a destinação de um terreno federal na região de Jacarepaguá para a construção das unidades.

A partir de 2009 entra em cena o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV e, praticamente, enterra o possível funcionamento do SNHIS e as possibilidades de financiamento através do FNHIS. Pouco tempo depois é criado o PMCMV-Entidades, uma versão que possibilitava a autogestão. É a ele que recorrem as cooperativas Esperança e Ipiiba, tendo as possibilidades do FNHIS sido esgotadas. Após inúmeras tentativas de assinar o Crédito Solidário, entre 2005 e 2009, é apenas no final do ano de lançamento do PMCMV-E que a Cooperativa Esperança consegue a migração para este novo programa. Em 2012 começam as obras que são concluídas em 2016. A Cooperativa chegou a receber o Prêmio Caixa Melhores Práticas de 2015, como reconhecimento de gestão de recursos e cumprimento dos prazos. A trajetória dessa experiência foi muito estudada e, ao mesmo tempo, muito difundida (Bastos, 2019; Miranda, 2019). A Cooperativa de Ipiiba conseguiu firmar o contrato com o PMCMV-E em 2016, após cumprir inúmeras exigências para a 1ª. Fase da contratação, já que nessa altura, a versão Entidades do programa havia sofrido modificações em função das críticas de assessorias e dos movimentos de moradia que participaram das primeiras experiências: era um programa baseado em regras feitas para as empreiteiras, que possui um colchão de recursos infinitamente maior que as associações populares que geriam a obra.

Paralelo à atuação com as cooperativas habitacionais, a FBR manteve sua prática de assessoria jurídica aos direitos humanos e, no campo da arquitetura e urbanismo, na regularização fundiária e a de oposição aos despejos. A de maior destaque, segundo depoimento de Ricardo Gouvêa, é o Projeto de Regularização Fundiária da Rocinha,

intitulada **Rocinha mais legal**, desenvolvido em parceria com Pastoral de Favelas por meio do programa **Papel Passado** coordenado pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. A experiência teve como parceiros as associações de moradores locais: a Associação de Moradores e Amigos do Bairro Barcelos - AMABB; a União Pró-melhoramento dos moradores da Rocinha – UPMMR, a Associação de Moradores de Laborieux e Vila Cruzado, além de instituições como a Associação Padre Anchieta - ASPA, a LIGHT, o Posto de Saúde Albert Einstein, a Vigésima Sexta Região Administrativa do Rio de Janeiro - XXVII RA e rádios comunitárias locais. Contaram também com o apoio do Instituto de Terras do Rio de Janeiro - ITERJ. Houve a produção de uma cartilha de regularização fundiária a ser distribuída para a população²⁷.

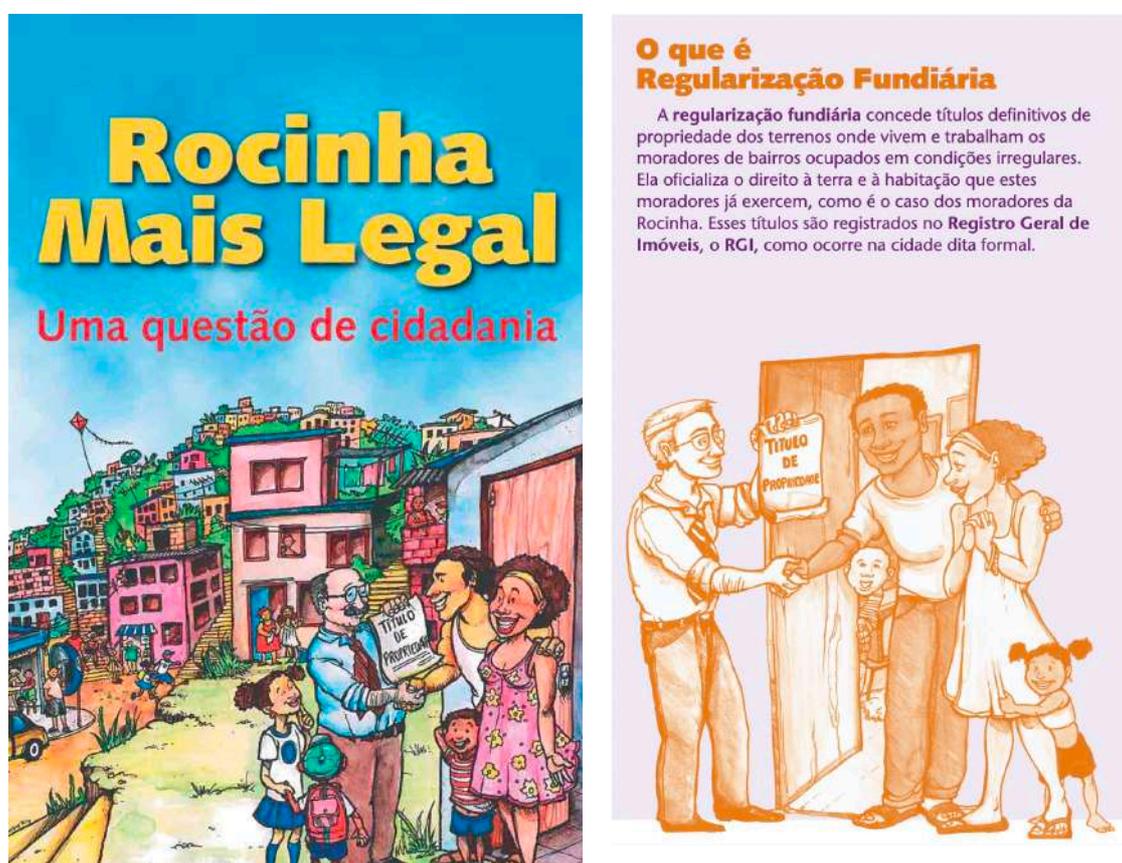


Figura 11: Capa e miolo da Cartilha Rocinha Mais Legal, sobre regularização fundiária. Fonte: FBR, S/D.

Em entrevista Ricardo Gouvêa (2023) revela que, embora as experiências das cooperativas tenham um ganho político e social enorme – sendo inclusive considerada por ele como as mais importantes na trajetória da FBR - as experiências de oposição

²⁷ A Cartilha está disponível em

https://www.amures.org.br/uploads/1521/arquivos/1876766_Cartilha_Regularizacao.pdf, acessado em 23/jan/2023

aos despejos e de regularização fundiária foram, de fato, as mais expressivas em termos quantitativos. Foram cerca de 8000 famílias atendidas só na Rocinha para regularização fundiária. Destas 1500 conseguiram a titulação. E na ação contra os despejos foram cerca de 15mil famílias que foram poupadas de despejos com a ajuda jurídica da FBR (Gouvêa, 2023).

A FBR existe até os dias de hoje, constituída juridicamente. Enfrentou sérios problemas financeiros e diminuiu seu funcionamento a partir da década de 2010. Parte das experiências que ela impulsionou foram repassadas para arquitetos que tinham uma profunda relação com a entidade, como a Arche Projetos Participativos que assessora hoje o grupo de Ipiiba em São Gonçalo e o grupo remanescente da Cooperativa Esperança (Guerreiras da Esperança) e Sandra Kokudai que assessora ao grupo de Esperança I para questões de habite-se e regularização fundiária do projeto.

3.6 Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP-Rio

O Programa de Aperfeiçoamento Profissional – PAP nasceu de uma parceria entre o Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-RJ e o Programa de Apoio às Populações Desfavorecidas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - APD-Rio, com recursos da União Europeia, através de convenio firmado com a PCRJ. A iniciativa durou de 2001 e 2003. Cardoso e Araujo (2007) aponta que o PAP se tratava de um subprograma dentro do APD-Rio. Este, por sua vez, correspondia a uma iniciativa de melhoria das condições de vida de cinco favelas que integravam o Bairrinho, um braço do Favela Bairro específico para favelas pequenas, que seriam: Vila Parque da Cidade, na Gávea; Vila Benjamin Constant, na Urca - na AP 2; Vila Moretti, Vila São Bento e Vila União da Paz, em Bangu - na AP 5 (CARDOSO; ARAUJO, 2007). O PAP contou com 441 famílias cadastradas, 396 projetos elaborados e 120 obras concluídas, dividido em 2 fases de trabalho.

O PAP tinha como objetivo específico realizar melhorias habitacionais nas 5 favelas, através de uma metodologia que consistia na formação de arquitetos jovens ou recém formados a partir de profissionais que já tinham experiência com o tema e a prática, para a posterior realização de visitas domiciliares, elaboração de diagnósticos, de projetos de melhorias habitacionais e acompanhamento das obras. Para o arquiteto Jerônimo Moraes, um dos coordenadores do projeto na época, a experiência se

aproximava de uma “residência em arquitetura e urbanismo”²⁸, já que havia cursos de conforto ambiental, de instalações prediais e de métodos de abordagem a populações das favelas. Não havia, no entanto, ligações com as universidades como de fato são as práticas de residência em ATHIS que temos hoje sendo realizadas. Os 20 arquitetos participantes da experiência, chamados de arquitetos residentes (PARREIRAS, 2015, p. 23), foram selecionados através de um concurso organizado pelo IAB-RJ. O PAP foi realizado quase no mesmo período que a experiência piloto da ONG Soluções Urbanas na Favela Tavares Bastos e há similaridades entre os dois. Em termos quantitativos, no entanto, o PAP teve um alcance maior em obras realizadas, fruto, é claro, dos maiores recursos que recebeu do convênio com a União Europeia. Aline Rocha (2022), assistente social integrante da equipe do Projeto Arquiteto de Família foi estagiária do PAP (nas suas duas etapas: PAP I e PAP II) e relata sua experiência na sua tese de doutorado. No entanto, na entrevista Aline Rocha considera que o PAP tinha um viés muito arquitetônico, com pouca interdisciplinaridade para outros profissionais (Rocha, 2023).

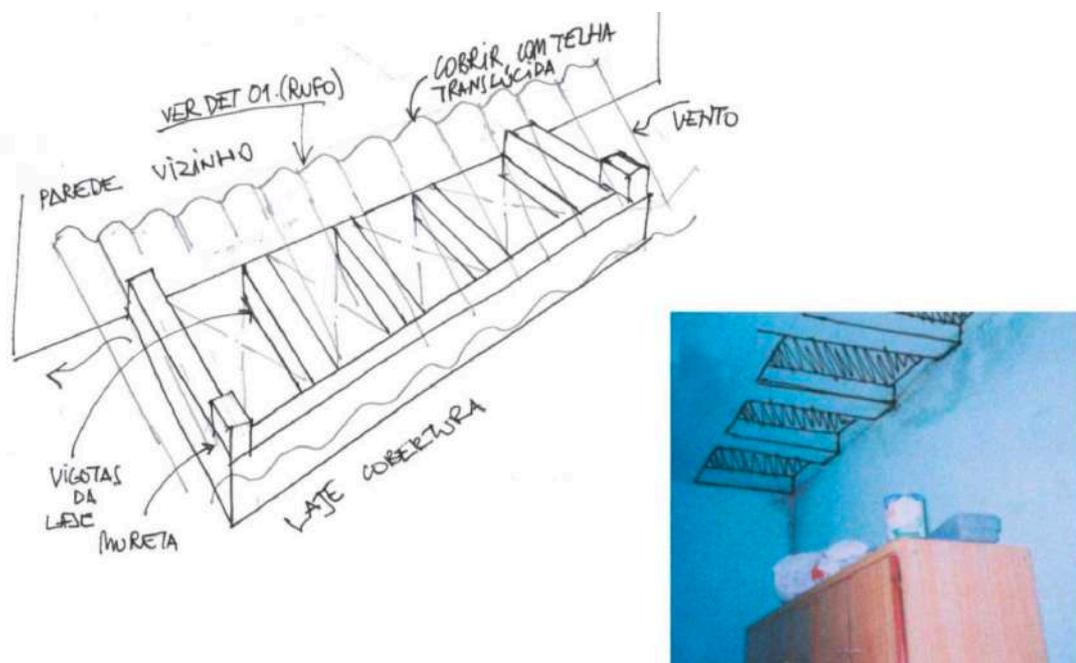


Figura 12: Desenho de esquema de ventilação/iluminação para quarto em casa na Vila São Bento, Bangu, elaborado por um dos 20 arquitetos residentes. Fonte: PARREIRAS, 2015, p. 52

²⁸ Informação retirada de reportagem no site do CAU/MG, disponível em <https://www.caumg.gov.br/assistencia-tecnica-para-projeto-e-garantia-ao-direito-a-cidade/>, acessado em 05/abril/2023.

3.7 Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha

Em 2004 começa a ser realizado o que podemos considerar uma das mais importantes práticas de assessoria técnica no Rio de Janeiro que tem como foco o planejamento urbano na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se do Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha, que foi realizado pelo escritório Mayerhofer & Toledo – M&T Arquitetura, com a coordenação do arquiteto Luis Carlos Toledo, entre os anos de 2006 a 2008. O plano foi realizado a partir do Concurso do Governo do Estado do Rio de Janeiro, promovido pela SEMADUR e o IAB-RJ, cujo escritório ganhador foi o escritório de Luis Carlos Toledo. O plano foi base para a posterior intervenção do Programa de Aceleração do Crescimento – Urbanização de Assentamento Precários (PAC – UAP) junto à EMOP.

O arquiteto Toledo, como é conhecido, e toda a equipe formada empreende práticas colaborativas para a realização do Plano Diretor e chega a montar uma sede do escritório na própria Rocinha, que ele considera como “um ato simbólico e fundamental para a formulação e execução do Plano Diretor” (Citação retirada do site do escritório M&T, disponível em <http://www.mtarquitetura.com.br/blank-k6mfm>, acessado em 18/maio/2023). A equipe do projeto foi interdisciplinar, contando com mais de 20 profissionais e que incluíam lideranças locais.

As atividades participativas foram intensas, que incluíam discussões iniciais, reuniões, assembleias e oficinas com grupos específicos. Segundo artigo publicado à época, a população teve o papel de “apontar direções, selecionar assuntos e temas e definir prioridades” (TOLEDO; PEREIRA DA SILVA; TÂNGARI, 2007, p. 13).

Para a implementação do Plano Diretor propôs-se que os 25 setores do bairro fossem divididos em oito áreas de intervenção, sendo que cada uma delas teria uma Comissão de Planejamento formada por representantes locais. Ao final do processo escolheu-se uma espécie de “área exemplar”, que reunia as principais características típicas da Rocinha, para ser implementado um projeto piloto, que poderia ser reproduzido em outras áreas da favela.

A área de intervenção final foi realizada na área denominada AI-2, conforme mapa abaixo. Segundo depoimento de Luis Carlos Toledo dado à pesquisadora Aleksandra Kondrowska (2017), as obras que foram realizadas pelo PAC - UAP não seguiram completamente os projetos desenvolvidos pela equipe. A Rua 4, por exemplo, previa

ampliação para um dos lados, o que implicaria em realocar casas que estavam em estado mais precário, mas ao contrário, fizeram para o outro lado, removendo casas das quais não havia necessidade.

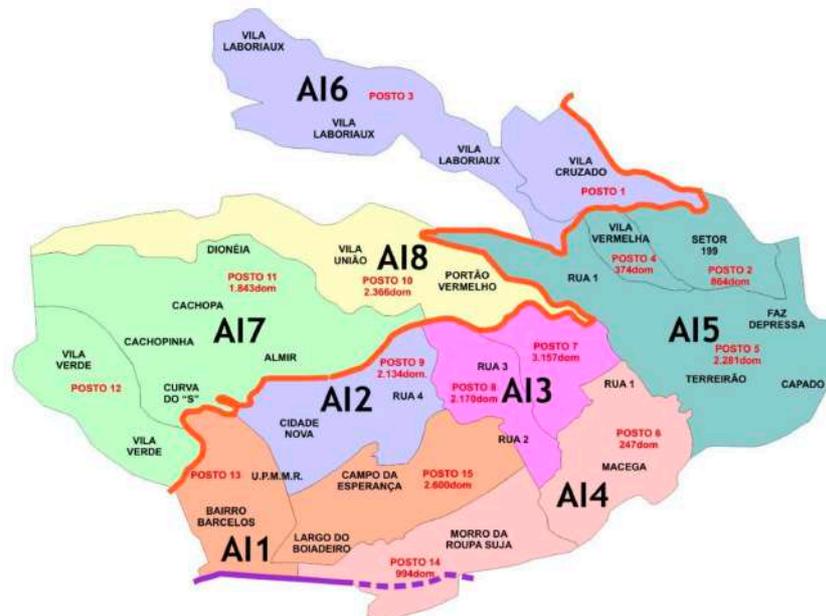


Figura 13: Subdivisão da Rocinha em oito áreas de planejamento, proposto pela equipe de Luis Carlos Toledo, para o Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha. As divisões das áreas demarcadas com linhas mais finas foram as propostas em estudo prévio feito pela Fundação Bento Rubião, em momento anterior. Fonte: KONDROWSKA, 2017, p. 103

Considerado pela população como importante documento que atende as demandas e necessidades da Rocinha, alguns representantes das associações de moradores envolvidos na elaboração do Plano, denunciam até os dias de hoje que o PAC -UAP não seguiu o que foi planejado, conforme Kondrowska (2017). A seguir uma imagem do processo de elaboração do Plano Diretor Sócio-Espacial da Rocinha.



Figura 14: Reunião com a população Fonte: Acervo M&T, disponível em <http://www.mtarquitetura.com.br/blank-k6mfmm>, acessado em 18/maio/2023.

3.8 Chiq da Silva

O *Workshop Chiq da Silva* foi uma iniciativa de cinco jovens arquitetos²⁹ em realizar uma oficina de projeto coletivo para a reforma do edifício ocupado desde 2004 pela Ocupação Chiquinha Gonzaga, no centro do Rio de Janeiro, localizado na rua Barão de São Felix. A oficina reuniu 30 arquitetos recém formados e estudantes de arquitetura, de forma voluntária, e foi realizada em dezembro de 2006. Naquela época, cerca de 64 famílias ocupavam o edifício. Trata-se de prédio do INCRA, construído para ser um hotel e que, após anos vazio, é ocupado por moradores da região central, em sua maioria vendedores ambulantes e trabalhadores informais. Segundo os autores, nessa oficina inicial foi realizado um primeiro contato dos estudantes com os moradores e o espaço físico da ocupação, uma espécie de levantamento e diagnóstico. A partir dessas informações os coordenadores definiram o projeto de reforma do edifício. Havia a intenção de realizar um projeto coletivo a partir da temática das ocupações em áreas centrais em contraposição ao de “um arquiteto de forma vaidosa e individualista” (CHIQ DA SILVA, 2007).

A Ocupação Chiquinha Gonzaga foi uma das primeiras ocupações que aconteceram no centro e na zona portuária do Rio de Janeiro, nos anos 2000, como veremos com mais detalhes logo adiante, no estudo de caso da Ocupação Manuel Congo.

Chiq da Silva acabou se tornando um coletivo de arquitetos que realizou projetos de reformas para outras ocupações na região central e na Zona Portuária, como o ALMOR, a Ocupação Quilombo das Guerreiras e o Quilombo da Gamboa. Embora não dêem tanta ênfase em se denominar como uma assessoria técnica e tampouco assistência técnica, a Chiq da Silva é um coletivo que tem relações fortes com a prática, se destacando pela inusitada proposição de oficinas e projetos coletivos, onde questionavam a noção do projeto autoral de habitação social. Ticiane Robeiro, arquiteta que realizou o projeto da Ocupação Manuel Congo junto ao NAPP, se aproximou da temática das ocupações em áreas centrais em função do contato com a Chiq da Silva.

29 Arquitetos Mauricio Duarte, Thais Meireles, Daniel Wagner, Carolina Rezende e Gilberto Rocha. As informações foram retiradas do Memorial Workshop Chiq da Silva que foi apresentado no IV Colóquio de pesquisas em Habitação - 2007, na UFMG, disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/coloquiomom/expo/meireles.htm>, acessado em 05/abril/2023.



Figura 15: Propostas de alterações dos cômodos já existentes do antigo Hotel da Ocupação Chiquinha Gonzaga. Fonte: Acervo Chiq da Silva.

3.9 Um pequeno salto: algumas experiências e práticas atuais

Após a criação do PMCMV, em 2009, uma parte das experiências de assessoria e assistência técnica que existiam desde então (pelo menos aquelas ligadas à provisão habitacional) acabam tentando migrar para a versão Entidades do programa, que incorporou os elementos da luta pela autogestão daquele momento. Migraram de maneira consciente ou, como no caso da Ocupação Manoel Congo, obrigadas pelas circunstâncias políticas. Havia ali a intenção de conseguir parte dos vultuosos investimentos do Programa e conseguir, dessa maneira, tirar a luta por moradia do papel. Mas os pequenos recursos destinados ao PMCMV- Entidades e os inúmeros entraves burocráticos do programa (como a necessidade de existir terreno ou edifício com a questão fundiária resolvida, a obrigação das entidades passarem por processos burocráticos de habilitação, a existência de responsáveis técnicos aptos a desenvolver os projetos executivos, dentre outros), fizeram com que, na prática, apenas dois (2) projetos conseguissem aceder ao Programa e terminar as obras no Rio de Janeiro. A Cooperativa Esperança em Jacarepaguá e a Ocupação Manuel Congo. Essas duas práticas viveram ao longo do seu processo todas as dificuldades do programa.

Não só aqui no Rio de Janeiro, mas em outras regiões metropolitanas, as experiências e conjunto dos assessores envolvidos avaliavam que o PMCMV-Entidades continha entraves que justificavam o questionamento da sua real efetividade como parte da

conquista da luta por moradia. Com o tempo demonstrava sinais de esgotamento e os movimentos sociais urbanos que reivindicaram a modalidade se viam às voltas com fragilidades internas, cooptações, redirecionamento de práticas. Guerreiro (2018) detalha bem esse processo em sua tese de doutorado. Mas foi com o golpe institucional de 2016, que resultou no impeachment de Dilma Rousseff, que a derrocada do programa se dá.

Nesse período de uma política habitacional federal incompleta ofuscada pelo PMCMV (2009 até 2018) as experiências que surgem ou se mantêm no Rio de Janeiro em torno do direito à moradia e da assessoria e assistência técnica, tiram suas próprias conclusões da possibilidade de disputar os recursos públicos: algumas, desacreditando desse caminho, deixam de focar esse embate político.

Nesse processo entram em cena novas formas de assessoramento técnico e de assistência técnica. A universidade pública e os escritórios modelos (sejam eles criados de forma autônoma pelos estudantes ou mais institucionalizados) entram na prática de maneira contundente, se confundindo ou mesmo se assumindo como assessores técnicos, aliando a prática das assessorias e assistência técnica ao ensino, pesquisa e extensão universitária, de maneira direta. É o caso da experiência da Ocupação da Solano Trindade, ligada ao MNLM-RJ, em Duque de Caxias, que surge em 2014, cujo grupo central de assessores técnicos são na verdade os próprios docentes e estudantes, ou arquitetos que se aproximaram da experiência através da universidade, quase todos ligados à UFRJ. Formam relações específicas de troca de saberes, com elementos novos decorrentes dessa singularidade. Destaco aqui os grupos: MUDA, Escritório Modelo Abriçó (UFRJ), Soltec, naMORAR, Coletivo Catálise (um coletivo formado por arquitetos fora da UFRJ), o Laboratório NIDES, e o próprio PROURB, dentro outros³⁰. Uma pesquisa mais detalhada sobre essas relações deveria ser feita em outro momento, pois elas marcam experiências mais recentes da prática, como aponta Miranda (2019):

O Coletivo [Catálise] tem um papel em Solano Trindade que transita entre assessoria técnica e parceria, não havendo posicionamento homogêneo e consensual quanto a sua natureza. Uma arquiteta entrevistada e integrante do Catálise entende que a definição de “assessoria” não abarca necessariamente o vínculo entre os atores, já que a ação do coletivo, para além da assessoria, conta com diversas outras frentes ligadas à formação

³⁰ Um apanhado das principais experiências vividas pela Ocupação Solano Trindade pode ser visto no site disponível em: <https://www.lutaurbanaecidade.geminal.org.br/>, acessado em 10/abril/2023.

para o trabalho, ao comércio solidário e à economia popular (MIRANDA, 2019, p. 14)

Dentre os escritórios modelos formados por estudantes de arquitetura que se envolveram na prática das assessorias e assistência técnica podemos citar o Abricó (UFRJ), o Embauva (Universidade Veiga Filho), o EMPAZ (UFF), EMAU Iguassú (UNIGRANRIO), RIZOMA (Unesa Petrópolis), o ETAU (UFRRJ) e o NATEP (UERJ).

Surgem também inúmeros coletivos de cultura, de juventude, de mulheres, periféricos, com laços de identidade ou mesmo territoriais, que se articulam por reivindicações que trazem uma ideia ampliada do direito à moradia, trazendo novas categorias para a práxis. Em sua maioria anseiam por pequenas conquistas frente a impossibilidade de uma disputa maior do estado. Nesse bojo destaco as experiências da Teia de Solidariedade da Zona Oeste, do projeto Lanchonete-Lanchonete, na região portuária do Rio de Janeiro, da Rede CAU de agricultura urbana e da Coletiva As Caboclas de Campo Grande, que veremos com mais calma nesta dissertação.

4 A EXPERIENCIA PIONEIRA: Urbanização da Favela de Brás de Pina.

As experiências de urbanização de Brás de Pina são abordadas por Blank (1981) e Santos (1981). Santos em seu livro *Movimentos Sociais Urbanos no Rio de Janeiro*, procura responder, não de maneira simplista, mas entendendo a complexidade e profundidade do assunto, como a população mais pobre consegue interagir e transformar as questões urbanas, com o estado e com o interlocutor técnico, os arquitetos e urbanistas. Para isso ele fala de alguns exemplos com os quais ele se deparou na sua prática: a urbanização da favela Brás de Pina, a ação na favela do Morro Azul e a luta contra o despejo no Catumbi. Vamos nos debruçar mais especificamente na experiência de Brás de Pina, que segundo diversos autores, como Lopes (2011) e Pulhez (2007), teria influenciado uma prática de atuação em relação à reurbanização de favelas tanto do ponto de vista da atuação do estado, quanto da atuação do arquiteto. Santos abordava o assunto no seu livro de maneira diferente em relação a outros autores, principalmente àqueles ligados às ciências sociais, que estavam se debruçando sobre os movimentos urbanos naquele momento. Sua abordagem toma como ponto de partida o olhar antropológico, caracterizando o que ele chama de “participações observadas”. Licia do Prado Valladares classifica o livro e o olhar de Carlos Nelson como o de menos ideológico, conseguindo dessa maneira entender melhor o papel do Estado e de suas oscilações em relação as demandas da população:

O estudo realizado por Santos (1981), da intervenção da CODESCO em Brás de Pina, tem o grande interesse de fornecer, além de uma análise fina de um processo de reestruturação espacial da favela, um olhar menos ideológico sobre a participação popular. O autor faz uma leitura nem romântica nem utópica dos diferentes atores, entre os quais a população local e a associação de moradores. Sua observação etnográfica, naquilo que chama de “participação observante” mostra a coexistência de vários tipos diferentes de demanda, recusa, alianças diversas e conflitos internos, nos quais o Estado pode ser “amigo” ou “inimigo” em função dos interesses em jogo. (VALLADARES, 2005, p. 135)

A história de Brás de Pina tem início quando Carlos Lacerda, então Governador do Estado da Guanabara, em 1964, realizou uma tentativa de remoção da favela Brás de Pina - na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, localizada em terreno público pertencente à COHAB (SANTOS, 1981) - às vésperas do natal daquele ano. Prática

do estado que era praxe naquela época em relação à política em torno das favelas, antes mesmo da ditadura militar³¹, a remoção era combinada com a transferência para conjuntos habitacionais localizados na periferia da cidade. As famílias seriam transferidas para os famosos conjuntos habitacionais Vila Aliança (em Bangu) e Vila Kennedy (em Senador Camará). No entanto, houve a resistência das famílias, organizadas em algumas associações de moradores – Carlos Nelson (1981) conta que existiam ao menos 3 associações de moradores antes de 1964, sendo que depois se fundem e assumem papéis de lideranças aqueles ligados à igreja católica, a Ação Católica - que fez com que cerca de 800 não fossem removidos e, como forma de permanecer no território, a associação acionou a Federação das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), que por sua vez pediu ajuda a estudantes de arquitetura que acompanhavam a federação – um deles Carlos Nelson Ferreira dos Santos - para estruturarem um “plano de urbanização” para o local. O grupo realizara um plano emergencial de urbanização, que foi projetado entre 1965/1966, como maneira de convencer ao governador Carlos Lacerda de não remover a favela. Esse primeiro projeto era muito simples, com um esquema viário e um estudo de parcelamento da terra.

Nessa primeira fase de trabalho o processo consistiu num diagnóstico urbano da favela que foi feito pelos próprios moradores, com orientação dos arquitetos.

[...] ficou decidido que os próprios moradores trabalhariam em campo sob nossa orientação e nos forneceriam o material bruto que interpretaríamos no escritório. [...] Como urbanista nunca tive melhor experiência profissional do que a desse tempo em que trabalhamos tão diretamente com os nossos “clientes”. Ainda que parecesse lógico o contrário, é muito raro que urbanistas tenham contatos face a face com as pessoas para quem fazem planos. Vivíamos com o escritório cheio de favelados que o invadiam para ver o que fazíamos e ficavam para discussões que varavam a noite. Era emocionante ir recebendo aqueles pedaços dos mais diversos papéis e ir vendo um trabalho que surgia aos poucos (SANTOS, 1981, p. 45)

A partir de 1967, com Carlos Nelson já formado, começa então o que conhecemos como a primeira experiência participativa de fato realizada por gestores estatais, que seria realizada pouco depois pela CODESCO - Companhia de Desenvolvimento de

³¹ Como mostra Licia do Prado Valladares, a política para favelas na década de 60, estava principalmente na mão da Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Grande Rio (CHISAM), da Companhia Estadual de Habitação (COHAB-GB, naquela época) e do BNH (como agente financiador da construção de novos conjuntos) e consistia na remoção compulsória de várias favelas e, concomitante, a construção de vários conjuntos habitacionais em subúrbios distantes, como foram os conjuntos Vila Kennedy, Aliança e Esperança e Cidade de Deus. Eram as ditas políticas de anti-favela promovidas pelo estado (VALLADARES, 1978).

Comunidades. Neste ano, inicia-se o Grupo de Trabalho GT 3881 dentro do Estado da Guanabara, um embrião do que viria a ser a CODESCO, que chama o grupo dos estudantes para realizar uma pesquisa sobre a urbanização de 3 favelas, incluindo aí, Brás de Pina. A CODESCO foi criada na gestão do governador Francisco Negrão de Lima em 1968 e propunha a urbanização da favela, não sua remoção, proposta incomum para aquele momento, mas que era defendida por técnicos e por setores mais progressistas³² e tinha a figura de uma empresa estatal de economia mista. Pretendia realizar projetos com relativa proximidade da população, conforme aponta Soraia Santos da Silva (2018), ao contrário da política empreendida pelo órgão federal chamado CHISAM - Coordenação de Habitação de Interesse Social do Grande-Rio para as favelas, que consistia em promover a sua “erradicação”, conforme aponta Valladares (2005). Essa simultaneidade de órgãos governamentais com diretrizes tão diferentes para um mesmo tema, a favela, mostra que o Estado carregava em si ambiguidades e contradições em relação ao urbano, já desde aquela época. Embora Valladares deixe explícito que a maioria das intervenções nas favelas foram as feitas pela CHISAM, remoção e transferência, essa ambiguidade mostra que há dimensões na estrutura do estado para que anseios populacionais pudessem ser atendidos, ainda que em menor escala do que a política urbana dominante.

A CODESCO atuava ao mesmo tempo como um órgão executor da política habitacional do Estado e como agente financeiro do BNH. A criação do órgão esteve muito atrelada à mudança do governo estadual³³ e à opinião desfavorável de alguns técnicos e teóricos quanto às práticas de remoção da época. Influenciada também por determinado setor da igreja católica que defendia a manutenção dos moradores nas favelas. No mesmo ano, 1968, que a CODESCO se formou iniciou a atuação em Brás de Pina, tendo desta vez contratado os antigos estudantes e arquitetos do primeiro

³² Para o processo de remoções de favela desse período ver o trabalho de Valladares de 1978, *Passa-se uma casa – análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro*, cujo teor a autora repassa todo o discurso e a atuação do estado na prática de eliminar a favela desde a década de 20 na cidade. Ela também discorre sobre a atuação da Sagmac e dos seus teóricos, como o Padre Lebret, que defendia a integração da favela já na década de 50.

³³ Valladares explica que boa parte da campanha de Francisco Negrão de Lima para governador em 1965 havia sido pautada em atender demandas da população de baixa renda, inclusive dos moradores das favelas e suas associações (VALLADARES, 1978), tendo isso explicado a criação da CODESCO e sua política de melhorias e urbanização de favelas.

momento, que agora se organizaram no grupo QUADRA³⁴. O grupo Quadra passa a assessorar tecnicamente a própria a Companhia e todo o processo de urbanização.

Santos reconhece que a partir da entrada da CODESCO em cena se instaura uma dubiedade na atuação como assessoria técnica do grupo Quadra, gerando conflitos com a companhia que queria implantar uma política pragmática e progressista num momento de governo (e político) completamente contrário a manutenção das favelas: *“(...) nossa posição era dúbia, pois até o final servíamos a dois senhores: com os favelados estava nossa obrigação moral e, com a CODESCO, a obrigação formal”* (SANTOS, 1981, p. 59).

Esta segunda etapa de trabalho, com a entrada no estado, se desenrolou em 4 fases: projeto de urbanização e parcelamento, implantação de infraestrutura, melhoria habitacional e desenvolvimento socioeconômico. De posse daquele anteprojeto inicial elaborado pelo grupo Quadra em 1965, foi feito um projeto urbano, com a o sistema viário e loteamento principal. De acordo com Blank (1981), estes foram os princípios adotados pela CODESCO:

a) qualquer plano que viesse a ser elaborado teria de ser adequado a uma camada da população na faixa de 1 a 3 salários mínimos; b) Qualquer que fosse a solução a ser adotada ou o processo a seguir, era necessário mobilizar os esforços da população, e promover o engajamento da comunidade no programa de urbanização através de um prévio trabalho de conscientização; c) Era necessário possibilitar a autopromoção do morador, pela expressão da vontade de participar na construção de sua moradia, e pela busca de soluções que mais atendessem as suas necessidades; e d) de acordo com o objetivo definido [pela CODESCO] de integrar a comunidade subnormal ao bairro adjacente (BLANK, 1981, p. 100).

Santos (1981) conta que chegou a ser proposto em algumas das versões de parcelamento da favela uma espécie de propriedade coletiva, uma “urbanização socializante”, mas que ao fim e ao cabo a Associação de Moradores opta pela opção do lote de 120m², com a justificativa de que os moradores não queriam algo diferente do que era considerado “normal” para o resto da cidade (SANTOS, 1981, p. 64).

Para a execução das obras de urbanização e infraestrutura foi necessário um truncado remanejamento de barracos – lembremos que, segundo Santos, a maioria das casas de Brás de Pina eram de madeira - que envolvia também a escolha dos novos lotes pelos moradores. A Associação teve um papel importante nesse momento para mediar o

³⁴ Segundo Santos (1981), o grupo Quadra Arquitetos Associados LTDA era composto por Carlos Nelson, Sylvia Lavenère-Wanderley, Suéli de Azevedo e Rogério Aroeira Neves.

trabalho da CODESCO junto a cada família e seu remanejamento. Foi implantado um Escritório de Campo na favela para que o trabalho dos técnicos fosse melhor realizado, possibilitando revisões – que segundo Santos eram constantes – no projeto. O escritório montado na favela tinha também a função simbólica de representar o estado intervindo ali e que depois seria a forma de criar uma relação direta com cada família, que passaria a ser beneficiários do financiamento do BNH em momento posterior para compra de materiais na melhoria das casas.

Na fase de melhorias habitacionais as plantas também foram desenvolvidas pelos próprios moradores, as soluções adotadas não tinham padrão, atendiam às especificidades de cada família e eram dotadas de flexibilidade para modificações futuras. Dessas soluções foram gerados 13 modelos distintos que poderiam ser escolhidos para serem executados, sendo que ainda assim existia a possibilidade de cada família escolher seu próprio projeto.

Muitas das plantas apresentadas seguiram o modelo ao qual Santos chama de uma casa “modelo classe média”, com corredor central. Segundo ele, as vezes a equipe gastava muito tempo tentando demover o morador dessa ideia de casa, mas em geral a população tinha sempre uma resposta na ponta da língua sobre a razão dessa proposta.

A construção também foi responsabilidade de quem ali residiria e à CODESCO caberia apenas prestar certa assistência técnica, orientação e fiscalização, além de, claro, mediar o financiamento através do BNH para compra de materiais. Santos aponta que o financiamento, em 1969, era por volta de 4500 a 6500 cruzeiros.

A continuidade do processo se deu com a construção das casas sendo feitas pelos próprios moradores, algumas sendo financiadas pela CODESCO através dos fundos do BNH, tendo sido criado um sistema de concessão de financiamento de material de construção, o Recon-Social, que tinha como princípio juros baixos e longo prazo de pagamento. O Recon-Social foi criado pela Carteira de Operações de Natureza Social do BNH e posto em prática pela primeira vez em Brás de Pina, sendo transferido diretamente para o morador. O sistema configura uma espécie do que hoje chamamos de uma *autoconstrução assistida*, na qual o trabalho feito pelos próprios moradores é *assistido* – nas palavras do próprio Carlos Nelson - pelos técnicos. Segundo o autor em geral os moradores complementaram esse recurso e conseguiram contratar

trabalhadores para realizarem os serviços durante a semana e, aos fins de semana, eles mesmos com a ajuda de parentes e amigos, faziam o restante do trabalho.

Importante entendermos que a Santos relata também já nessa experiência a caracterização da “venda de direitos” pelos moradores das quotas de urbanização, para conseqüente aumento do valor agregado à mercadoria casa reurbanizada que eles estavam conseguindo, uma prática especulativa entre os próprios moradores que, como mostra o autor, gerou obviamente conflitos dentro do próprio processo.

O processo todo durou cerca de 1 ano e meio de realização, incluindo aí as obras de infraestrutura urbana realizadas pela empreiteira e a de remanejamento. Depois de 2 anos iniciadas as obras de urbanização, mais da metade da favela estava transformada em casas de alvenaria.

Havia ali nesse processo um pontapé para as práticas de urbanização e reurbanização de favelas que será legado para os momentos futuros de política habitacional no Rio de Janeiro. Segundo relato da arquiteta Sueli Azevedo, integrante do grupo Quadra, umas das poucas arquitetas vivas do grupo até hoje e que também trabalhou na Prefeitura, à pesquisadora Soraia Santos da Silva, o trabalho pioneiro da urbanização de Brás de Pina serviu, em momento futuro, para a própria Secretaria de Habitação da cidade do Rio de Janeiro mapear a situação das favelas e, a partir de então elaborar de fato uma política de urbanização e reurbanização mais contundente. Algo que só viria anos mais tarde (SILVA, 2018, p. 16).

Essa maneira de pensar e atuar praticada por Carlos Nelson dos Santos e o grupo Quadra seria, anos mais tarde, recolocada pelos profissionais arquitetos das assessorias e assistências técnicas que atuam numa nova dinâmica, onde estado, população e arquitetos interagem – não sem conflitos – na tentativa de uma transformação do urbano. Santos sabia da necessidade urgente dessa nova tomada de posição frente ao trabalho do arquiteto e, não sem propósito, explicitava essa necessidade:

O que é preciso saber é como e quando os pobres podem concluir algo sobre o que se passa nas cidades e até onde lhes é permitido serem agentes dos processos em que estão metidos. Além do mais, é necessário estabelecer a importância e os limites das suas ações urbanas, não a partir de uma moldura externa, comprometida e idealizada, mas levando em conta, e com o devido respeito, as motivações do povo e suas potencialidades transformadoras (SANTOS, 1981, p. 12).

O que está acontecendo em subúrbios, favelas e áreas periféricas nas cidades brasileiras é o processo arquitetônico e urbanístico mais interessante em todo o país: aí se desenvolvem respostas que são formas novas, nascidas do encontro da pobreza, subdesenvolvimento e cultura tradicional

com a dominação de um mundo moderno, industrializado e tecnológico. As respostas teriam por papel servir de ponte entre as duas coisas. Por essa razão, é necessário começar a trabalhar sobre elas e tentar compreender suas regras (SANTOS, 1981, p. 24)

Não podemos descartar as contradições do processo aos dias de hoje para refletirmos sobre as próprias práticas das assessorias e assistência técnica contemporâneas. Seja na figura do próprio grupo Quadra, quanto na figura da CODESCO ou mesmo no processo conduzido pela Associação de Moradores, as **fronteiras dos conflitos** eram visíveis.

Carlos Nelson revela, ao relatar sua experiência, uma desconfiança dos elementos de organização coletiva da população naquele momento, ao apontar suas fragilidades mais como constituintes do que circunstanciais do momento histórico e do acúmulo de organização daquele grupo sócio-espacial. Seu descrédito nas lideranças da Associação de Moradores era visível.

Ao mesmo tempo assumia uma postura de certa forma condescendente em relação as iniciativas individuais das famílias que surgiam no processo. Dizia, por exemplo, que o grupo Quadra era favorável a maior “permissividade” possível dentre os arranjos realizados pelos moradores, em relação a compra de direitos dos lotes urbanizados por assim entender que só dessa maneira os anseios e limites individuais de cada família poderiam fazer a experiência seguir (SANTOS, 1981, p. 74).

A CODESCO assumia uma postura incoerente ao permitir que a especulação dentro da própria favela acontecesse antes mesmo da urbanização ser concluída e ao mesmo tempo possibilitava a entrada de novos moradores mediante o pagamento de aluguel, deixando de lado a garantia do direito à moradia da população favelada. Em determinado momento a Associação de Moradores passa a assumir a decisão de quais famílias poderiam fazer a compra/venda de lotes, cobrando inclusive taxas entre as partes envolvidas. Abria dessa maneira brechas para uma prática clientelista e de relações de poder imobiliário dentro da favela. Mas aos poucos, como vemos no próprio relato de Santos, a CODESCO assumia um papel de poder numa relação direta que estabelecia com cada família, individualizando e minando qualquer possibilidade de luta coletiva, tornando-se centralizadora e burocrática, nas palavras do próprio Santos. A perspectiva da companhia em sair da favela, como fora acordado no início do processo, só aconteceria mediante a finalização do financiamento às famílias, que demoraria cerca de 20 anos (SANTOS, 1981, p. 77). Disso resulta o momento épico

relatado por Carlos Nelson no qual o escritório da Companhia foi destruído a marteladas, com a ajuda do padre que estava nos primeiros momentos de resistência contra a remoção da favela, contando com a participação de alguns moradores, haja visto que a população estava dividida e mais preocupada em resolver individualmente seu financiamento e questões pontuais de pavimento com a CODESCO.

Anos depois a Companhia é fechada e Santos relata que a experiência em Brás de Pina lhe rendeu louros e ao mesmo tempo crítica, sendo muito debatida e discutida, inclusive internacionalmente. Seu olhar não romantizado, cru e direto, sistematizado na forma de livro nas 3 experiências que viveu como assessor técnico a movimentos sociais urbanos, nos dá elementos preciosos para refletirmos sobre a própria práxis hoje.

Um deles diz respeito às idealizações que a prática das assessorias e assistência técnica carrega no senso comum, como se as relações fossem um mar de rosas entre assessores e população e, quando há, a figura do estado. Nunca foram e arrisco dizer que nunca serão.

A outra tem relações com os mecanismos de controle sobre a especulação imobiliária intra grupo sócio-espacial nas favelas urbanizadas, questão que persiste até os dias de hoje e importante para o Rio de Janeiro, com cerca de 22% da população morando em favelas, conforme dados do IPP de 2018 e do IBGE de 2010. Ver tabela abaixo:

 Habitação e Urbanismo	
Domicílios Particulares Permanentes ⁽¹⁾	2.144.445
Número de Pessoas por Domicílio ⁽¹⁾	2,9
Número de logradouros e extensão ⁽²⁾	49.043 unidades / 10.801 Km
Número de Favelas ⁽³⁾	1.018
População em Favelas ⁽⁴⁾	1.434.975 habitantes
Percentual de População em Favelas ⁽⁴⁾	22 %

Fontes: (1) - IBGE 2010 • (2) - IPP 2018 • (3) - IPP 2016 • (4) - IPP 2010 com base no Censo 2010, para efeito de comparação, a cidade de São Paulo apresenta 11% da sua população morando em Aglomerados Subnormais e a cidade de Belo Horizonte 13%.

Figura 16: Tabela com percentual de população em favelas no Rio de Janeiro. Fonte: DATA.RIO, disponível em <https://www.data.rio/pages/rio-em-sntese-2>. Acessado em 20/abril/2023.

Importante destacarmos que as questões referentes ao crescimento das favelas em função do mercado informal do solo urbano, como apontam as pesquisas de Abramo (2004) e mais recente, analisando o caso de Rio das Flores/Rio Novo, Tatiana Terry (2021), não são questões isoladas, mas que existe em boa parte das favelas no Rio de Janeiro.

Leitão, Barboza e Delecave (2014) apontam - a partir dos dados de pesquisa realizada pelo IPP em 2003 em favelas onde foi implementado o Favela Bairro, sob a coordenação de Pedro Abramo - que a urbanização não traz alterações significativas a situação econômica dos moradores, mas, em contrapartida, resulta num crescimento de cerca de 200% do número de domicílios, “indicando que as obras de urbanização realizadas estimularam o crescimento destes assentamentos” (LEITÃO; BARBOZA; DELECAVE, 2014, p. 7). Esse dado nos dá um importante ponto de partida para a reflexão de práticas voltadas para a urbanização e reurbanização de favelas que estejam inseridas no contexto das assessorias técnicas, ou seja, que tenham profunda interlocução com a população e que vislumbrem o direito à cidade no horizonte de suas ações. É possível que as práticas das assessorias técnicas em favelas inibam o mercado informal do solo urbano? Difícil pois são fenômenos próprios das cidades na periferia do capitalismo cuja origem transcende a práxis de técnicos envolvidos com o direito à cidade.

A esse questionamento, tendo a luz a reflexão da urbanização de Brás de Pina, retomaremos nos estudos de caso e nas conclusões.

5 POLITICA HABITACIONAL NO RIO DE JANEIRO: A FAVELA COMO FOCO

5.1 A política habitacional na cidade do Rio de Janeiro: um sobrevoo

Neste capítulo veremos de maneira muito simplificada parte das políticas habitacionais (ou mesmo de políticas assistenciais) na cidade do Rio de Janeiro que se relacionam com a prática das assessorias técnicas.

Começemos por entender o momento da Urbanização de Brás de Pina. Até 1970 estava ainda em vigor o Código de Obras da Cidade do Rio de Janeiro, Decreto 6000/1937, criado em pleno Estado Novo, que proibia a construção de cortiços e propunha a extinção das “habitações anti-higiênicas”, proibindo também assim a formação das favelas. Nele, pela primeira vez, apareciam as favelas na legislação urbana da cidade, já que indicava a posterior substituição destas por núcleos de habitação mínima. Segundo Ximenes (2017) “(...) *esta legislação demonstra que, pouco a pouco, o poder publico expõe a necessidade de se administrar estas áreas e conhecê-las, dando inicio a levantamentos importantes e pioneiros de informações das favelas*” (XIMENES, 2017, p. 34). O Censo de 1947/1948 apresentava 105 favelas e aproximadamente 138 mil habitantes, segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 1956 é criada o Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-higiênicas – SERFHA – que unifica as ações da antiga Fundação da Casa Popular - FCP e da Fundação Leão XIII. São deste período, por exemplo, os estudos da SAGMACS (1960) para as favelas do Rio de Janeiro, chamado **Aspectos Humanos da Favela Carioca**, considerado por Licia Valladares (2005) como um marco sobre o olhar das favelas.

Até meados da década de 60 pode-se ver o crescimento das favelas em torno das áreas industriais e a partir do forte fluxo migratório ocorre para o eixo Rio-São Paulo, oriundo de diversas localidades dos estados do nordeste e de Minas Gerais. Carlos Lacerda é eleito o primeiro Governador do Estado da Guanabara em 1962 e, de orientação conservadora, mas com um discurso de desenvolvimento nacional, aplica uma política de remoção de favelas, principalmente daquelas localizadas na Zona Sul da cidade, com o apoio e financiamento norte americano. Foram removidas diversas favelas combinadas com o reassentamento para grandes conjuntos habitacionais, como

Cidade de Deus (Jacarepaguá), Vila Kennedy (Senador Camará) e Vila Aliança (Vigário Geral).

No entanto é nesse período de remoções que a população de Brás de Pina se mobiliza e realiza a experiência que aqui tratamos como pioneira para as assessorias técnicas.

Em 1962 cria-se a Companhia de Habitação Popular do estado da Guanabara – COHAB-GB e em 1965 o Plano Doxiadis, propondo nele a “reurbanização ou reabilitação de algumas favelas nos próprios locais” de origem, ou a remoção “de algumas das favelas para outras áreas próximas aos centros de emprego ou para zonas servidas de linhas de transporte”. Embora a política fosse realizada pela SERFHA e posteriormente pela COHAB-GB, esse plano dava uma ideia global do planejamento urbano colocado em prática no momento.

Após a criação do Município do Rio de Janeiro em 1974 é elaborado o Plano Urbanístico Básico da Cidade do Rio de Janeiro – PUB-Rio, em 1977, que institui as macrorregiões – as Áreas de Planejamento (AP) e também implanta os Projetos de Estruturação Urbana (PEU).

É apenas na década de 80 que as políticas habitacionais se estruturam contra a ideia de remoção das favelas. Conforme aponta Marianna Olinger (2015) em sua tese de doutorado, a favela durante a ditadura havia sido foco do Governo do Estado ou do Governo Federal “(...)já que não existia uma instituição que concentrasse políticas específicas para esses territórios do município, o que iria mudar a partir da Constituição de 1988, com ampliação do papel dos municípios na gestão de políticas sociais” (OLINGER, 2015, p. 33). Ainda segundo a autora, o primeiro órgão a abordar políticas para as favelas é a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SMDS, criada em 1979. Os números do IPLAN-Rio mostravam que das 364 favelas existentes em 1985, apenas 1% eram servidas por redes de esgotamento sanitário completo (OLINGER, 2015).

Nesse momento há o reconhecimento das áreas ocupadas por favelas, fruto também da pressão da população por urbanizações. Podemos destacar a Urbanização da Favela da Maré, através de fomento federal; O projeto piloto de Urbanização das Favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho e o **Projeto Mutirão**, ligado à SMDS e que consistia na construção de pequenas obras nas favelas, com recursos da assistência social com apoio da UNICEF.

O Projeto Mutirão, criado em 1981, nasce dentro da SMDS, conforme apontam Leitão; Barboza; Delecave (2014) e Olinger (2015) e realizava pequenas obras de infraestrutura, pavimentação e construção de equipamentos comunitários em favelas da cidade do Rio de Janeiro, através de equipes multidisciplinares de técnicos da Secretaria. Sua primeira fase vai de 1981 a 1984. As obras eram realizadas aos fins de semana através da mão de obra dos moradores das favelas, em regime de ajuda-mútua, não remunerada e caracterizava-se por intervenções pontuais. Uma segunda fase ocorre entre 1984 a 1988, com uma expansão da quantidade de favelas envolvidas, remuneração da mão-de-obra local (que passou a ser chamado de mutirão remunerado) e com projetos de urbanização simplificada, passando a ser chamada logo em seguida de Projeto Mutirão – Urbanização Simplificada (1987-1989). Segundo Leitão, Barboza e Delecave (2014) o Projeto Mutirão é finalizado quando finda a colaboração UNICEF-SMDS e com surgimento de outros planos e programas no final dos 80 e início da década de 90, como o Programa Emergencial de Habitação (1988) e o Plano Trienal de Urbanização Comunitária (1990-1993), embriões do futuro Favela-Bairro³⁵, gestados em outras secretarias. A própria arquiteta Maria Lucia Petersen, Gerente de Projetos da Secretaria de Habitação, que participou da elaboração do Programa Favela Bairro, relata em entrevista³⁶ que o programa teve forte influência do Projeto Mutirão, trazendo deste as metodologias das visitas domiciliares, a estrutura de equipes multidisciplinares e a experiência em realizar intervenções físicas e pequenas obras de infraestrutura urbana. É importante ressaltar que a experiência de assessoria técnica do Projeto Arquiteto de Família que veremos adiante, tem fortes relações com essas duas políticas públicas.

É em 1992 que se realiza o Plano Diretor Decenal – LC número 16, de 1992, que finalmente consolida na política urbana do município a favela como parte da cidade. Este institui as Áreas de Especial Interesse Social – AEIS, que passa a ser um instrumento importante para os programas habitacionais dos anos posteriores. Por

³⁵ A equipe de pesquisa do LEUS realizou algumas entrevistas a respeito do Programa Mutirão, com técnicos que trabalharam da SMDS, das quais destaco a entrevista de Hélio Aleixo da Silva, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=-ZhWSsfhm-w&t=11s>, acessada em 25/mar/2023 e também a entrevista de Sílvia Barboza, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=Fb9DxjTKI6w&t=20s>, acessada em 25/mar/2023.

³⁶ Maria Lucia Petersen, arquiteta e urbanista, foi coordenadora do Programa Mutirão na SMDS e posteriormente gerente do Programa Favela Bairro na SMH, de 1994 a 2001. A entrevista em questão foi realizada em 2004 e está disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/05.019/3327?page=2>, acessada em 10/abril/2023.

outro lado, a regulamentação deste foi interrompida por Cesar Maia, retirando instrumentos importantes, como IPTU progressivo e solo criado (OLINGER, 2015, p. 50). O prefeito passa a dar mais ênfase ao que foi chamado de Plano Estratégico para a cidade, proposta alinhada com a visão empresarial de gestão da cidade, que se espelhava no Plano Estratégico de Barcelona, formulado para as Olimpíadas de 1992 (OLINGER, 2015, p. 51).

Em 1994 é criada a Secretaria Municipal de Habitação - SMH, cuja origem remete ao GEAP – Grupo Executivo Para Assentamentos Populares, um grupo multisetorial, formado por diversas secretarias do município e órgãos públicos (Além da SMDS, SMO e da SMU, Defensoria do Estado, CEDAE e Light também fizeram parte do GEAP) criado por Luis Paulo Conde em 1993. O corpo de técnicos era tanto sensível com as questões dos loteamentos - como vimos no capítulo anterior, ao falar da FASE-RJ - quanto formada também pelos integrantes do Projeto Mutirão. Segundo Olinger (2015) a expectativa naquele momento era gestar conjuntamente a nova secretaria e a política habitacional integrada na cidade. E, nessa missão, a favela é colocada como foco, tanto por ser peça política importante por sua representatividade numérica nas urnas, quanto pelo crescente avanço das reivindicações por regularização, urbanização e melhoramento das favelas do conjunto organizado dos movimentos sociais das favelas naquele momento. É a partir da criação da SMH que foram instituídos os programas: **Favela Bairro, Morar Legal, Núcleo de Regularização de Loteamentos, Morar sem Risco e Novas Alternativas.**

Conforme Leitão, Barboza e Delecave (2014), o **Programa Favela Bairro - PFB** nasce tendo como base os princípios presentes no plano diretor: o reconhecimento da moradia como direito e a noção da habitação integrada à estrutura urbana, transporte, equipamentos de educação e lazer. Realizado a partir de um concurso público de metodologias para intervenção em favelas (organizado pelo IAB-RJ), o Favela Bairro realizou 138 intervenções em favelas e contou com investimento de cerca de R\$700 milhões de dólares, conforme dados de Leitão, Barboza e Delecave (2014).

Como passo inicial de criação do programa os técnicos elaboram uma Matriz de Classificação das Favelas, uma espécie de mapa geral que caracterizava e classificava as favelas de acordo com a prioridade de intervenção. A Matriz tinha o intuito também de mostrar para as agências de fomento internacional – como o BID – o esforço acumulado e a capacidade técnica do corpo da secretaria em realizar um programa

piloto do Favela Bairro (Olinger, 2015, p. 60). Sua implantação inicial aconteceu em 16 favelas, antes do financiamento do BID. A partir do financiamento internacional, que aconteceu em 1995 com o PROAP I - Programa de Urbanização de Assentamentos Populares, torna-se obrigatório a contratação de empreiteiras para a realização das obras, desvinculando assim a possibilidade de participação comunitária remunerada, como foi possível do Projeto Mutirão.

Maria Lucia Petersen na mesma entrevista citada e Olinger (2015) reafirmam a complexidade que existia nas ações do Favela Bairro, apresentada nas mais variadas ocorrências que aconteciam nos projetos: questão de contenção de encostas de difícil solução, necessidades de reflorestamento, drenagens complexas e esgotamento sanitário com tecnologias alternativas foram exaustivamente debatidos e propostos pelos técnicos ganhadores do concurso e pela equipe da SMH. Esse processo inicial de debate entre arquitetos e urbanistas ganhadores do concurso e técnicos da prefeitura orientava os planos de intervenção que por sua vez eram apresentados aos moradores. Havia um forte trabalho da assessoria de comunicação da SMH em divulgar reuniões, realizar panfletos e mobilizar as famílias para serem consultadas nesse momento. Após essa primeira consulta à população os projetos executivos eram realizados. Um esforço enorme de sistematização – como a criação de cadernos técnicos e manuais para acompanhamento dos projetos e das obras - foi desenvolvido na primeira fase de implantação do Favela Bairro, como forma de auxiliar o controle das ações das empreiteiras, já que se tratava do primeiro programa de urbanização de favelas de grande porte da cidade do Rio de Janeiro. Olinger (2015) afirma: “As primeiras obras foram um laboratório que levavam para outra escala o trabalho desenvolvido no Projeto Mutirão” (OLINGER, 2015, p. 68). Segundo a autora a fase seguintes do Favela Bairro (PROAP II) mudou substancialmente em relação aos ganhos técnicos e sociais de implementação do primeiro momento do Programa. A (já pouca) participação social foi eliminada, parte da equipe técnica da SMH foi afastada com a saída de Luís Paulo Conde da Secretaria, os projetos passam a ter um protagonismo maior das empreiteiras contratadas do que da equipe técnica multidisciplinar envolvida anteriormente, a execução do escopo integral proposto não foi realizada - salvo raras exceções, mesmo entre favelas da fase inicial do programa - (OLINGER, 2015, p. 74-75). O Programa Favela Bairro foi largamente estudado e pesquisado. Seus ganhos, legados e limitações conformam o que talvez seja a experiência mais rica em

urbanização de favelas que a cidade do Rio de Janeiro possa ter passado. Segundo Leitão, Barboza e Delecave (2014) o programa tinha em sua raiz a ideia de “(...) alterar o mínimo possível a estrutura espacial da favela” fruto do que os autores chamam de motivações ideológicas dos arquitetos e urbanistas envolvidos na época, que compartilhavam o “consenso sobre o respeito a permanência do habitat construído pelos moradores, ao longo de anos e com recursos e esforços próprios” (Idem, 2014, p. 5).

Já o **POUSO** ou Posto de Orientação Urbanística e Social, foi concebido em 1996 pela Secretaria Municipal de Habitação (SMH) para prestar apoio técnico-construtivo às favelas que sofrerem intervenções do Favela Bairro. Havia intenção de garantir a segurança e introduzir regulamentos na autoconstrução e também de criar postos descentralizados para ajudar na integração das favelas à cidade formal. O projeto POUSO foi transferido para a Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU) em 2003, tornando-se sujeito à Coordenação de Regularização Urbana (CRU). Os POUSOs foram criados para serem uma presença temporária nas favelas ficando até o tempo necessário para atingir uma certa formalidade, e completar a transição de condições de bairro não regulamentado (informal) para regulamentado (formal). Ficaram em funcionamento até 2009.

Importante percebermos que as experiências do Projeto Arquiteto de Família, como veremos adiante, carregava alguns ensinamentos do Favela Bairro, incorporando metodologias ou mesmo soluções semelhantes do que foi o laboratório do Programa.

Em 2007 a política federal reaparece nas propostas de urbanização e reurbanização de favelas, com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e mais especificamente do PAC-Favelas, levando a investimentos vultuosos para a reurbanização de favelas em todo país. Há uma extensa bibliografia sobre o PAC-Favelas no Rio de Janeiro, tema que não vamos abordar aqui, mas destacamos o trabalho de Cardoso e Denaldi (2018).

Em 2010 entra em cena o Programa Morar Carioca na política urbana municipal e, com ele uma nova abordagem em relação a reurbanização de favelas, já que considerava intervenções menos pontuais que o Favela Bairro, resultando em propostas mais ousadas urbanisticamente, como a construção de teleféricos, abertura de vias de maior porte, planos inclinados e a construção de conjuntos verticais para

liberação de áreas livres. Ao mesmo tempo conjugava melhorias urbanas com melhorias habitacionais, implementando dessa forma práticas em consonância com a Lei de ATHIS de 2008. Mas conforme Leitão, Barboza e Delecave (2014) o programa ficou muito mais na intenção dos projetos iniciais do que na política efetiva.

Para os autores, a partir desse período a política habitacional municipal na cidade do Rio de Janeiro - e mesmo aquelas direcionadas especificamente para as favelas - apresentava uma contradição: ao mesmo tempo que lançava o Programa Morar Carioca de urbanização de assentamentos precários, o governo de então – tendo a frente o prefeito Eduardo Paes - realizava remoções em favelas localizadas em áreas associadas ao evento dos Jogos Olímpicos de 2016, retomando uma política que, aparentemente, estava reservada a décadas anteriores, atendendo dessa forma a interesses alheios ao direito à moradia ou mesmo a permanência dos moradores nas favelas, que paulatinamente havia sido considerado um consenso para uma geração de arquitetos e urbanistas.

Essa contradição faz refluir os programas de reurbanização de favelas na cidade do Rio de Janeiro que passam a ser pequenos e pontuais. Esse refluxo da política habitacional municipal piora ao final das Olimpíadas e, posteriormente, com o fim dos investimentos federais, as políticas habitacionais passam a ter inexpressivas ações no município.

Destaco, no entanto, a aprovação da Lei de ATHIS no município do Rio de Janeiro, a Lei 6614/2019, de autoria da vereadora Marielle Franco. Aprovada com a ajuda de diversos militantes ligados ao tema e do CAU-RJ, a lei trás os elementos característicos das práticas das assessorias técnicas, como a autogestão, a possibilidade de projetos que partam das próprias comunidades envolvidas e a multidisciplinaridade das equipes.

Entre janeiro e abril de 2021, a nova gestão de Eduardo Paes como prefeito na cidade do Rio de Janeiro, a partir da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano da Cidade do Rio de Janeiro³⁷, – agora com a sigla SMPU – realiza um GT de trabalho

³⁷ O Grupo de Trabalho Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais foi um GT criado através do Decreto 48.408/2021, pela prefeitura do Rio de Janeiro, que tinha como objetivo reunir profissionais, movimentos sociais, pesquisadores e integrantes de secretarias do município para elaborar diretrizes para um futuro Programa de Assistência Técnica na cidade, do qual fiz parte como representante do CAU/RJ. O relatório final está disponível em: <https://www.data.rio/documents/diretrizes-para-o-programa-de-assessoria-e-assist%C3%Aancia->

intersetorial, que incluía a participação dos movimentos sociais urbanos e de organizações da sociedade civil, como sindicatos e associações das categorias dos arquitetos e urbanistas. Desse GT, intitulado **Grupo de Trabalho para elaborações de diretrizes para Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais** resulta um caderno de diretrizes para a implementação de uma política de assistência técnica na cidade, reunindo formas de ação, diretrizes para financiamento e desenhos de gestão. Nenhuma política, no entanto, foi realizada a partir desse material, até o momento desta pesquisa.

Nos estudos de caso poderemos ver como é a relação das práticas com a política habitacional relacionada às assessorias e assistência técnica.

6 CASOS REFERENCIAS

A escolha dos estudos de caso desta pesquisa teve como ponto de partida a tentativa de compreender as mudanças que as experiências sofreram ao longo dos anos em território fluminense, bem como as diferentes formas de atuação que existiram. Procurou-se, portanto, encontrar nas experiências conhecidas aquelas que melhor poderiam se encaixar aos objetivos da pesquisa.

A experiência do Projeto Arquiteto de família - Melhorias Habitacionais do Morro Vital Brazil, realizada pela ONG Soluções Urbanas, em Niterói, traz a tona elementos para discutirmos o atendimento ao déficit qualitativo das habitações – na forma de melhorias habitacionais individuais – e também para a noção de Arquiteto de Família, que pretende ser, conforme depoimento público da própria Mariana Estevão – fundadora da ONG – “o novo patamar da assistência técnica em arquitetura e urbanismo”³⁸, um olhar continuado de atendimento à populações de baixa renda. Ao mesmo tempo, a experiência da Soluções Urbanas serve até hoje de exemplo para milhares de novos arquitetos que se interessam pela chamada ATHIS como nicho de mercado, criando elementos de conexão com os novos caminhos apontados pelas entidades da categoria profissional dos arquitetos.

Por sua vez a experiência da Ocupação Manuel Congo, conforme apontam os entrevistados (LOPES, 2022 e ALVES, 2023) nos traz a discussão dos embates existentes entre população organizada e Estado para a concretização de uma experiência complexa, como é a reabilitação de um edifício ocioso. Os mais de 10 anos de duração da experiência – cujas entrevistas demonstram que na verdade ainda não terminou – mostra o engessamento das políticas habitacionais e a dificuldade em modifica-las, principalmente se tratando do último grande programa habitacional federal realizado, o PMCMV e seu braço Entidades.

E por fim, o estudo de caso do Mulheres em Ação, da qual participei – a mais recente de todas as experiências – nos dá elementos para discutir os limites da disputa pelo Estado e as novas questões que os movimentos organizados nos trazem para o debate, como gênero e etnia.

³⁸ Esse depoimento pode ser visto em vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wQWp1c3_RVY, acessado em 12/abril/2023.

6.1 Projeto Arquiteto de Família, Morro Vital Brazil, Niterói-RJ

Projeto Arquiteto de Família – Melhorias habitacionais – 100 famílias Vital Brazil, Niterói / 2009-2016

Instituto Vital Brazil / Moradores do Morro Vital Brazil

Equipe Técnica - Assessoria técnica: Mariana Estevão/ Aline Rocha/ Daniel Isfran/ Alexandre Correia/ Luiz Rafael Gomes/ Johnny Araújo Rocha / Eduardo Acklas / Lavinia Ferraz Moreira/ Conrado Gonçalves Carvalho / Gilberto Antunes dos Santos / ONG Soluções Urbanas.

Melhorias habitacionais em casas autoconstruídas, com elaboração de projeto, mapa de risco e experimentação de estratégias para as obras de melhorias sem recursos públicos.

6.1.1 As premissas

O processo do Projeto Arquiteto de Família (PAF) – Melhorias Habitacionais realizadas no Morro Vital Brazil, em Niterói, foi retratado por Aline Rocha (2017, 2019, 2022), assistente social e na época (de 2009 a 2015) vice-presidente da ONG Soluções Urbanas, principalmente através da sua dissertação de mestrado **Políticas públicas federais para habitação popular e o projeto arquiteto de família** e Juliana Demartini (2016) em sua tese de doutorado intitulada **Assessoria técnica continuada: Desafios e possibilidades para a implementação de Programa Público para as expressões do Morar**. Juliana Demartini realiza em sua pesquisa uma série de entrevistas com profissionais da equipe, trazendo elementos importantes da experiência para reflexão que veremos aqui com mais detalhe. Usaremos como principal referência para esta reflexão crítica essas duas pesquisas e a entrevista realizada com Aline Rocha (2023) para esta dissertação.

A proposta do Projeto Arquiteto de Família trata da componente melhorias habitacionais que se insere nos programas de urbanização e reurbanização de favelas realizados a partir dos anos 90 em grande parte das metrópoles brasileiras. A discussão da necessidade de olhar para o **déficit habitacional qualitativo** das cidades brasileiras remete a 1995/1996, quando a Fundação João Pinheiro, responsável pelo cálculo do déficit habitacional de maneira contínua no país, explicita quais as duas principais componentes do déficit: (1) **necessidade de aumentar o estoque habitacional** (provisão de novas moradias) e (2) **necessidade de adequar o estoque existente** (melhorar, reformar, reurbanizar e/ ou regularizar a situação fundiária das moradias já existentes). De maneira evidente, o PAF respondia a segunda componente, se debruçando de forma prática e metodológica sobre a necessidade de olhar para a

enorme quantidade de habitação autoconstruídas pela classe trabalhadora na esmagadora maioria das nossas regiões metropolitanas.

Caio Santo Amore de Carvalho, em artigo de 2014 apresentado no Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, apontava que as práticas de melhorias habitacionais, de maneira geral, ocupavam um lugar “residual nas políticas urbanas brasileiras” (CARVALHO, 2014, p. 1) naquele momento. Para o autor a leitura ideológica do entendimento do déficit habitacional optava por priorizar política e financeiramente a produção de novas moradias, negligenciando dessa forma a enorme realidade urbana que se constituiu massivamente da autoconstrução, consolidada há décadas como processo de pauperização classe trabalhadora. As diferentes maneiras de abordar a questão habitacional a partir das moradias autoconstruídas teria sido secundarizado ao longo das políticas habitacionais, segundo Carvalho:

“(...) seriam todos os domicílios precários demandantes de uma nova moradia? E se eles fossem simplesmente substituídos no mesmo local? Parte da coabitação familiar não poderia ser atendida em se viabilizando uma ampliação adequada da moradia atual? E o mesmo não se aplicaria ao adensamento excessivo? O ônus com aluguel não teria maior correlação com a renda ou com o controle sobre os aluguéis do que propriamente com a necessidade de se construir novas moradias?” (CARVALHO, 2014, p. 2-3)

Para o autor a quantidade extensa de moradias que já existem em condições inadequadas são suficientes para complexificar a dita “questão habitacional” e evidenciar que a construção de novas moradias não é a única solução para problemas e necessidades tão diversas (CARVALHO, 2014, p. 7).

Para a cidade do Rio de Janeiro esse olhar não é, como vimos no capítulo anterior, uma questão nova. Desde a urbanização de Brás de Pina, a melhoria habitacional das moradias construídas estava associada às práticas em favelas e assentamentos precários. A experiência do Projeto Arquiteto de Família se insere nessas práticas de maneira direta, utilizando tecnologias, métodos e abordagens que já haviam sido ensaiadas, testadas ou mesmo realizadas nesse processo histórico. Há singularidades na experiência em Niterói, como veremos adiante.

A ONG Soluções Urbanas nasce em 2002 como Associação Soluções Urbanas - Urbanismo, Cultura e Cidadania - SU, conforme Rocha (2017). Aline na época era integrante da equipe do Projeto Arquiteto de Família (chamaremos a partir de agora simplesmente PAF) e ocupava a função de vice-presidente da entidade, sendo Mariana

Estevão, arquiteta e urbanista, presidente e uma das fundadoras da ONG Soluções Urbanas, que passaremos a chamar apenas de SU.

A origem do PAF é gestada anos antes, em 2001, quando Mariana Estevão e outros arquitetos – tendo o apoio do Centro de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro (C.A.U) e de seu Diretor, Marco Fonseca - participam de uma ação/laboratório na favela Tavares Bastos, próximo ao bairro do Catete, Rio de Janeiro, que pretendia experimentar uma metodologia de intervenção para melhorias habitacionais em moradias autoconstruídas. Segundo informações do site da SU, a metodologia incluía mobilização comunitária, reflexão sobre qualidade do ambiente construído com os moradores e assistência técnica para intervenções espaciais nas habitações³⁹. Importante destacar que tanto no site, como nos materiais públicos sobre a experiência e também na entrevista com Aline Rocha, a prática é denominada pela equipe como **assistência técnica**.

A forma dessa primeira práxis na Favela Tavares Bastos se aproxima do PAP-Rio desenvolvido pelo IAB-RJ em conjunto com a PCRJ na mesma época. Há, no entanto, ganhos qualitativos nesta experiência inicial da SU em relação ao PAP-Rio, pois a pequena equipe embrião da SU, debruçou-se com mais cuidado sobre o método e ações práticas privilegiando o olhar multidisciplinar, ainda que não conseguisse realizar as obras de melhorias.

A ideia do “arquiteto de família” existe em outros projetos ligados às práticas das assessorias e assistência técnica no Brasil. Em Belo Horizonte, houve um projeto de extensão universitária com o mesmo nome, realizado através da FUMEC, em 2004 (CUNHA; ARRUDA; MEDEIROS, 2007). Em 2018 o CAU/CE fomentou (através de um edital de ATHIS) um projeto intitulado “Reforma de Residência Unifamiliar com Adequação de Acessibilidade” em Fortaleza, Ceará, cujo arquiteto responsável dizia usar o método “arquitetos de família” (MANAIA; GUERREIRO, 2022). A discussão mais conhecida do termo, no entanto, foi proposta por Rodolfo Livingston, arquiteto argentino que escreveu os livros **El Método** (1995) e **Arquitectos de Familia – El método - Arquitectos de la comunidad** (2006), cuja intenção era elencar um método de trabalho para arquitetos que tinham como clientes populações de baixa renda e da

³⁹ Essas informações podem ser encontradas no antigo site da ONG Soluções Urbanas, disponível em: <https://solucoesurbanas.wordpress.com/projetos/historico/>, acessado em 02/abril/2023.

classe média baixa. Seu livro, por sua vez, trazia elementos da prática do **Programa Arquitetos de la Comunidad** cubano, com os quais Livingston trabalhou em Cuba, logo após ter se formado, ainda na década de 60. Consistia basicamente no uso dos recursos de escuta intensa das famílias, na elaboração de práticas participativas e na separação das conversas com o cliente, chamadas de pré-entrevista e entrevistas (NOGUEIRA, 2010). No entanto, nenhuma das bibliografias pesquisadas e nem mesmo a entrevistada, Aline Rocha, relata existir ligação com o método e prática de Livingston na experiência do Arquiteto de Família no Morro Vital Brazil. As referências vêm de outro lugar, como veremos adiante.

O grupo sócio-espacial envolvido corresponde à população moradora do Morro Vital Brazil, localizado em bairro do mesmo nome em Niterói, que ocupa parte da encosta de uma cadeia de montanhas rochosas chamada Morro do Cavalão. O Morro Vital Brazil fica nos limites posteriores do Instituto Vital Brazil, conforme mapa a seguir, Figura 13. Segundo a médica Rosa Gouvêa de Souza (2009), que elaborou pesquisa sobre as memórias dos trabalhadores do Vital Brazil - através da sua atuação como médica de família no Posto Médico de Família Carlos J. Finlay / PMF Vital Brazil – a população do morro era composta de aproximadamente 3000 moradores na época⁴⁰, que estariam distribuídos em 3 favelas: Vital Brazil, Cavalão e Sousa Soares (SOUZA, 2009, p. 23)

A demanda surge do Instituto Vital Brazil – e não da população - que propõe a intervenção na área devido a proximidade com sua sede e, segundo Rocha (2019), pela existência de moradores trabalhadores ou ex-trabalhadores ou mesmo de parentes de trabalhadores do IVB. No mapa abaixo vemos que o Morro Vital Brazil não está localizado em área periférica da cidade de Niterói, mas sim próximo ao bairro de Icaraí, região de classe média do município dotado de boa infraestrutura urbana.

⁴⁰ No trabalho de conclusão de curso de especialização em História Política e Bens Culturais de Rosa Gouvea de Souza (2009), médica que atuava no PMF, há relatos ricos sobre a origem, a história e as interrelações do grupo sócio-espacial do Morro Vital Brazil. Também é tratada a relação de proximidade com o IVB e com o próprio Posto Médico de Família que há mais de 10 anos (em 2009) atendia cotidianamente a população. Segundo a autora a ocupação do morro estava ligada à década de 20/30 com a construção do Instituto de Higiene, Soroterapia e Veterinária do Estado do Rio de Janeiro, antigo nome do IVB.



Figura 17: Mapa do bairro Vital Brazil mostrando o IVB, o PMF e a Favela Cavalão/Vital Brazil. Fonte: elaboração própria a partir de dados do portal Geo Niteroi e Google Earth.

O PAF no Morro Vital Brazil identificou 460 famílias no local, fez o levantamento cadastral de 351 famílias que responderam ao questionário, sendo que 100 receberam projeto de melhorias habitacionais, 6 executaram as obras de melhorias e cerca de 64 conseguiram material para realizar as obras elencadas no projeto recebido, através dos mecanismos de aquisição de material do projeto (ROCHA: 2017, 2019).

6.1.2 O início da experiência

Segundo Aline Rocha (2017, 2019, 2022), o PAF tem início em 2009, através de um convênio técnico-científico entre a ONG Soluções Urbanas e o Instituto Vital Brazil (IVB)⁴¹. Mariana Estevão, presidente da ONG, em depoimento público fala de “responsabilidade social do Instituto”⁴² como um dos motivadores da busca pela cooperação entre as entidades. Nesse convênio o IVB não prestava apoio financeiro,

⁴¹ Segundo informações em seu site (disponível em <http://www.vitalbrazil.rj.gov.br/quem-somos.html>, acessado em 02/abril/2023), o Instituto Vital Brazil é uma sociedade por Ações, de Economia Mista, órgão da Administração Indireta do Estado do Rio de Janeiro vinculado à Secretaria de Estado de Saúde. Sua sede está localizada em Niteroi, RMRJ, próximo ao morro de mesmo nome, onde foi realizada o Projeto Arquiteto de Família.

⁴² Depoimento disponível em https://www.youtube.com/watch?v=wQWp1c3_RVY, acessado em 02/abril/2023.

mas logístico, como salas para trabalho, infraestrutura e profissionais de apoio (ROCHA, 2022). Através das entrevistas que Demartini realizou com a equipe do PAF, podemos perceber que a relação da SU e o IVB talvez sejam mais estreitas ainda, tendo este último auxiliado na própria criação da ONG (Demartini, 2016 – Apêndice)

Demartini (2016) aponta que a relação “Saúde-Ambiente” é um dos pontos centrais da experiência, não apenas para as famílias, mas para os profissionais envolvidos, já que houve processos de formação para os arquitetos e técnicos de edificações que fariam os projetos de melhorias, durante a prática. Aline Rocha, em entrevista, corrobora com a informação, apontando que todo o projeto tinha um foco relacionado à “saúde do morar”. Em depoimentos e palestras realizadas por Mariana Estevão, vemos que a arquiteta fala sobre “a abordagem de saúde ambiental” como primordial para as práticas do PAF, colocando o profissional de arquitetura e urbanismo junto a populações vulneráveis, de maneira cotidiana no território, concomitante a profissionais da área de saúde, se aproximando da ideia do Médico de Família, que vem do atendimento da saúde primária pelo SUS⁴³ chamada de Estratégia Saúde de Família. É essa a referência base para o termo “arquiteto de família” dessa experiência, a noção de uma atenção primária e cotidiana dos moradores em condições de vulnerabilidade urbana. Mas, apesar do Médico da Família fazer parte de um sistema maior de saúde, o SUS, que possui uma rede capilar e de atendimento universal, a ideia do “arquiteto de família” defendida na prática se apoia na Lei 11.888, que considera apenas as famílias na faixa de até 3 salários mínimos.

Conforme os dados coletados por Demartini (2016) a experiência foi formada por uma equipe multidisciplinar composta de arquitetos e urbanistas, engenheiro civil, pedreiro, assistente social, técnicos em edificação, estudantes de Geografia, Arquitetura e de Serviço Social, estudantes do ensino médio e trabalhadores ligados à área administrativa da SU.

A experiência durou de 2009 a 2016 (Rocha, 2022).

Num primeiro momento a intenção do PAF era fazer parte de uma política habitacional maior e a ONG SU realiza a busca por financiamento através dos recursos do FNHIS

⁴³ Um dos depoimentos de Mariana Estevão sobre esse aspecto pode ser visto neste breve vídeo de divulgação do CAU/BR sobre a carta entregue aos candidatos das eleições de 2022, especificamente para o EIXO B – Habitação, Saúde Pública e Meio Ambiente, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=oVmQ05GffJI>, acessado em 02/abril/2023.

para a experiência. Em 2008, a partir de edital lançado naquele ano, conseguiram ter acesso aos recursos federais a partir do contrato firmado com o Instituto de Terras do Rio de Janeiro - ITERJ⁴⁴, para realização dos primeiros trabalhos de capacitação dos técnicos, levantamento de dados e realização dos 100 projetos de melhorias habitacionais. Segundo Rocha (2019) o financiamento do FNHIS durou cerca de 3 anos de trabalho da equipe e correspondia a 15% dos recursos da experiência. A entrevistada não possuía esses dados a mão e realizamos uma pesquisa dos dados no Portal da Transparência do governo federal e nos dados de Acesso à Informação da CEF⁴⁵, para procurar os valores do contrato firmado entre ITERJ (Estado do Rio de Janeiro) e o FNHIS. Os valores encontrados foram de dois contratos, um de Assistência Técnica para Organização Comunitária e outro para Elaboração de Projeto de Tipologia Individual, que totalizam R\$67.745, conforme imagens que seguem.



Figura 18. Valores do FNHIS repassados ao PAF Morro Vital Brazil. Fonte: Acesso à Informação – CEF

⁴⁴ Importante notar que o ITERJ, neste mesmo momento histórico, figura também como parte representante do Estado nas tratativas da Ocupação Manoel Congo para aquisição do imóvel, como veremos mais a frente. As entrevistas levam a crer que isso ocorria devido a atuação dos técnicos e servidores públicos que ocupavam cargos de coordenação no instituto na época, favoráveis à política habitacional voltada para o direito à moradia.

⁴⁵ Os dados do Portal da Transparência estão disponíveis em <https://portaldatransparencia.gov.br/convenios/consulta?paginaacaoSimples=true&tamanhoPagina=&offset=&direcaoOrdenacao=asc&colunasSelecionadas=linkDetalhamento%2CnumeroConvenio%2Cuf%2CmunicipioConveniente%2Csituacao%2CtipoTransferencia%2Cobjetivo%2CorgaoSuperior%2Corgao%2Cconcedente%2Cconveniente%2CdataInicioVigencia%2CdataFimVigencia%2CvalorLiberado%2CvalorCelebrado&ordenarPor=orgao&direcao=desc>, acessados em 10/abril/2023. Os dados do Acesso à Informação da CEF para Contratos e Repasses estão disponíveis em <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/index.asp>, acessado em 10/abril/2023.



Figura 19. Valores do FNHIS repassados ao PAF Morro Vital Brazil. Fonte: Acesso à Informação - CEF

Após isso houve aportes de diversas entidades, privadas e públicas, para o PAF, mas não mais ligadas à política habitacional ou política urbana. Dentre eles destacamos: a FINEP – através Rede de Cooperação em pesquisa de Tecnologia Social (TS) para HIS, a ASHOKA – através de Fundo para o Microcrédito, a LAFARGE – através de uma capacitação de pedreiros, a Brazil Foundation e American Planning Association (APA), através da doação para a criação de um Fundo Rotativo. Não encontramos dados sobre esses valores e suas componentes, mas em relatório feito pelo braço “social” do Banco Itaú, o Itaú Social⁴⁶, que faz avaliações econômicas de projetos sociais, encontramos o **Relatório de Avaliação Econômica: Programa Arquitetos de Família – ONG Soluções Urbanas**⁴⁷, cujo teor aponta:

Para a análise do retorno econômico, estimamos o custo do projeto com base nas informações coletadas junto à ONG Soluções Urbanas. Como as intervenções se iniciaram em 2010, os custos estão espalhados ao longo do

⁴⁶ O Itaú Social tem um Programa de Monitoramento e Avaliação social cuja intenção é criar elementos para avaliação de um projeto social para que empresas possam investir ou repassar dinheiro a este, disponível em <https://www.itausocial.org.br/programas/monitoramento-e-avaliacao/>, acessado em 11/abril/2023.

⁴⁷ O relatório está disponível em https://redeitausocialdeavaliacao-producao.s3-sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/42%20-%20Relat%C3%B3rio_de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20Arquitetos%20de%20Fam%C3%ADlia.pdf, acessado em 10/abril/2023.

tempo e em diferentes frentes, logo o custo é calculado com base em uma estimativa feita pela ONG de replicação do projeto. Esses custos são divididos em duas partes: (i) custo de operacionalização do projeto, no valor de R\$ 165.000,00 para o total de cinco meses; e (ii) custo de intervenções realizadas, segundo a ONG, de R\$ 214.350,00. (ITAU, 2017, p. 15)

Sendo assim, adotaremos, para fins desta pesquisa, que o projeto contou com um montante total, incluindo os aportes do FNHIS, de R\$379.350 para ser realizado.

6.1.3 – As diversas etapas e estratégias do PAF

Segundo Demartini (2016) e Rocha (2017) conseguimos identificar ao menos 8 etapas de trabalho na metodologia da experiência:

- Etapa inicial:

Cooperação técnica com IVB e entrada dos recursos através do FNHIS, mediante a linha de financiamento Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária, conseguidos pelo ITERJ. É feito um contrato entre ITERJ e a ONG SU. A metodologia de trabalho é elaborada nesse momento. Vale destacar que esse recurso foi um dos poucos no Rio de Janeiro que conseguiu acessar os fundos do FNHIS para a Assistência Técnica, no edital de 2008.

- Etapa 1: Aproximação no território e sensibilização.

Período de reconhecimento mútuo da equipe da SU e da população. Nesse momento é criado um Grupo de Trabalho Comunitário, compostos da equipe da ONG Soluções Urbanas, técnicos do IVB, lideranças comunitárias e representantes da Associação de Moradores do Morro Vital Brazil - AMOVIBRA. Encaminha-se a elaboração de um questionário social para a população, aplicado por estudantes de ensino médio do território, com auxílio e treinamento dos arquitetos, engenheiro e assistente social da equipe da SU. Esses dados foram posteriormente analisados pela equipe técnica e social, pois serviram de base para a elaboração de critérios para definir as famílias prioritárias. Foram cadastradas 351 famílias no local, de um total de 460 domicílios encontrados. A diferença entre um número e outro acontece em função de que muitos moradores não queriam responder o questionário de cadastros (ROCHA, 2023), com receio ou desconfiança do PAF.

- Etapa 2: Capacitação técnica da equipe.

São feitas parcerias com o Clube da Reforma⁴⁸ e Ashoka⁴⁹. É também realizada uma formação para os arquitetos que iriam integrar a equipe, com a Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense e a Escola de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ROCHA, 2019). Nesse momento é também construído o Centro Comunitário para uso da população do Morro Vital Brazil, de autoria de um arquiteto de fora da SU, Ricardo Bon. Segundo Demartini (2016, p. 135) em suas entrevistas com os técnicos do PAF, o Centro Comunitário foi executado em imóvel dentro do Morro Vital Brazil e comprado com recursos próprios da ONG SU. A intenção era de criar um espaço para reuniões coletivas e ao mesmo tempo um lugar de demonstração do que era possível ser feito em termos de melhorias e soluções tecnológicas e por isso o programa de necessidades foi feito junto à comunidade. Aline Rocha, em entrevista, destaca o papel da construção do Centro Comunitário como sendo um detonador para a criação de laços e confiança entre a SU e a população.

- Etapa 3: Visitas técnicas às famílias

A partir dos dados sociais e econômicos das famílias do Morro Vital Brazil, são adotados critérios para selecionar as 100 a serem atendidas, identificando assim as mais vulneráveis. Rocha (2019) explica que os critérios eram a soma de condicionantes físicos e sociais. A comunidade foi consultada através de oficinas participativas e criaram critérios próprios, chamados de critérios comunitários. A combinação dos dois critérios (comunitários e técnicos) resultou nas 100 escolhidas. Apenas após esse momento de “seleção” inicial foram feitas as visitas domiciliares, que contaram com a realização de Mapas de Risco - um método que consistia, junto às famílias, no uso de adesivos com ícones para identificar nas plantas e cômodos as patologias das edificações. Também foi realizada a Matriz de Riscos Ambientais – mapa georreferenciado que indicava os níveis e precariedade de cada uma das 100 casas através de cores (DEMARTINI, 2016). Neste momento houve também financiamento

⁴⁸ Clube da Reforma foi uma reunião de empresas ligadas à construção civil que perceberam que a maior fatia do mercado da construção civil era composta pelas pequenas compras da população de baixa renda em lojas locais e de bairro. A intenção era se aproximar desse segmento através de um discurso social para auxiliar as famílias a fazerem suas reformas. Nela figuravam nomes como Lafarge, Votorantim, Gerdau, ABCP e algumas ONGs como a Ashoka. Criado em 2010 o Clube teve seu fim poucos anos depois. Uma breve explicação sobre a intenção desse Clube pode ser vista no vídeo de divulgação disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=bsEZKK7YgxE>, acessado em 02/abril/2023.

⁴⁹ Ashoka é uma ONG estadunidense com várias filiais espalhadas pelo mundo, cuja missão, segundo o site, é “apoiar empreendedores sociais em busca de inovações para construir um mundo que se transforme (Everyone A Changemaker)”, disponível em <https://www.ashoka.org/pt-br/sobre-ashoka>, acessado em 02/abril/2023.

da FINEP à experiência, a partir do chamado Rede de Cooperação em pesquisa de Tecnologia Social (TS) para HIS (DEMARTINI, 2016).

Abaixo ícones do Mapa de Riscos e exemplo de aplicação em planta.



Figura 43b: Cores para classificação do fator de risco/precariedade (exemplo)



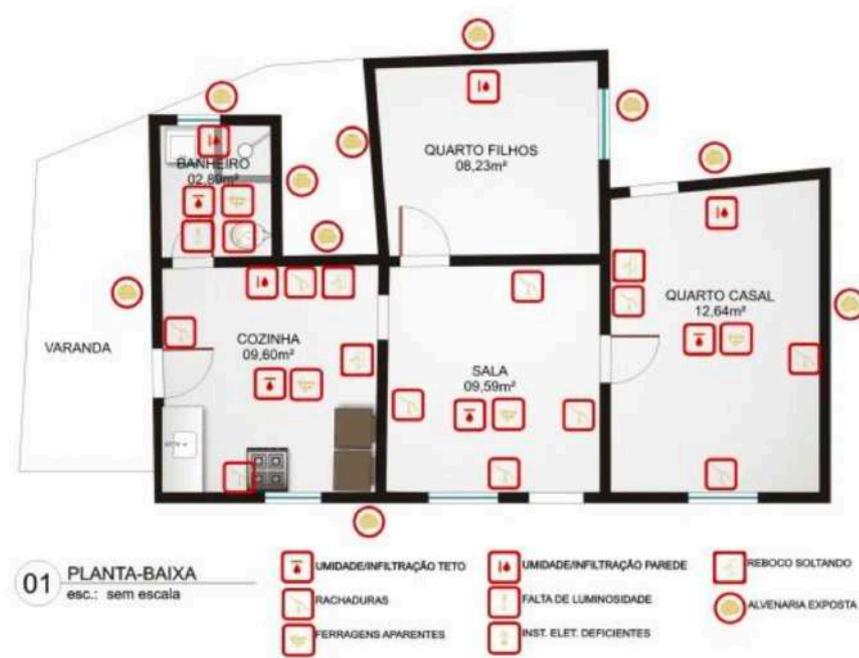


Figura 21: Exemplo de aplicação do Mapa de Riscos em planta. Fonte: ROCHA, 2017, p. 123

- Etapa 4: Elaboração dos projetos de melhorias habitacionais – Assistência Técnica dos arquitetos

O diagnóstico da moradia é feito com base no Mapa de Riscos e partir dele elaborado o que os técnicos da SU chamam de “planos de intervenção” de acordo com as patologias do ambiente (umidade, iluminação, acústica, conservação, térmico, dentro outros). Os projetos arquitetônicos de reforma eram apresentados, discutidos e no final entregues aos moradores. Segundo Demartini (2016) os primeiros projetos continham reformas completas, que incluíam vários aspectos de melhorias: segurança edilícia, salubridade, ventilação, umidade, acústica, térmica, mas também de “adequações estéticas”. Com a entrega dos primeiros projetos a equipe percebeu que as famílias não tinham condições financeiras de realizar a obra completa. Realizou-se então uma revisão dos projetos, que passaram a ter apenas as intervenções urgentes e pontuais, simplificando assim os custos das melhorias. Segundo Rocha (2022) até o final de 2011 todos os projetos haviam sido terminados, revisados e entregues às famílias.

- Etapa 5: Capacitação de pedreiros e trabalhadores para as obras

Neste momento foi realizada uma parceria com a Lafarge para a capacitação das próprias famílias interessadas em realizar as melhorias e também de pedreiros da localidade. O curso consistia em apresentar as técnicas construtivas específicas para

melhorias habitacionais. Essas técnicas podem ser encontradas na publicação da Soluções Urbanas (2013) que mostra de maneira didática as principais soluções para uma série de patologias comumente encontrada em habitações autoconstruídas. Durante o curso os alunos faziam as intervenções nas casas mais precárias e também no espaço urbano da favela, como escadas e acessos comuns.



Figura 22: Obras de melhorias urbanas no Morro Vital Brazil. Fonte: Acervo ONG SU, cedido pelo arquiteto Alexandre Correia, integrante da SU no período do PAF

- Etapa 6: Realização da Feira de Trocas

A Feira de Trocas faz parte do que Rocha (2022) chama de “estratégias para execução das obras”, uma tentativa de auxiliar aos moradores a conseguirem materiais para realizarem as reformas, já que nesse momento, 2012, não existia mais a possibilidade de conseguir recursos através do FNHIS⁵⁰. Segundo Rocha (2017, 2019) consistia na realização de uma feira de produtos doados (por empresas, lojas de material da construção civil ou mesmo excedente de obras particulares, tendo como destaque a doação da Leroy Merlin de Niterói) cujas trocas seriam feitas com uma moeda comunitária chamada Trocado Vital (Tr\$). Por sua vez, o Trocado Vital era conseguido na troca de embalagens vazias do tipo *tetrapak* (leite e outros produtos

⁵⁰ Importante lembrar que, como vimos anteriormente, no final de 2009 entre em vigor o PMCMV, que apagava de vez qualquer possibilidade de entidades e setores da sociedade acessarem os recursos que viriam do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.

industrializados) na proporção de 4x1. Esse material era encaminhado para a Recicoleta, empresa que recicla embalagens *tetrapak* e produz telhas chamadas de ecológicas, através da prensa do material processado das embalagens. Rocha (2022) aponta que 33 Feiras de Troca foram realizadas durante todo o processo do PAF.



Figura 23: Cartaz e imagem de um morador na Feira de Trocas Solidária. Fonte: Acervo ONG SU, cedido pelo arquiteto Alexandre Correa, integrante da SU no período do PAF

- Etapa 7: Microcrédito

O microcrédito rotativo foi mais uma das “estratégias” que possibilitou o empréstimo de cerca de R\$1200 a cada família que solicitava o pedido. Criou-se um fundo de capital privado com regras criadas coletivamente. Segundo material de apresentação de Mariana Estevão sobre a ONG Soluções Urbanas para o GT de trabalho, citado anteriormente para elaborações de diretrizes para Assistência Técnica e Melhorias Habitacionais, o microcrédito teria o apoio da Ashoka e proveniente de doações de terceiros.

- Etapa 8: Cartilha com soluções construtivas

São produzidas diversas cartilhas para auxiliar didaticamente as múltiplas soluções tecnológicas usadas para as obras de melhorias, que consistiam em técnicas específicas para resolver as patologias das edificações. Esses Guias, como foram chamados, eram: Conforto térmico, Controle de umidade e Reforço estrutural.

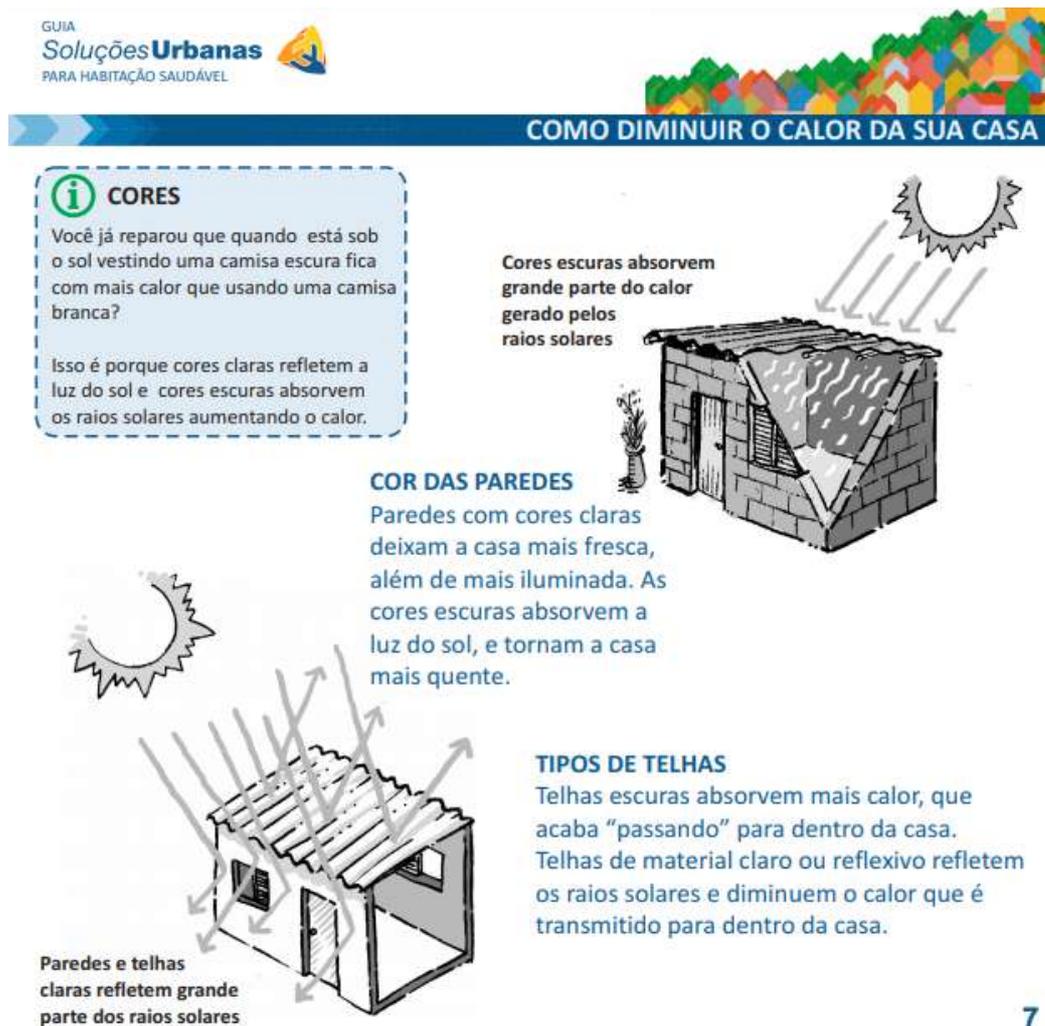


Figura 24: Cartilha de Conforto térmico. Fonte: SU, 2013

Em 2016 o PAF no Morro Vital Brazil tem seu fim pois o convênio técnico-científico com o IVB não é mais prorrogado. Rocha (2017) aponta que problemas na gestão do IVB inviabilizam a continuidade da parceria. O legado dessa experiência, no entanto, talvez tenha sido um dos mais difundidos entre as 3 práticas de assessorias e assistência técnica estudadas, principalmente porque a Soluções Urbanas faz, até os dias de hoje, um trabalho constante de divulgação do PAF e mesmo de replicação da prática. Após 2016 o PAF foi levado para outras cidades e estados, conforme a própria fala de Mariana Estevão no GT de Assistência Técnica na Cidade do Rio de Janeiro. A fundadora da ONG relata atuação em cidades no Estado de São Paulo, Mato Grosso e, mais recente, em Sergipe.

Grande parte da divulgação da prática depois do fim da experiência no Morro Vital Brazil se deve ao próprio apoio das entidades da categoria profissional, principalmente

dos sindicatos de arquitetura, da FNA e do CAU, nas mais diferentes unidades da federação, deram à experiência. Mariana Estevão é também uma grande realizadora de palestras e oficinas sobre ATHIS voltadas para um público jovem de arquitetos recém-formados que queiram trabalhar com assistência técnica, a partir dos CAU de diversos estados. Em material apresentado para o GT citado anteriormente, onde a arquiteta mostra uma linha do tempo da SU, podemos ver que a partir de 2016 há uma grande quantidade de capacitações promovidas pela ONG, cujo conteúdo se baseia na metodologia e na prática do PAF.

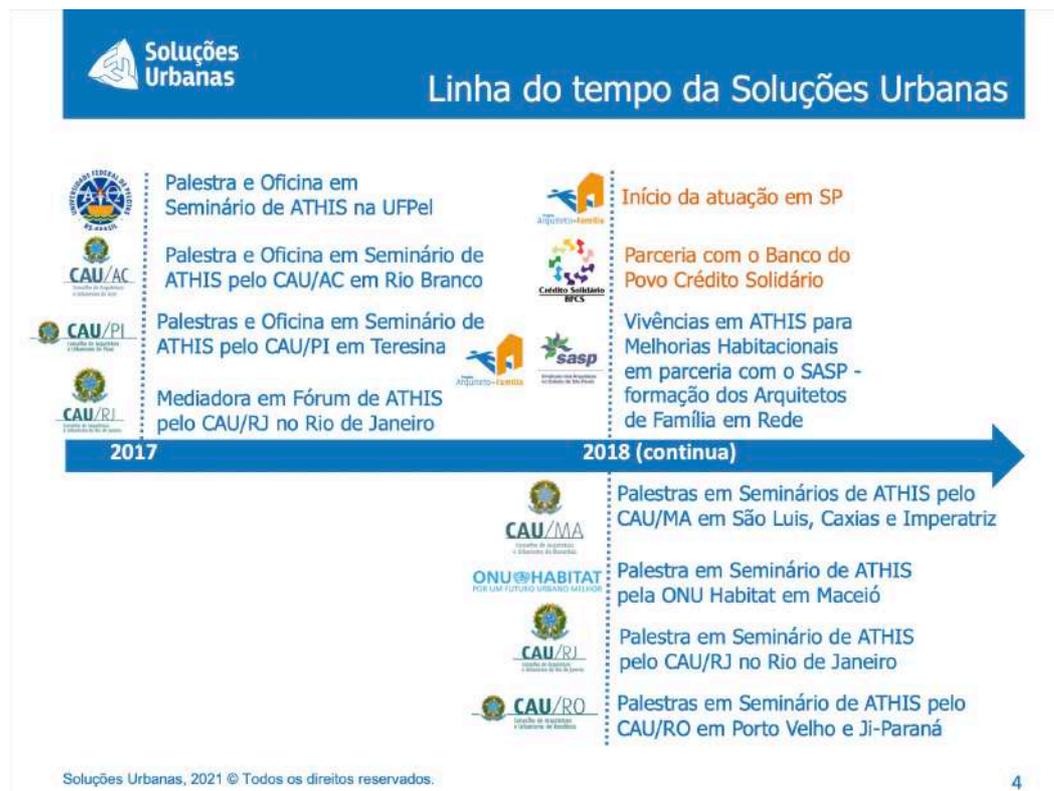


Figura 25: Linha do tempo da ONG Soluções Urbanas. Fonte: Apresentação da experiência da SU no GT de Assistência Técnica da cidade do Rio de Janeiro

Percebemos pelas entrevistas, falas e textos elaborados pelos integrantes da equipe que o PAF é uma experiência com olhar focado na habitação autoconstruída e suas características físicas. Embora houvesse existido um momento de ações no espaço urbano da favela Morro Vital Brazil – como nas questões relacionadas às casas situadas nas áreas de risco do morro - o centro dessa experiência gira em torno da edificação fruto da autoconstrução. Os elementos subjetivos ou mesmo objetivos ligados às famílias e ao grupo sócio-espacial que a prática envolveu são postos, mas não centrais. Demandas coletivas, por exemplo, pouco impulsionamento receberam,

com exceção do Centro Comunitário cuja formulação, ao que tudo indica, surgiu da própria ONG.

Esse afastamento do grupo sócio-espacial no momento inicial é, sem dúvida, um dos maiores pontos de fragilidade do PAF. Não sendo uma prática proveniente de uma política urbana habitacional, a experiência enfrentou uma certa resistência das famílias envolvidas que não compreendiam porque deveriam abrir suas casas para uma equipe técnica. É necessário realizar um trabalho intenso de reconhecimento mútuo entre o grupo sócio-espacial e assistência técnica em experiências que não são demandadas pela população ou mesmo pelas instâncias da política pública. Nas palavras de Aline Rocha na entrevista:

Nos primeiros dois anos, foi um trabalho intenso, intenso, do que eu chamo de entrada no território e sensibilização. Ah, mas não seria mobilização? Aí são categorias, são semânticas que eu tento utilizar para diferenciar momentos diferentes desse processo de entrada no território. Então quando eu digo que a equipe fez uma pesquisa, é desde uma pesquisa geográfica – levantar o número de unidades habitacionais com foto aérea, depois ir traçando cada caminho, traçando cada trecho e identificando quais são os pontos críticos do território, onde há acúmulo de lixo, lugares que tinham grande concentração de cachorro e gatos, tudo (...). Então todas essas questões, nesses primeiros 2 anos de entrada no território, elas foram identificadas. (ROCHA, 2023).

A questão da multidisciplinaridade na experiência do PAF, é, sem dúvida um dos pontos altos de toda a práxis. Nas entrevistas que Demartini realizou podemos perceber uma relação grande de profissionais de diversas áreas que compunham a equipe de maneira ativa. Há um destaque para a figura do profissional do serviço social, não apenas pelo momento de “entrada no território”, que deve ser feito com cuidado e sensibilidade junto à população, mas pelo fato de, como aponta Aline, ele ser o profissional que acaba tendo a visão da “totalidade do processo”, e que muitas vezes não consegue vir do arquiteto e urbanista:

(...) no território, quando a gente vai fazer um projeto como o arquiteto de família, a gente encontra tudo. Porque quando entra para fazer visita domiciliar, a gente encontra todas essas questões. Vai encontrar questões muitas vezes muito delicadas que arquitetos e arquitetas não sabem encaminhar, como por exemplo, o caso de uma criança que visivelmente sofre violência doméstica ou abuso. Então preciso denunciar, preciso encaminhar essa demanda para as esferas competentes. Se tem uma mulher que visivelmente sofre ou um paciente de saúde mental que não está inserido na rede, precisa ser encaminhado. Então esses, quando eu digo da totalidade, é isso. Porque é negligência entrar numa unidade habitacional e achar que ali a gente só precisa abrir um vão de iluminação ou de ventilação natural. E fazer uma fossa ou uma ligação sanitária, instalação de elementos hidrossanitários. Se aquela mulher continua em situação de violência doméstica. Se aquele idoso continua sendo abandonado. Todas essas questões que atravessam e que se apresentam numa visita domiciliar, elas precisam ser identificadas e precisam ser encaminhadas. Porque senão, e aí

eu lembrei da palavra que eu queria antes, você fragmenta a vida humana. (ROCHA, 2023).

Um aspecto importante também é o fato da experiência do PAF no Morro Vital Brazil ter experimentado uma série de arranjos e parcerias na tentativa de superar as limitações impostas pela impossibilidade de financiamento público da prática e conseguir seguir com a experiência até o final, que implicava em executar as melhorias.

Esses arranjos eram das mais diversas matizes: com universidades públicas, redes de cooperação tecnológica, empresas do setor da construção civil, doações de grandes lojas de material de construção, ONGs internacionais, associações internacionais da categoria dos arquitetos e urbanistas, bancos comunitários, bancos privados, dentre outros. Essa larga gama de parceiros e arranjos institucionais são ao mesmo tempo pontos de relevância – devido a capacidade de criar relações institucionais da experiência – mas também de conflito, pois nos levam a questionar a validade dessas parcerias se partirmos das premissas iniciais que tinham como intenção a garantia do acesso à moradia digna de populações vulneráveis na favela. Chega ao ponto de um banco avaliar a experiência do PAF para atestar se fundos privados poderiam investir na prática. Qual seria o limite de realizar parcerias desse tipo sem cair no que Lopes (2018) chama de “meros arranjos de mercado” que afastam as práticas da intenção de estimular e debater um problema público e de abrangência nacional (LOPES, 2018)?

Mariana Estevão, a partir do desdobramento dessa experiência e das ações da própria SU que podemos ver hoje, reconhece esses conflitos. No GT realizado pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro sua fala demonstra que os aprendizados da experiência têm procurado cada vez mais se aproximar das práticas junto às políticas públicas. Ela foi também uma grande impulsionadora da tentativa de se criar uma política continuada de assistência técnica federal, que surgiram a partir de 2015, em discussões sobre o tema junto ao Ministérios das Cidades.

6.2 Ocupação Manuel Congo, Rio de Janeiro, Centro

Ocupação Manoel Congo – 42 famílias

Centro, Rio de Janeiro / 2007-2018

Movimento Nacional de Luta por Moradia - MNLM

Equipe Técnica / Assessoria técnica: Ticiane Ribeiro, Marcus Rossini, Claudia Brandão de Serpa, Pablo Schargrodsky, Bruno Machado e Augusto dos Santos/ NAPP.

Reforma de edifício público em área central para reabilitação em habitação de interesse social por autogestão, através do PMCMV-Entidades

6.2.1 O contexto

A Ocupação Manoel Congo e a experiência de reabilitação do edifício ocioso do **Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS** em Habitação de Interesse Social - HIS, localizado na R. Evaristo da Veiga na área central do Rio de Janeiro, é considerada por diversos autores como Irene Mello (2015) Ximenes (2017) a experiência mais emblemática de reforma de edifício público na cidade do Rio de Janeiro, tornando-se referência nacional. Segundo Luciana Lago a experiência assume esse papel pois:

(...)é exemplar para todos que buscam analisar as cidades capitalistas na perspectiva do conflito de classes como elemento constituinte dos processos de produção e apropriação do espaço urbano. Trata-se da ocupação de um edifício público ocioso em área central valorizada, organizado por um movimento de moradia de âmbito nacional, cuja principal bandeira é o direito igualitário à cidade (MELLO, 2015, p. 10).

Para este estudo de caso foram entrevistados os dois arquitetos que fizeram parte da equipe da assessoria técnica, Ticiane Ribeiro e Augusto dos Santos e uma das integrantes do grupo sócio-espacial da experiência, o movimento de moradia Movimento Nacional de Luta por Moradia do Rio de Janeiro– MNLM-RJ, Lurdinha Lopes.

Segundo Mello (2015) o MNLM-RJ tem como sua principal reivindicação o direito à moradia no centro, pela oferta de infraestrutura urbana e proximidade com os locais de trabalho, sendo a principal estratégia para essa conquista a ocupação de imóveis ociosos nas áreas centrais *“Além de ser uma forma de conquistar uma moradia, também é um ato político de apropriação de um espaço sob o controle das classes dominantes”* (Mello, 2015, p. 12).

A história das ocupações das áreas centrais das grandes cidades brasileiras não é recente e a primeira onda de ocupações, de maneira mais consolidada e organizada, ocorre na década de 90 na cidade de São Paulo, quando há a formação da União da

Liga dos Cortiços – ULC, cuja a reivindicação principal era o direito à propriedade da terra na área central. Paralelo ao grande movimento de moradores das áreas periféricas da cidade em reivindicação por novas moradias, este grupo pleiteia a manutenção do seu local de morada e escancara os altos alugueis que os moradores dos cortiços pagavam para morarem em minúsculas habitações, com banheiros compartilhados, mas próximas dos locais de trabalho. A essa primeira organização popular formada, se seguiram outras, como o Movimento Sem-Teto do Centro - MSTC e a Frente de Luta por Moradia - FLM. Várias destas ocupações foram alvos de experiências de assessorias técnicas, sob as mais diversas formas de financiamento (municipais, estaduais e mistos, com a composição de várias fontes) onde destaco as experiências recentes do Hotel Cambridge e a Ocupação Dandara.

Por sua vez a Ocupação Manoel Congo não pode ser entendida descolada de ao menos outras 16 ocupações na área central e na zona portuária (área contínua ao centro) do Rio de Janeiro que surgiram praticamente na mesma década. Cardoso e Ximenes (2018) falam das ocupações Chiquinha Gonzaga/2004, Zumbi dos Palmares/2005, Quilombo das Guerreiras/2006, Ocupação Flor do Asfalto/2006, Casarão Azul/2006, Carlos Marighela/2007, Nelson Mandela/2007, Manuel Congo/2007, Alípio de Freitas/2008, José Oiticica/2008, Machado de Assis/2008 e Ocupações na Rua do Livramento/2010. Ximenes (2017) em sua pesquisa sobre a zona portuária, aponta ainda uma anterior, a Ocupação Boa Vista, que teria ocorrido em 1998. Lurdinha, durante a entrevista, cita ainda Mariana Criola, Quilombo da Gamboa e Vito Gianotti.

Todas elas têm como motivação a grande quantidade de imóveis ociosos e públicos na região, que em sua maioria eram imóveis federais, conforme aponta Ximenes (2017). E estavam no bojo das reivindicações por moradia a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 e da expectativa de consolidação da política habitacional no Brasil na era Lula da Silva no seu primeiro mandato. Abaixo podemos ver um mapa com as principais ocupações na área central e na zona portuária em 2012, fruto da pesquisa de Mello (2015)

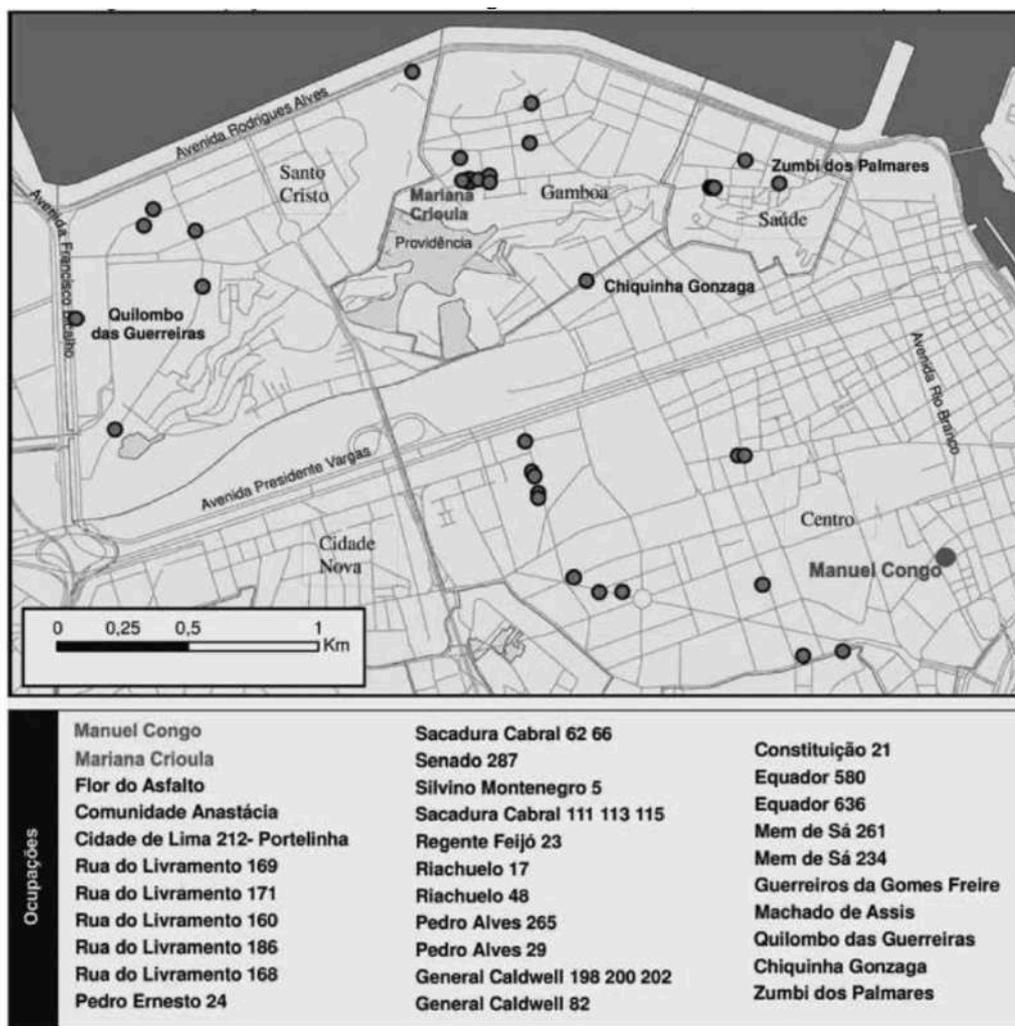


Figura 26. Principais ocupações no Rio de Janeiro. Fonte: MELLO, 2015, p. 67, adaptada de RAMOS, 212, p. 350.

Em 2005, após a criação do FNHIS, essas ocupações reivindicavam a reabilitação dos edifícios ociosos através dos fundos federais, principalmente a partir do Crédito Solidário, o único que efetivamente possibilitava a autogestão. Ximenes (2017) relata que:

Como formas de luta, as ocupações são fruto de grandes processos de organização, densos de discussões sobre seus aspectos políticos e da importância da construção de uma nova sociabilidade. No caso da cidade do Rio de Janeiro, as ocupações organizadas privilegiaram sua inserção da área central e suas fronteiras, especialmente as ocupações que contavam com o apoio da Frente de Luta Popular (FLP) (XIMENES, 2017, p. 41)

Grande parte dessas ocupações, principalmente as da Zona Portuária, receberam despejos forçados no período da **Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha**⁵¹,

⁵¹ Operação Urbana Consorciada - OUC é um dos instrumentos do Estatuto da Cidade (2001) que consiste numa parceria entre o Poder Público e o setor privado para intervenção em uma área específica do município, a fim de implantar e melhorar a infraestrutura urbana. Para a crítica às OUC, ver Mariana Fix (2009) **Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global**. A autora considera que a OUC reforça

que entrou em vigor em 2009 e que tinha como principal função as adequações da cidade para a realização de megaeventos, especialmente Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016. Ximenes (2017) em sua pesquisa aponta que apenas 3 das mais de 10 ocupações que ocorreram na Zona Portuária se mantiveram até 2017. Algumas delas sofreram violentas remoções, fruto da ação da PMRJ⁵², conforme documentado por Vladimir Seixas, em *Atrás da Porta* (2010).

Até os dias de hoje algumas dessas ocupações estão resistindo pela moradia, ocupando os edifícios ociosos. Duas delas, a Ocupação Vito Giannoti (ligada a UMP-RJ, à CMP-RJ e ao MLB) e a Mariana Crioula (ligada ao MNLM), chegaram, anos mais tarde, a tentar a contratação da Fase 1 do PMCMV- Entidades. Apenas Mariana Crioula conseguiu sem, no entanto, ter passado para a Fase II - obra, para a execução da reabilitação do edifício⁵³.

6.2.2 A origem da Ocupação Manoel Congo

Segundo entrevista de Lurdinha Lopes (2022) a história da Manoel Congo nasce antes do momento da ocupação do edifício do INSS. No mesmo mês de 2007, por alguns dias, o MNLM-RJ ocupa o primeiro imóvel, o antigo Cine Vitória, localizado na esquina das ruas Senador Dantas e Alcindo Guanabara - na mesma região do edifício reconvertido objeto de estudo - chegando a sofrer duas remoções do local. A intenção dessa primeira ocupação, conforme Lurdinha, era mais criar um “fato político”, do que necessariamente propor a reabilitação daquele edifício para HIS. Anos mais tarde, o Cine Vitória foi transformado em uma Livraria Cultura. Essa breve ocupação contou até mesmo com a exibição do documentário “**Encontro com Milton Santos: o mundo global visto do lado de cá**” o que segundo Cardoso & Ximenes (2018) fortaleceu as famílias e abriu diálogo com apoiadores e servidores públicos. No entanto, a decisão de efetivar uma ocupação de um edifício público já vinha sendo amadurecida antes

o reinvestimento em regiões já favorecidas, não cumprindo, portanto, a função social ao qual se refere o Estatuto da Cidade.

⁵² Para saber mais sobre as remoções ver o documentário realizado por Vladimir Seixas, intitulado **Atrás da Porta**, realizado em 2010, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=LnGEc9oAVqM>, acessado em 25/jan/2023.

⁵³ Numa lista elaborada pela equipe da Comissão de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social – CATHIS, do CAU-RJ (da qual participo) onde constam os projetos que pleitearam o PMCMV-Entidades até seu último edital, há duas entidades que conseguiram e estão na FASE 1 – Projetos: Ipiiba em São Gonçalo e Mariana Crioula, sendo que esta última era a primeira da lista para acessar a Fase 2- Obra. Espera-se que com a retomada do MCMV o projeto possa assinar a contratação em breve.

pelo MNLM-RJ como forma de acelerar um processo lento de atendimento das reivindicações por moradia nas áreas centrais.

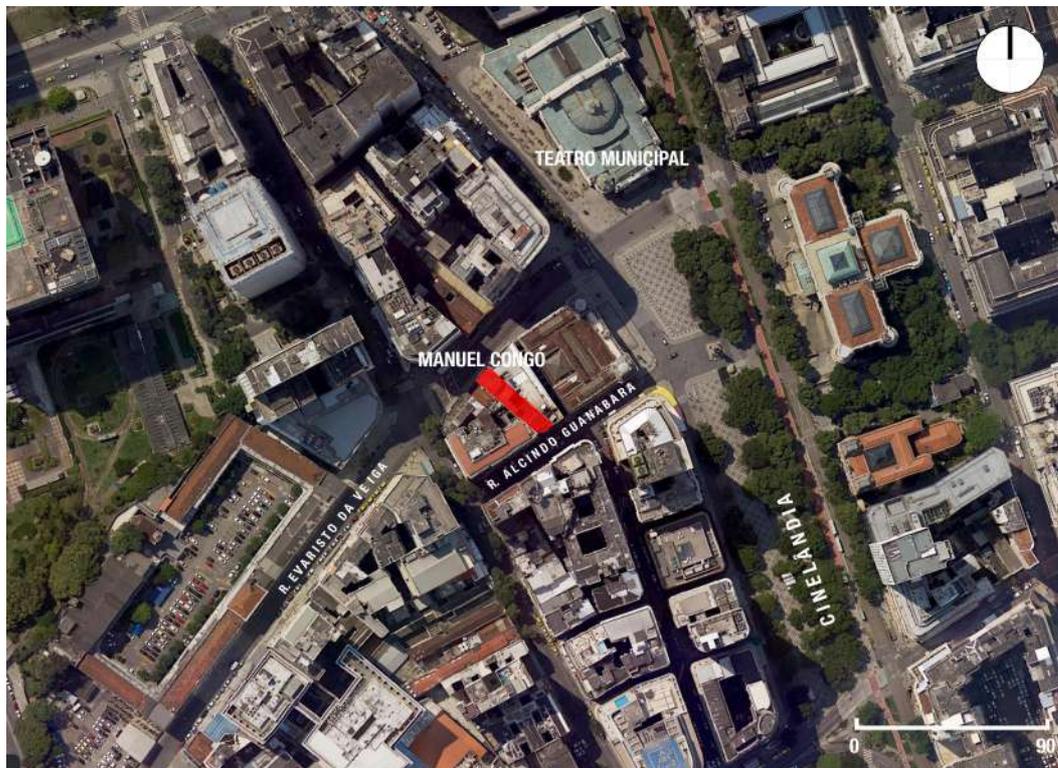


Figura 27: Localização da Ocupação Manuel Congo, na Cinelândia. Fonte: elaboração própria, através de imagem do Google Earth.

Como vimos no capítulo onde discutimos as diferenças entre assessoria e assistência, havia um sentimento crescente entre os movimentos sociais urbanos (MSU), com a criação do Ministério das Cidades, de que seria o momento de anos de luta por direito à moradia serem concretizados em políticas e a devida destinação de fundos federais. Mas o andamento da efetivação da política não foi se concretizando. O Programa Crédito Solidário – PCS, criado em 2004, não possuía recursos suficientes para adesão das entidades e se apresentava repleto de entraves e burocracias que nunca eram sanadas. Eliane Andrade (2011) em sua dissertação que tem como ponto de partida a crítica ao MCMV no Rio de Janeiro, relata que a operacionalização do SNHIS esbarrava nos setores que formulavam a política econômica do governo Lula e isso gerava uma estagnação completa dos debates do FNHIS.

Lurdinha explica que o sentimento de que as coisas não andavam passava a ser recorrente ao longo dos anos, não apenas pelo MNLM, mas por outros movimentos:

Em 2006 a gente se reuniu pra fazer um balanço das deliberações das 2 primeiras conferências, os vários movimentos nacionais e... assim... ficamos muito chateados, pois nada andava! Nenhuma diretriz era cumprida, nada

andava, os municípios e estados que não aderiam aos princípios do SNHIS para o desenvolvimento urbano eram agraciados com cifras imensas de dinheiro, com investimentos imensos, sabe? Sem observar nenhuma diretriz do Estatuto das Cidades. Sem observar a necessidade de fazer conferências, a necessidade de fazer nada, era como se a gente fosse os bobos da corte, a gente ficava lá brincando com aquele debate, deixavam a gente brincar lá no parquinho do MC. (LOPES, depoimento em 11/julho/2022).

Em 2006 a coordenação do Estado do Rio de Janeiro do MNLM decide que a melhor forma seria a estratégia da ocupação dos imóveis. Segundo Lurdinha, esse ano de 2006 é realizada a formação dos grupos de base e das famílias que fariam a ocupação em diversos bairros, como Caju, Anchieta e Cantagalo. Em outubro de 2007, durante a realização de Conferência Nacional das Cidades, que ocorria no Rio de Janeiro, um grupo de famílias ocupa o antigo prédio ocioso do INSS na região da Cinelândia, na Rua Alcindo Guanabara, ao lado da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro. Importante entender que, tanto Lurdinha como Irene Mello (2015) afirmam que os imóveis públicos ociosos na área central do Rio de Janeiro já eram (quase) todos conhecidos, sendo que, em 2005, a Federação Anarquista do Rio de Janeiro – FIST em conjunto com a Frente de Luta Popular – FLP já haviam ocupado o mesmo edifício, sendo, no entanto, despejados no mesmo dia (MELLO, 2015).

Mello (2015) afirma, a partir de dados coletados com as lideranças do MNLM, que o levantamento dos imóveis vazios na área central do Rio de Janeiro começou a ser realizado na *“mesma época em que houve uma tentativa nacional por parte dos movimentos sociais urbanos de construir grupos de trabalho para identificação de imóveis junto à Secretaria de Patrimônio da União – SPU”* (MELLO, 2015, p. 86). Segundo a autora, membros e servidores do NUTH da Defensoria Pública e do ITERJ auxiliavam a montar a lista dos edifícios ociosos.

Lurdinha relata que as famílias, após a primeira ocupação do Cine Vitoria, fizeram uma peregrinação por outros prédios, negociando com o governo local, principalmente com o Estado, para definirem um local onde as famílias pudessem ficar. Já estava em mente o edifício da R. Alcindo Guanabara, mas houve semanas de preparação intensas para a ocupação definitiva. No dia 28 de outubro 56 famílias entram, segundo Mello (2015) em curtos 3 minutos no edifício. Em dois dias o INSS regional emite a ordem de despejo, mas ao mesmo tempo, o INSS federal posterga a efetivação do mesmo. Isso seguiu-se por quase 1 mês, antes de começarem as negociações.

6.2.3 As negociações com o Poder Público para a reabilitação

Os coordenadores do MNLM-RJ aproveitaram a realização da 3ª. Conferência Nacional de Habitação – entre dos dias 25 a 29 de novembro de 2007 – para pressionar por uma reunião com representantes do governo Federal e do INSS para abrir negociações sobre o imóvel. Entraram na reunião aberta da Conferência e solicitaram reunião imediata, expondo o a caso e a precariedade dos moradores, que estavam sob ordem de despejo há quase 1 mês. Marcio Fortes, então Ministro do MC naquela época assume o compromisso de conseguir a reunião para as negociações. Segundo Celia Ravera, presidente do ITERJ na época, em depoimento a Irene Mello, era a primeira vez que um edifício do INSS seria destinado a HIS e não a fins comerciais, fato que dificultava a negociação.

O edifício fora construído em 1940 e estava, em 2007, há mais de 10 anos vazio. Possui 10 pavimentos, sendo o térreo um andar comercial – este andar possui abertura para as ruas Alcindo Guanabara e Evaristo da Veiga sendo hoje utilizado como local para eventos e reuniões externas - e o 1º. Andar ocupado como salas de uso para reuniões e assembleias do MNLM e das famílias. Os 8 andares seguintes foram convertidos em 42 unidades habitacionais.

A proposta inicial do MNLM para a transformação do edifício público em moradias era de que ele fosse feito integralmente através do FNHIS, sendo que, com os pequenos recursos que conseguiram através do Fundo conseguiram realizar apenas o projeto de reforma do edifício. Mas com a estagnação das deliberações do sistema o financiamento para a execução da obra nunca ocorreu através do FNHIS. O arquiteto Pablo Schargrodsky acompanhou a ocupação nesse primeiro momento.

A questão toda é que o imóvel deveria ser comprado do INSS por algum outro Poder Público para, só assim, ser destinado para HIS. Além disso, deveria existir o financiamento para a assessoria técnica que faria o projeto da reabilitação e para o que é chamado de “mobilização comunitária” – basicamente consiste na remuneração dos técnicos sociais do projeto. Sendo assim, deveria haver recursos para:

- Assessoria técnica em arquitetura e urbanismo e engenharia;
- Mobilização Comunitária - Trabalho técnico social;
- Aquisição do Imóvel

- Execução da Reabilitação – obra.

O ITERJ teve participação ativa nas negociações, se colocando como órgão que poderia fazer essa compra e o repasse para a assessoria técnica (Projetos de Assistência Técnica Coletiva) e o trabalho social (Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária), desde que houvesse recursos federais. Celia Ravera, do ITERJ, segundo Lurdinha, foi quem elaborou o documento com essas petições de todos os componentes financeiros para a reabilitação acontecer, ao governo federal. Entre 2008 e 2009, após inúmeras negociações e o definitivo anúncio de ganharem a licitação, o FNHIS transfere para o Estado do Rio de Janeiro recursos provenientes da Caixa Econômica Federal – CEF para aquisição do imóvel. Chamando-se, conforme Lurdinha diz de “recurso selecionado para aquisição do imóvel”. Tudo isso acabou sendo feito através do ITERJ. Depois, num segundo momento, foi hora de a Assessoria Técnica ser contratada e a partir daí entra em cena a arquiteta Ticiane Ribeiro e o NAPP. Ticiane realizou o Estudo de Viabilidade junto a Pablo, outro arquiteto que estava no início do processo junto ao movimento, mas que não prosseguiu, e foram atendidas 42 famílias. Lurdinha conta que, para o Estudo de Viabilidade o movimento já possuía algumas premissas elencadas, como ser rigorosamente uma reforma com a derrubada de pouquíssimas paredes, ser uma obra barata (caso o governo federal não liberasse recursos, eles fariam com recursos próprios), com o mínimo de interferência nas instalações hidrossanitárias e elétrica e um andar para geração de trabalho e renda. Foi elaborada, anteriormente, uma Carta de Princípios da ocupação, que continha essas premissas construtivas básicas, além das premissas políticas. Ticiane, por sua vez, aponta que o Estudo de Viabilidade seguiu não só essas premissas, mas também a forma de ocupação das famílias no edifício, realizando apenas uma organização do que já estava, parcialmente, sendo realizado.

Apenas no final de 2010 houve a assinatura definitiva de que os aportes seriam liberados. A coordenação do contrato foi para a CEHAB – Companhia Estadual de Habitação. Os únicos recursos disponibilizados pelo FNHIS foram os para assessoria técnica e aquisição do imóvel. Em 2009, como já vimos, entra em cena o PMCMV.

Em termos de valores, Augusto aponta que o projeto recebeu dois aportes principais: recursos do FNHIS – para compra do edifício do INSS e de pagamento de projetos – e recursos do PMCMV-E – para execução da obra. Os aportes do FNHIS foram cerca

de R\$926.000, enquanto que para o financiamento da obra, foram R\$3. 847.000 (ALVES, 2023).

A necessidade de apresentar uma assessoria técnica para a CEF (exigência para conseguir os recursos) fez com que o processo demorasse ainda mais. A arquiteta Ticiane era estudante finalizando sua graduação e não cumpria, portanto, os requisitos técnicos suficientes. Ela, juntamente com o MNLM, busca então algum escritório e/ou assessoria que cumpra esse papel e chega ao NAPP – Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa⁵⁴, que tinha a frente a arquiteta Claudia Serpa. Embora o núcleo não tivesse experiência com autogestão, aceitou a proposta, mesmo sem conhecer muito do processo. Segundo depoimento de Ticiane, ela foi “contratada” pelo NAPP para realizar o projeto completo e lhe foi disponibilizado um estagiário para o auxílio nos desenhos, mas sua remuneração foi nula, trabalhando voluntariamente por todo o processo. Ticiane conta que com o repasse do FNHIS recebido foi possível apenas pagar os projetos complementares de engenharia: instalações elétricas e hidrossanitárias, estrutura, orçamento executivo e outros, não restando nada para o pagamento dos trabalhos de arquitetura e urbanismo. Abaixo uma planta humanizada de um pavimento tipo e um corte esquemático do edifício;



Figura 28: Planta com layout de um dos pavimentos da Ocupação Manuel Congo. Fonte: acervo MNLM-RJ

⁵⁴ Segundo o site do NAPP, a entidade se descreve como: “Criado em 1991, o Núcleo de Assessoria, Planejamento e Pesquisa (NAPP) é uma sociedade civil sem fins lucrativos, constituída por profissionais ligados às áreas urbanístico-ambiental e socioeconômica. Sua finalidade é realizar trabalhos técnicos de suporte a ações de interesse público, governamentais ou não, voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população, o desenvolvimento socioeconômico e o aprimoramento do meio ambiente natural e construído” disponível em <https://sites.google.com/a/napp-urb.com/www/apresentacao>, acessado em 24/jan/2023.



Figura 29: Corte esquemático do edifício. Fonte: acervo MNLM-RJ

Mas com a derrocada do SNHIS, em 2012 o governo do Estado e a CEF propõem ao movimento a mudança do FNHIS para o recém criado PMCMV-Entidades, alegando que os valores de repasse seriam maiores e de que este, ao contrário do FNHIS, possibilitava a autogestão. No início o MNLM-RJ recusa tal proposta por acreditar que a luta empreendida até então sempre havia sido pelos recursos do Fundo, fruto de toda a história dos MSU até ali. Segundo Mello (2015) havia também expressa uma vontade das famílias de não ser obrigados a pagar a dívida que acarretava o financiamento do MCMV-E, ainda que fosse baixa, já que os recursos do FNHIS seriam com subsídio integral. Em 2013, com a obra iniciada a migração acabou se tornando obrigatória. Após inúmeras negociações a direção do MNLM-RJ cede e passam a fazer parte do PMCMV-E.

O PMCMV, como vimos anteriormente, representou somas de aporte para habitação de interesse social como nunca antes na história. Segundo Lago (2011) “*A grande novidade é o redirecionamento, inédito no país, dos investimentos com até 90% de subsídio para a população na faixa de 0 a 3 salários mínimos: das 769 mil unidades contratadas [em 2011], 58% estão alocadas para essa faixa de renda*” (LAGO, 2011, p. 7). Paralelo a esse processo, a velocidade de adesão das construtoras ao programa é contundente, já que esta era uma das premissas do programa (a entrada das empreiteiras para a geração rápida de emprego na construção civil). Conjuntos habitacionais gigantescos são construídos, numa média que chega a mil unidades por

empreendimento, (LAGO, 2011) nas mais diversas cidades e periferias urbanas do Brasil.

Trata-se [o PMCMV] de um processo violento sustentado e legitimado por um aparato ideológico, estatal e empresarial, que recoloca a “casa própria” como necessidade primeira e urgente. Em nome da urgência em zerar o tão calculado e recalculado “déficit habitacional”, milhares de domicílios são construídos nas fronteiras urbanas ou além delas, aonde a cidade não chegou, mas com a promessa governamental de que chegará em breve. Não há um pensamento urbanístico orientando essas ações edilícias; o que há é a negação da cidade. (LAGO, 2011, p. 7)

O PMCMV-Entidades, por sua vez, passa a ser gestado antes mesmo da criação do PAC e do MCMV. A origem do PMCMV-Entidades está ligada à política anterior, o Programa Crédito Solidário – PCS, gestado junto ao SNHIS no início dos governos do PT, como vimos no capítulo anterior. Guerreiro (2018) destaca que no momento de sua criação (impulsionada pelos movimentos sociais urbanos em torno da reivindicação da autogestão) o Crédito Solidário deveria ser temporário, pois esperava-se que ele fosse substituído por elementos e mecanismos que estariam dentro do aparato do SNHIS, algo que ao fim e ao cabo, nunca aconteceu. Fernanda Accioly Moreira (2009) detalha a formação do mesmo e descreve o mecanismo bancário do programa: era um programa de acesso à crédito, cuja figura que acessaria aos recursos seria uma entidade jurídica coletiva, que ficou conhecida como Entidade Organizadora – EO. Por sua vez, o programa seria centralizado por um banco público, a CEF, que passaria a ter internamente um grupo técnico de gerenciamento do processo: arquitetônico, jurídico e social. O fundo era o Fundo de Desenvolvimento Social – FDS, um fundo de captação privada (Guerreiro, 2018) que possibilita o uso de recursos sem licitação. A população, reunida em torno da EO, passaria a ser *beneficiário* do financiamento. Com algumas pequenas variações o PMCMV-Entidades utiliza praticamente os mesmos mecanismos do Crédito Solidário: passa a ter recursos da OGU, além do FDS; a GIHAB passa a existir dentro da CEF, com um corpo técnico majoritariamente de arquitetos e engenheiros civis e a EO passa a ser *representante* dos beneficiários transformando-se em mais do que uma intermediadora, mas em uma gestora do processo, dando espaço para uma certa busca por “eficiência da gestão” (são elas que fazem, por exemplo, os estudos de viabilidade e a compra ou negociação do terreno, já que a questão fundiária deve estar resolvida antes da obra). Nesse sentido, ela se encaixa, de acordo com Guerreiro (2018) na própria lógica do PMCMV:

Não é à toa que as “Entidades” se conformam bem como uma das modalidades do PMCMV, voltado para a privatização da política urbana. Elas

não são exceção à sua lógica, têm apenas especificidades, fundamentalmente: indicação de “demanda” e de projeto – que, no caso do FAR [Fundo de Arrendamento Residencial], são de responsabilidade, respectivamente, do município e da construtora. A figura da EO não muda, portanto, a relação de contratualização da política pública, que financia, ou subsidia, mercadorias prontas com pessoas jurídicas abstratas. (GUERREIRO, 2018, p. 396).

Conforme veremos adiante esses mesmos mecanismos do PMCMV – Entidades acabam sendo os principais elementos de conflito de todo processo da experiência da Manuel Congo.

6.2.4 – A reprodução da vida além da moradia

Os dados levantados por Mello (2016) mostram que a intenção do MNLM não era apenas a luta por moradia, mas também construir espaços do habitat que congreguem moradia, geração de renda, lazer e cultura. O movimento já continha na sua carta de princípios questões referentes a produção e a reprodução da vida como essenciais para a manutenção dos trabalhadores na região central. A formação de cooperativas era estimulada e, a partir de projeto fomentado pela Petrobrás, a MC conseguiu implantar uma cozinha para geração de renda, que mais tarde se transforma no Restaurante e Café Tuia. Ao mesmo tempo é criada a Liga Urbana, cooperativa que agrega militantes de todo o estado e que é dividida em 3 núcleos: gastronomia, construção civil e cultura (MELLO, 2016).

6.2.5 – A experiência durante a obra: projetar e construir no mesmo espaço do morar

Segundo apresentação do projeto realizada pelo arquiteto Augusto, o programa da Manuel Congo consistia, no início de: Espaço para geração de renda; Loja com cozinha industrial, Espaço de recreação infantil, administração e multiuso, 8 apartamentos conjugados (estúdio) com área de serviço; 12 apartamentos conjugados sem área de serviço; 16 apartamentos com Sala + 1 quarto; 5 apartamentos com sala + 2 quartos; 1 apartamento com sala + 2 quartos + varanda. Segundo Miranda (2019) foram feitas 7 (sete) tipologias habitacionais na reforma e os dois nadares inferiores ficaram para espaços de geração de renda. Abaixo a planta de arquitetura de um dos pavimentos.

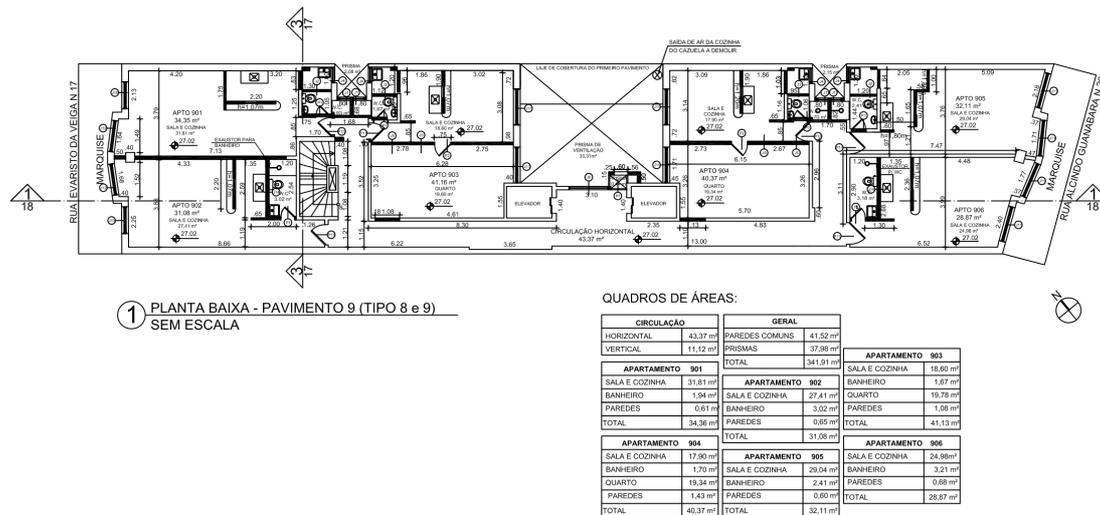


Figura 30: Planta do pavimento tipo. Fonte: NUNES, 2019, anexos

A maioria dos serviços da obra foram realizados pela cooperativa própria de trabalhadores do MNLM, chamada Liga Urbana e com a contratação de mão de obra especializada para alguns serviços (como impermeabilização, instalação de quadro e medidores de luz). Importante salientar que, conforme as entrevistas, o movimento fez a escolha pela forma do regime de construção⁵⁵ do tipo AUTOGESTÃO, mas sem o uso de mão de obra mutirante (ajuda mútua) no processo da obra. Todos os moradores que trabalharam foram remunerados para tal.

Ticiane relata em depoimento que o processo de realização do Projeto Executivo, uma das necessidades para que a ocupação conseguisse migrar para o Entidades, foi realizado praticamente todo dentro do espaço da ocupação, já que o NAPP forneceu um computador para o estagiário e ela ficarem no local, um trabalhando pela manhã, enquanto Ticiane assumia o projeto no turno da tarde. Isso possibilitou que ela trabalhasse de forma remunerada no período da manhã em outro local. Segundo a arquiteta essa configuração permitiu que qualquer questão que surgisse no projeto era muito rapidamente resolvida no local, medindo e conversando com as famílias envolvidas. Ela destaca o papel do estagiário, que era muito articulado e prestativo em medir e conferir *in loco* tudo que fosse necessário. Ticiane aponta também que, diferente de outras ocupações na mesma época (como o Chiquinha Gonzaga) havia pouca complexidade arquitetônica em transformar o edifício nas 42 unidades

⁵⁵ O termo REGIME DE CONSTRUÇÃO no PMCMV-E diz respeito às duas formas possíveis de “gestão da obra” permitidas pelo programa: a SOB AUTOGESTÃO e a SOB COGESTÃO. A primeira permite que a EO administre exclusivamente todo o processo da obra, ficando a seu critério o uso parcial ou total do mutirão. A segunda a EO é obrigada a contratar uma empresa do ramo da construção civil para a produção total das unidades e não existe a possibilidade do mutirão.

habitacionais, o que facilitou a elaboração do projeto executivo. Com os recursos recebidos para projeto foi possível apenas pagar os projetos complementares: água, esgoto e demais instalações, orçamento e estrutura.

Com o projeto aprovado foi necessário procurar um arquiteto com experiência em acompanhamento de obras para ser responsável técnico perante a CEF. Nisso entra em cena o arquiteto Augusto Cesar Alves.

Augusto foi convidado pelo NAPP a ser o responsável técnico pela obra, pois a CEF exigia que o profissional tivesse RRTs (Registro de Responsabilidade Técnica) e CATs (Certidão de Acervo Técnico) de trabalhos anteriores realizados e com experiência em obra. O arquiteto diz ter aceitado como um desafio para sua vida, pois não tinha nenhuma experiência em acompanhar obras de requalificação de um edifício ocioso. Segundo a entrevista, Augusto considerava o papel de acompanhamento da obra da Manuel Congo diferente das outras, não apenas pelas questões políticas e sociais envolvidas, mas pelo fato de existir sempre um contato direto com as famílias, durante vários momentos, mesmo que estas não realizassem a obra. Essa também era uma das questões de dificuldade do processo, pois realizar a obra com os moradores no local acabava resultando em pensar numa organização específica do canteiro.



Figura 31: Fotos durante a obra. Fonte: acervo MNLM/RJ

Augusto aponta que, parte do projeto executivo teve de ser revisto durante a obra, pois, por exemplo, não havia sido realizado prospecção subterrâneas das instalações e das fundações existentes. O projeto de instalações hidrossanitárias teve que se adaptar a uma complexa estrutura e às instalações já existentes no embasamento do edifício, que só foi descoberta durante as escavações depois do início da obra.



Figura 32: Fotos mostrando a livre escolha dos materiais dos moradores. Fonte: acervo MNLM/RJ

Dentre as principais dificuldades enfrentadas, Augusto relata que elas foram de diversas matizes:

As dificuldades se deram em diversas ordens. Deficiências do programa como falta de definição de regras para controle do andamento da obra, mudança frequente de normativas e demora na liberação das parcelas pelo operador; Falta de assessoria jurídica para a entidade, [que deveria ser] prevista no programa para o acompanhamento dos contratos de prestação de serviços como a “modernização” dos elevadores, problemas com a vizinhança; Morosidade dos órgãos públicos municipais e estadual principalmente do corpo de bombeiros e concessionárias na aprovação, emissão e renovação das licenças, aceite e habite-se.

(ALVES, 2023).

Mas a principal delas estava dificuldade de implantar um programa do qual nem os técnicos da CEF sabiam como proceder. Havia mudanças constantes, que geravam confusão no acompanhamento da obra. Os atrasos de pagamentos das parcelas desembolsadas também eram frequentes. A obra parava e voltada inúmeras vezes. Ele relata que, próximo do final, ficou praticamente 1 ano trabalhando sem receber nenhuma remuneração.

O PMCMV – Entidades havia sido formulado a partir da prática dos movimentos de moradia que haviam proposto, em momentos históricos anteriores, a autogestão dos recursos públicos para a construção de novas moradias. Os ganhos, conquistas e legados – e também contradições - da autogestão ao longo de sua experimentação pelo movimento de moradia é maior quanto mais este consegue praticar e realizar os empreendimentos autogeridos. Esse legado não é homogêneo entre os diversos envolvidos: é comum que assessores técnicos, lideranças e técnicos do estado não tenham a mesma experiência com a práxis da autogestão, revelando uma enorme discrepância entre saberes. A maior quantidade de projetos realizados por autogestão ocorreu em São Paulo, dados que podem ser vistos a partir da pesquisa realizada pela Fundação Bento Rubião e pela Arche Projetos Participativos, intitulada **Produção Social da Moradia no Brasil: Panorama recente e trilhas para práticas**

autogestionárias, publicada em 2016. Em 2015 os dados da CEF mostram que o Rio de Janeiro aparece nos últimos lugares, com apenas 248 unidades habitacionais contratadas por autogestão até então. Parte desse número, sequer viraram de fato contratações para a FASE 1 do Programa.

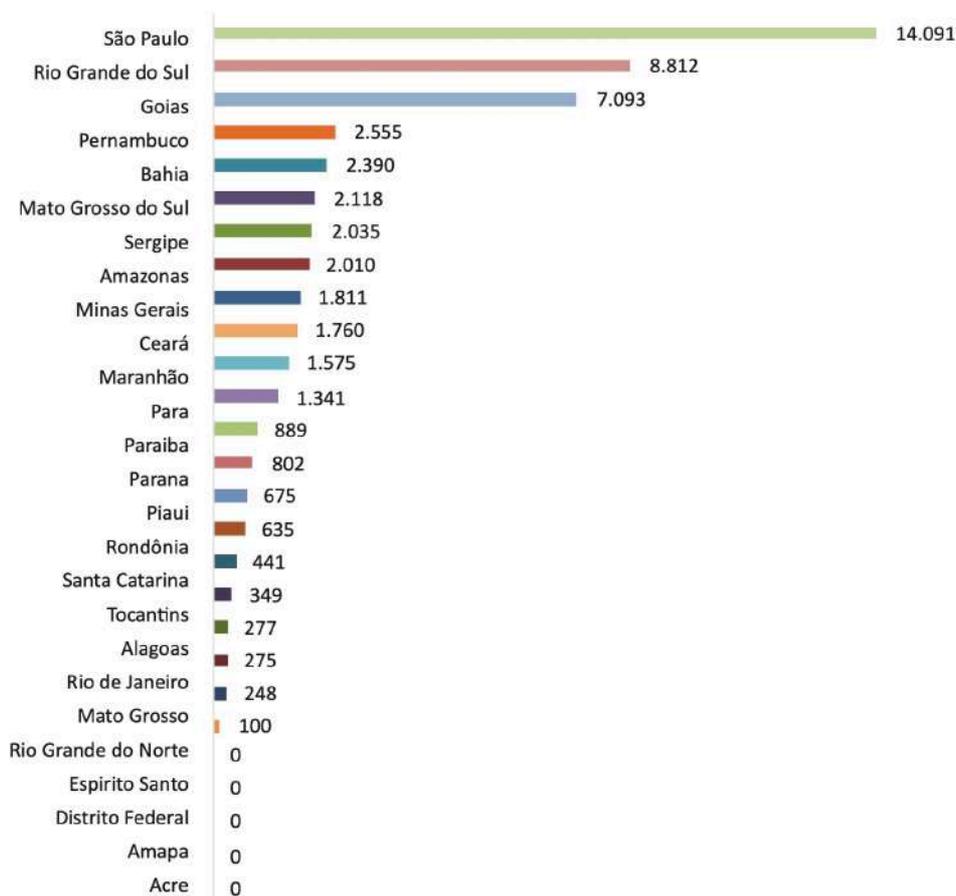


Figura 33: PMCMV-Entidades – Número de unidades contratadas por Estado a partir de dados da CEF -2015.
Fonte: BURGUIÈRE; GHILARDI; HUGUENIN, 2016, p. 23.

A relação fica mais explícita quando comparamos os mesmos dados do Rio de Janeiro em relação ao número do déficit habitacional de provisão habitacional, conforme a tabela abaixo, elaborado pelos pesquisadores:

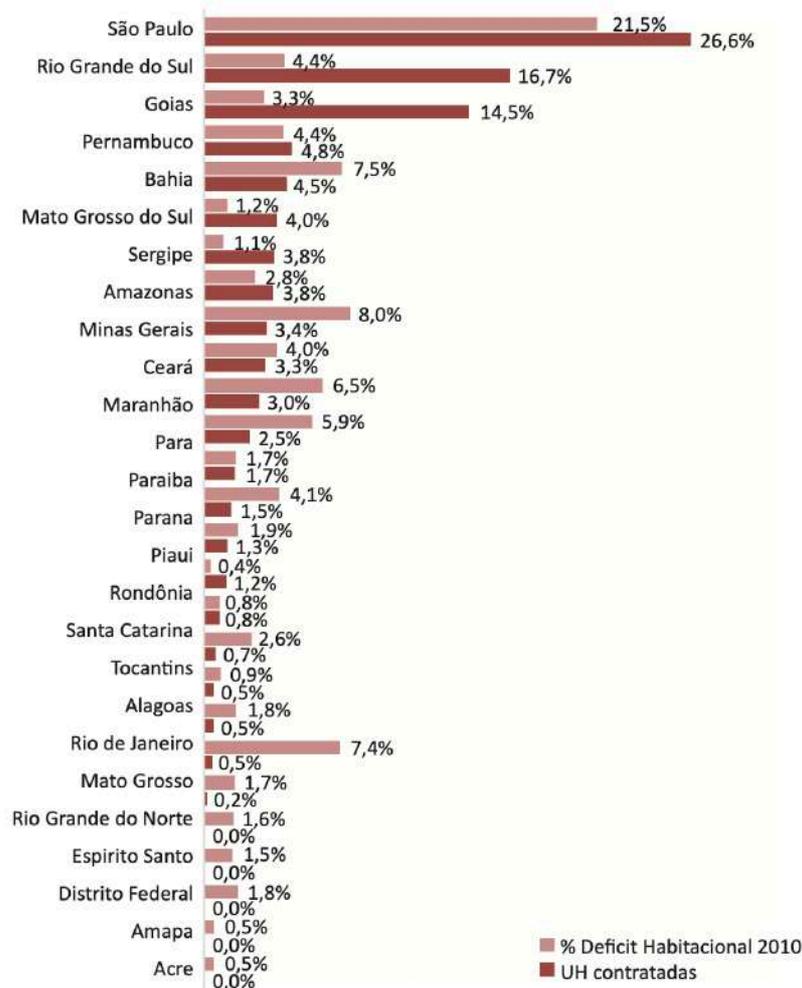


Gráfico 4 – MCMV - Entidades: Percentual do Déficit Habitacional 2010 (em relação ao total do Brasil) e Percentual de Unidades Habitacionais Contratadas (em relação ao total contratado), por Estado (Janeiro, 2015)
Fonte: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2015.

Figura 34: PMCMV-Entidades – Número de unidades contratadas x Unidades déficit habitacional CEF -2015.
Fonte: BURGUIÈRE; GHILARDI; HUGUENIN, 2016, p. 23.

Com isso não é exagero dizer que no Rio de Janeiro a prática da autogestão a partir dos recursos públicos da política habitacional, seja do ponto de vista dos movimentos sociais urbanos, ou dos assessores técnicos, tem um legado bem frágil e com pouquíssimo acúmulo, se comparado a outras regiões. Não à toa, a experiência da Ocupação Manuel Congo figura entre as duas únicas realizadas através do PMCMV-Entidades no Estado do Rio de Janeiro.

Lurdinha em entrevista ao falar sobre o papel da assessoria técnica em todo processo, relata:

Olha, a gente padeceu demais com esse negócio de assistência técnica. É o bicho... a gente chegou num ponto...que (...) primeiro a gente não encontra o técnico que você precisa na hora que precisa e pelo valor que você consiga pagar. A gente não tem dinheiro pra pagar! E o dinheiro do governo não paga

o preço que os técnicos reivindicam... não vou nem fazer juízo de valor... se vale ou não vale, mas ...vocês falam: pra eu fazer o projeto executivo é X. Não tem o X! O dinheiro do governo não dá o X. Então como é que você vai bancar uma assistência técnica que cada vez mais é mais exigente pro Entidades? Mais exigente pro povo, viu? Porque pras empreiteiras não é. Você tem de apresentar os projetos específicos todos, o pré-projeto, o projeto executivo, o não sei das quantas ... é tudo! (...) Aí a gente foi enlouquecendo. Porque o mundo dos técnicos também não conhece esse palavreado que é o palavreado do gestor público, da Caixa. É um mundo a parte, um mundo paralelo. (LOPES, 2022).

Para ela, liderança do movimento, durante a entrevista realizada a maior dificuldade estava centrada nas próprias características do PMCMV-Entidades e seu engessamento em relação ao papel da Entidade Organizadora, no caso a Associação sem fins lucrativos constituída pelo movimento para tal fim, à qual era dado um papel extremamente burocrático na gestão da obra. O segundo grande desafio foi a questão da assessoria/assistência (ela na entrevista usa tanto um termo quanto outro, como sinônimos) necessária para toda a realização dos projetos e da obra. Quando encontravam algum assessor disponível a dificuldade era conseguir compreender a burocracia e as normativas de um Programa novo, truncado e repleto de mudanças. Segundo ela a solução era sempre ir aprendendo concomitante a tocar o projeto ou a obra, tanto o movimento quanto a assessoria, gerando, obviamente, um processo cheio de irregularidades. Lurdinha relata que em determinado momento ia fazer palestras nas universidades para “conquistar” jovens estudantes para o tema e assim formar uma geração que estivesse disposta a enfrentar o desafio de lidar com a assessoria técnica voltada para a gestão de obras com autogestão, devido a escassez de profissionais desse tipo no Rio de Janeiro.

6.3 Coletivo de mulheres e práxis: O projeto Mulheres em Ação.

Mulheres em Ação – 3 famílias diretas, 20 famílias indiretas Campo Grande, Rio de Janeiro / 2018-2019

Coletiva As Caboclas

Equipe Técnica / Assessoria técnica: Leslie Loreto / Elsa Burguière / Ana Carolina Machado/ Arche Projetos Participativos.

Melhorias Habitacionais de 3 casas, com foco em saneamento e drenagem, com recursos do Edital Fundo Socio ambiental Casa, com capacitação de 20 mulheres para realizar pequenas reformas.

6.3.1 Introdução

As reflexões contidas neste capítulo provêm da atuação com assessoramento técnico em arquitetura e urbanismo realizadas, primordialmente, a partir da Arche Projetos Participativos (Arche), uma assessoria técnica em arquitetura e urbanismo no Rio de Janeiro. A Arche inicia como um escritório de arquitetura privado, tendo realizado trabalhos em parceria com a Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR)⁵⁶. Em 2011 muda seu foco, através da chegada de uma nova geração de arquitetos, Elsa Burguière e João Paulo Huguenin, com a reurbanização da Favela do Córrego do Tiquatira, em São Paulo. Esse projeto aprofunda o debate sobre assessoramento técnico e em 2016, com a entrada de Leslie Loreto, o escritório passa a se reconhecer como uma assessoria técnica aos movimentos de moradia, constituída a partir da figura jurídica de um escritório de arquitetura.

Este capítulo visa refletir sobre práticas sociais e coletivas de movimentos comunitários recentes, utilizando como caso a experiência de assessoria técnica junto à Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) na cidade do Rio de Janeiro.

A partir do conceito de *grupo sócio-espacial* que apresenta Kapp (2018) e considerando a CMPZO como um "*grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo este espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele*" (KAPP, 2018, p. 223), problematizamos as questões que pautam hoje a prática das assessorias técnicas, tomando como ponto de partida a experiência que reúne questões que vão além das dinâmicas urbanas convencionais, tais como etnia⁵⁷ e gênero. Para

⁵⁶ A experiência da Fundação Bento Rubião foi relatada em capítulo específico.

⁵⁷ Para fins desta pesquisa preferimos usar o termo **etnia** ao invés de **raça** na tentativa de retirar o estigma da visão de raça que historicamente foi utilizada como forma de demarcar a superioridade branca, enquanto etnia tem relação com grupo étnico, cultural e social com identidades próprias e se adequa melhor ao analisar território e a um grupo-sócio espacial como trataremos aqui.

estas reflexões utilizamos também os conceitos de autonomia, reconhecimento e emancipação de Freire (1996); hooks (2017; 2019); Butler (2018) e Fraser (2013) bem como o conceito de práxis em Lefebvre (1969, 1991) e Freire (1970).

No campo das assessorias técnicas, debruçar-se sobre esses temas requer um processo de desconstrução e reconstrução constantes no sentido de rever a prática, muitas vezes pautada por relações já consagradas em outros períodos históricos, em outras situações e com outros grupos socio-espaciais com as quais as assessorias se relacionaram.

6.3.2 As bases conceituais para análise da experiência junto a mulheres periféricas negras

Outras referências teóricas importantes para a análise crítica que empreenderemos neste artigo vem do pensamento feminista e antirracista de autoras tais como hooks (2017, 2019), Butler (2018), Fraser (2013) e Kapp (2018). Conceitos como reconhecimento, emancipação e grupo sócio-espacial servem de base para nossa análise da experiência da CPMZO.

As possibilidades de uma política de alianças são exploradas tanto por Butler (2018) quanto por hooks (2019). Em *Erguer a Voz* (2019/1), hooks questiona os conceitos de representação e de identidade, explorando os desafios e limites de uma política de alianças com homens brancos, denunciando o sistema patriarcal e heteronormativo que permeia as práticas sociais. Reflete dialeticamente sobre racismo e feminismo, política e pedagogia, dominação e resistência, noções que veremos presentes no caso da CPMZO. *Erguer a voz* significa ao mesmo tempo uma quebra da hierarquia patriarcal e da supremacia branca, e um questionamento da autoridade e de quem pode falar e ter opinião. Significa o reconhecimento da opressão daqueles que se sabem oprimidos e sem direito à livre expressão.

Outra reflexão que nos traz hooks (2019/2) é o ativismo político das mulheres negras para a mobilização e autonomia política. Ao demandar pela voz das mulheres periféricas a partir da luta feminista, hooks convoca para uma nova teoria feminista, antirracista e antissexista, e sobretudo anticapitalista. No foco dos debates está a luta por justiça social. Outro conceito que é discutido por hooks (2019/3) é o de sororidade, que implica na solidariedade política entre as mulheres. Finalmente hooks (2017), convoca as feministas para uma pedagogia engajada, aproximando-se assim de Freire

(1996). A noção de educação como prática libertadora complementada com a noção de transgressão é discutida a partir da relação entre teoria e prática, da importância da experiência de ensino numa perspectiva multicultural. Reitera que a política de identidade se constrói a partir da luta dos grupos oprimidos, e que as práticas pedagógicas só fazem sentido se objetivarem a construção de sujeitos e visarem sua autonomia.

Na mesma linha de pensamento de hooks, Butler (2018) trata da questão do reconhecimento dos sujeitos excluídos, ressaltando a dialética de tal conceito, que implica numa relação entre reconhecimento e invisibilidade, inclusão e exclusão. O campo do aparecimento é regulado por normas de reconhecimento hierárquicas e excludentes, e nesse sentido os modos de performatividade, de apresentação de um determinado gênero são importantes para o processo de reconhecimento. Ser um sujeito, implica em saber percorrer os caminhos institucionais e normativos. A condição de reconhecimento requer uma política de alianças que conduzam ao princípio do igual valor e da justiça social. Os movimentos sociais devem então reivindicar um novo modo de vida, e para isso necessitam de um de uma ação performativa que exponha as condições precárias e de vulnerabilidade em que vivem.

O conceito de emancipação também é tratado por Fraser (2013). Para a autora as lutas dos movimentos sociais sobre os meios de interpretação e comunicação é central para obter-se a emancipação no contexto das crises do capitalismo. A chave para um processo emancipatório seria a substituição de contextos seguros de interação normativa por contextos de comunicação fora das instituições convencionais e da esfera doméstica. Isto ocorre simultaneamente em duas frentes: nas lutas dos movimentos sociais com as instituições oficiais do Estado e do sistema econômico e nas lutas dos movimentos sociais entre si, no sentido de que cada movimento social possui diferentes e conflitantes pontos de vista sobre as suas específicas demandas sociais (FRASER, 2013, p. 48). As feministas estão em luta pela redistribuição, pelo acesso democrático e pelo controle dos meios de comunicação, representação e interpretação. A autora destaca também a ambivalência intrínseca na busca pela emancipação feminina ao reconhecer que existem forças operando para levar a questão feminista para o âmbito do mercado. Nesse sentido, os grupos feministas teriam duas opções: se render às forças hegemônicas do capitalismo ou ir em direção dos agentes que promovem a proteção social. Para manter o compromisso com a emancipação,

Fraser recomenda uma ruptura com a mercantilização e uma aliança com a proteção social e a solidariedade.

Kapp (2018) propõe a utilização do conceito de grupo sócio-espacial para analisar práticas de assessoria técnica em arquitetura, urbanismo e planejamento. Segundo a autora, grupo sócio-espacial se aplica às relações sociais estabelecidas por um determinado grupo em um espaço específico. Por sua vez, esse grupo é afetado por este espaço por eles produzidos. Kapp associa esta noção à proposição dialética lefebvriana de produção do espaço, e ressalta que grupos sociais produzem espaços de representação. No entanto, esses sujeitos não têm consciência de suas práticas materiais transformadoras. A autora ressalta a diferença entre assistência e assessoria técnica, apontando que assistência é uma prática institucional de cima para baixo, e que assessoria é uma prática social colaborativa entre grupos sócio-espaciais e profissionais. Implicando, com isso, que a prática não é necessariamente um meio de realizar ou fomentar projetos de arquitetura ou de urbanismo, mas sim uma ação que tem como elemento definidor a colaboração com agentes políticos, para trazer alternativas, negociações, promover informações técnicas, troca de saberes e de criação de interfaces. (KAPP, 2018, p. 233).

6.3.3 O encontro com a Coletiva

Em dezembro de 2016 a Arche recebe um e-mail a procura de uma mulher arquiteta para “trabalhar com construção de moradia para o Bosque dos Caboclos, no auxílio de processos construtivos, estruturas e organização da obra”. Nas palavras de Carla⁵⁸, uma das integrantes da Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste:

Estava conversando com o E. sobre as mulheres do Bosque dos Caboclos e a nossa intenção é a necessidade de melhorar a associação e moradia do território. Pensamos em um curso de autoconstrução para as mulheres, colocarmos a mão na massa mesmo, mas precisaria de uma arquiteta que pudesse nos ajudar nisso. (...) Sobre nosso desejo precisamos de alguém que tenha interesse e experiência em obra mesmo, acho que seria tanto para técnicas construtivas, organização de obra e estrutura. (Carla, e-mail de dezembro de 2016, acervo Arche Projetos Participativos)

Esse chamado nos colocava questões que podemos entender como parte de uma nova epistemologia do urbanismo e que gostaríamos de enfrentar como assessoria técnica:

- A práxis junto a um grupo de mulheres organizadas politicamente, que envolve conjuntamente questões entre arquitetura, mulher e feminismo.

⁵⁸ Carla é nome fictício. Adotaremos para todas as envolvidas essa forma para preservar suas identidades.

- O trabalho na região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, território periférico da cidade, marcado por loteamentos irregulares, condomínios privados de casas unifamiliares e atuação de grupos ligados à violência.
- A experiência de trabalho abordando a melhoria habitacional, demanda cada vez mais crescente de um setor considerável da população urbana, que se caracteriza por apresentar precariedades ou inadequações habitacionais.

Em abril de 2017 fizemos a primeira visita ao Bosque dos Caboclos. Importante compreender que o Bosque dos Caboclos é um dos vários núcleos de mulheres que fazem parte da CPMZO, tendo, no entanto, certa autonomia em relação a esta.

6.3.4 A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e o Bosque das Caboclas

A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste (CPMZO) existe desde 2014 e procura organizar mulheres em torno da luta anticapitalista, antirracista e antipatriarcal. De acordo com a página mantida no *Facebook*, a Coletiva ZO nasce da experiência do Comitê de Mulheres do estado do Rio de Janeiro:

Debatemos criticamente o modelo de desenvolvimento do capital e as desigualdades territoriais, que vivemos nas periferias da cidade; a invisibilidade do trabalho doméstico e informal, realizados majoritariamente pelas mulheres negras, que sofrem com o racismo e a violência sistemática perpetrada pelo Estado. (...) Buscamos construir e fortalecer alternativas aos valores e relações de poder dominantes nesta sociedade com vistas a superarmos as opressões de gênero, classe e raça/etnia.

Na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, são as mulheres que protagonizam as principais lutas de resistência e construção de alternativas populares nos territórios. Fortalecer a auto-organização das mulheres, articulada a outros movimentos sociais, é estratégia de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres na construção de uma sociedade igualitária, sem exploração de classe, sem racismo, sem homofobia e que estabeleça outra relação com a natureza. (https://www.facebook.com/COLETIVAPOPULARDEMULHERESZO/about/?ref=page_internal, acessado em 25/maio/2022)

Formada por diversas moradoras da zona oeste do Rio de Janeiro, incluindo as regiões de Guaratiba, Vargem Grande, Vargem Pequena, Sepetiba, Campo Grande, Santa Cruz e Bangu, a CPMZO aglutina em torno de si uma rede de mulheres, na sua maioria negras. Realizam ações em torno da agricultura urbana, juventude, rede de cuidados, rodas de escuta, planejamento participativo e outras atividades.

O Bosque dos Caboclos é um loteamento existente na Estrada dos Caboclos em Campo Grande, ocupado e loteado desde 1995, conforme relato de Dona Serena⁵⁹, uma das moradoras mais antigas. No resumo que consta no Relatório de Atividades do Edital Fundo Casa, elaborado por Guaraci, filha de D. Serena, entendemos:

A Ocupação Urbana Bosque dos Caboclos existe há aproximadamente 25 anos. Localizada na periferia de Campo Grande, conta com um pouco mais de 300 famílias. A história da comunidade tem em sua linha de frente várias mulheres. Na sua maioria negras, que se auto-organizaram e deram início a luta pelo direito a moradia. Dona Serena, Luiza, M., M., G. são algumas das fortes referências da ocupação e que ainda permanecem residindo no local, reafirmando a força das mulheres no território. Em seguida a ocupação, surgiu a necessidade da construção da associação de moradores onde mais uma vez a força das mulheres em união coletiva foi marcante. Foram elas que deram início ao processo de aterramento da aérea a ser construída levando cerca de 50 carrinhos de mão de aterro para tal ação. E, a partir daí, conta-se que contagiaram a todos realizando um grande mutirão edificando a sede da associação denominada Associação de Moradores e Amigos do Bosque dos Caboclos.

(...) A Coletiva é, sobretudo, um espaço de escuta. Onde, através dessas trocas, nos fortalecemos e nos apoiamos coletivamente permitindo nos reconhecer na outra companheira e também a respeitá-la mesmo contendo análises tão distintas. Estamos diante do Feminismo Periférico. A Coletiva Feminista As Caboclas integra a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste desde 2017. (Guaraci, Relatório De Atividades do Edital Fundo Casa, acervo Arche)

Esse núcleo de mulheres prefere adotar como nome específico do assentamento o termo **Bosque das Caboclas** e se autodenominar **Coletiva As Caboclas** (que chamaremos a partir daqui apenas de **Caboclas**), numa explícita vontade de demarcar, na sua denominação, feminismo e território. As atividades principais das Caboclas eram realizadas primordialmente no espaço da Associação de Moradores.

Ao conhecermos o grupo sócio-espacial das Caboclas, percebemos que mais uma questão era colocada ali: a luta antirracista de moradoras da periferia da cidade do Rio de Janeiro. Num primeiro momento nos perguntamos no que a luta antirracista era diferente das questões já consagradas que envolvem os assessores técnicos e a população organizada. Compreendíamos de fato essa luta? A questão vai além de ser apenas mais um componente da realidade das Caboclas, pois como aponta Gago “*os feminismos populares, indígenas, comunitários, suburbanos, villeros, negros, que desde a América Latina desliberalizam as políticas de reconhecimento, as cotas e os anzóis identitários, politizam a precariedade das existências como sendo uma*

⁵⁹ Dona Serena, nome fictício, nasceu em Uganda e passou por diversos países antes de chegar ao Brasil. Um pouco da sua história pode ser visto no vídeo - inclusive sobre como ocupou o terreno do Bosque dos Caboclas, junto com outras mulheres - realizado pelo Instituto PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul) ONG parceira da CPMZO e que emprestou a figura jurídica do seu CNPJ para realizar o projeto; <http://pacs.org.br/mulheresterritoriosdeluta/material/hellen-andrews-cantos-de-resistencia/> acessado em 14/jun/2022.

sequencia indivisível de despojos e explorações” (GAGO, 2020, p. 20), pois coloca a luta antirracista, como constituinte daquele grupo sócio-espacial.

6.3.5 As necessidades

A aproximação ao grupo compreendia uma série de visitas e reuniões de reconhecimento mútuo, tanto das arquitetas quanto de As Caboclas. Queríamos entender melhor o que elaborar conjuntamente, já que as demandas, necessidades e vontades eram muitas, de ambos lados. O maior anseio apontado por elas eram as precariedades da moradia das moradoras mais antigas. Era visível, no entanto que haviam inúmeras questões urbanas e de infraestrutura, como (falta) de coleta de esgoto, asfalto, drenagem, intermitência no abastecimento de água e a tensão (sempre presente) de grupos violentos que atuavam na região. Nós como assessoria apontávamos para essas questões urbanas e para que considerassem a necessidade coletiva de transformá-las, caminhando assim em direção a uma luta pelo direito a cidade.

A foto aérea do Bosque das Caboclas (Figura 1) mostra à direita a demarcação das moradias de 3 mulheres que participaram do projeto. À esquerda, um condomínio Minha Casa Minha Vida, de casas horizontais, do qual algumas mulheres participavam das atividades das Caboclas.



Figura 35. Foto aérea do Bosque das Caboclas. No detalhe, mapa da cidade do Rio de Janeiro, mostrando Campo Grande em vermelho. Fonte: Elaboração própria, a partir do acervo da Arche Projetos Participativos.

Havia, contudo, um sentimento comum entre elas, no qual de que o Estado pouco ou nada poderia fazer ali, fazendo com que a resolução coletiva, como pensavam as arquitetas, não fosse vista da mesma maneira. Fruto em parte de um descrédito por conta de sucessivas políticas municipais que beneficiavam o capital imobiliário na Zona Oeste⁶⁰ e do engavetamento de processo antigo no ITERJ (Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro) de Regularização Fundiária.

Para a Arche, que já trabalhava com assessoramento técnico há anos, era evidente a necessidade de conquistar recursos a partir do Estado, reconhecendo assim a exploração capitalista nas cidades que este ajudava a orquestrar com suas ações ou mesmo com sua inoperância, como aponta Lefebvre (2002). Ao mesmo tempo as questões pragmáticas que nos colocaram as Caboclas eram emergenciais, havia pressa em solucioná-las. Havíamos de encontrar um caminho que criasse interfaces (Kapp, 2018) para as duas questões, já que como afirma Gago (2020): “lutar por demandas concretas não implica dizer que o Estado é a resposta para as violências. Ao mesmo tempo, saber que o Estado não é a resposta para as violências tampouco impede de brigar e conquistar recursos que, ao não serem pensados como fins em si mesmos, se unem a outras exigências de transformação”. (GAGO, 2020, p. 34-35).

Descartada a briga por recursos do Estado, procuramos alternativas financeiras para as precariedades habitacionais apontadas, com editais e outros fundos. Estudamos conjuntamente a possibilidade do modelo de poupança comunitária e de um fundo rotativo, muito utilizado em outras experiências dentro das assessorias técnicas da região fluminense, mas que elas viram como muito difícil de ser implementado pela renda das integrantes. Após muitas idas e vindas, conseguimos participar do edital **Fundo Socioambiental Casa – Programa Casa Cidades**⁶¹ e em 2018 iniciamos um projeto que previa pequenas melhorias habitacionais, com foco em soluções de drenagem no lote e coleta de águas pluviais. Conjuntamente seria realizada uma

⁶⁰ Autores como Cardeman (2014) apontam o território da Zona Oeste do Rio de Janeiro como sendo uma combinação de expansão para os bairros além da Barra da Tijuca, com fortes incentivos a loteamentos privados e grandes empreendedores imobiliários, conjugada a uma expansão de loteamentos irregulares fomentados por grileiros e/ou grupos violentos.

⁶¹ O Fundo Socioambiental Casa - Programa Casa Cidades é uma iniciativa de Fundo Socioambiental Caixa e a Fundação OAK e visa fomentar pequenos projetos em áreas urbanas cujo mote é a discussão de “cidades inclusivas, resilientes e sustentáveis” Mais informações no site: <https://casa.org.br/> (acesso em 14/jun/2022)

capacitação em relação à construção civil com as demais integrantes. Três moradoras mais antigas foram escolhidas por elas para participarem do projeto.

As casas do loteamento do Bosque das Caboclas possuíam uma singularidade: uma área de quintal generosa, sendo algumas delas usadas como “quintais produtivos” domésticos, característica importante para algumas integrantes da Rede CAU⁶² - Rede Carioca de Agricultura Urbana, importante organização que reúne agricultores urbanos da Zona Oeste e participante da rede de apoiadores da CPMZO. Importante destacar que, em artigo realizado por algumas integrantes da Coletiva, a importância da agroecologia urbana é colocada como central para enfrentamento às condições dessas mulheres. Nas palavras das autoras: “*Representa, portanto, um movimento que atrela feminismo, agroecologia e a luta antirracista, como estratégia no enfrentamento da histórica desigualdade social e violência do Estado*” (MACHADO; FREITAS; CANDIDO; SOUZA; BAPTISTA, 2020, p. 6).

De maneira conjunta escrevemos as premissas do projeto as bases para concorrer ao edital. Tratava-se de um pequeno valor de R\$30mil, que deveria ser realizado em 1 ano de projeto. Desse valor, cerca de R\$13mil foram destinados a remuneração da assessoria técnica. A experiência ganhou o nome de **Mulheres em Ação**.

A metodologia, espelhada em alguns projetos semelhantes que conhecíamos de outras assessorias técnicas, como a Arquitetura na Periferia, consistia em trazê-las para o centro da compreensão, como aponta Freire (2016), em identificar suas precariedades habitacionais e como poderiam ser sanadas ou mitigadas. Elas deveriam conseguir categorizar e priorizar ações para combater a precariedade, organizar compras e planejar o trabalho coletivo para executar a obra das reformas.

⁶² Rede CAU: Rede Carioca de Agricultura Urbana que se articula em favor dos trabalhadores da agricultura urbana na Zona Oeste e contra a expansão imobiliária resultante da aprovação do PEU (Plano de Estruturação Urbana) das Vargens de 2009. Mais informações no artigo: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1122603/a-rede-carioca-de-agricultura-urbana-e-o-direito-a-cidade> (acesso em 14/jun/2022).



Figura 36. Fotos das atividades durante o Mulheres em Ação. Fonte: Acervo Arche Projetos

As etapas consistiam em:

Diagnóstico Participativo junto com todas as integrantes: Visitas as casas e a identificação das precariedades relacionadas ao tema.

Identificação coletiva dos problemas: Sistematização das fotos e identificação das questões que cada moradora sentia em sua casa, conjuntamente com elas.

Definição de prioridades: a partir de uma análise nossa de orçamentos e cronograma, propúnhamos possíveis cenários de melhorias que poderiam ser feitas com o orçamento. Ao final de algumas oficinas elas escolhiam essas prioridades.

Organização do trabalho coletivo: Elaborávamos um cronograma organizativo de trabalho, onde indicávamos quais atividades demandavam mais tempo, mais pessoas ou mais especificidade de execução.

Oficinas de capacitação: Manuseio de equipamentos da construção civil, como martelo, furadeiras, serras de corte e elaboração de concreto moldado in loco foram alguns dos temas de capacitação.

Mutirões de execução: realização de diversos mutirões para realizar as atividades previstas, as vezes com mão-de-obra contratada e com mais experiencia, como trabalhadores da construção civil locais.

6.3.6 O trabalho sem desenho, mas com projeto

Ao serem definidas as melhorias, percebemos que esta seria uma experiência com praticamente nenhum *desenho*, tendo em vista que a maioria das intervenções eram muito pequenas: envolviam a troca de telhado de uma casa, o aterro e compactação de uma parte do terreno e a implantação de um jardim filtrante para água da chuva. Nossa ação como arquitetas era muito mais organizativa. Não deixava de ser projeto, no entanto, no sentido do *desejo* e *desígnio* do que seria executado (MOTTA, 2015), pois requeria planejamento e separação de etapas para ser realizado com as mulheres que tinham pouca experiência na construção civil. Isso hoje nos revela que o atendimento a demandas de melhorias habitacionais, principalmente àquelas que são associadas à reformas, requer uma outra maneira de pensarmos projeto/obra, podendo, muitas vezes, passar por desnecessária a figura do arquiteto. Santos (1981) já apontava isso na experiência de urbanização da favela de Brás de Pina, quando percebe que a população sabia o que queria realizar em suas casas e de que não adiantava o arquiteto fazer *desenhos* para propor algo distinto. Parte dessa constatação ocorre também pelo pequeno valor para cada melhoria que realizamos naquela experiência. Destinamos, numa decisão conjunta com elas, cerca de R\$4500/casa. Hoje a média das intervenções de melhorias habitacionais propostas em cidades do estado do Rio de Janeiro é maior. Por exemplo, o Programa Na Régua, da Secretaria de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, destinado a casas da Região Metropolitana, a previsão é de até R\$13500/casa.

As ações em torno de melhorias habitacionais assumiram um ascenso nas práticas atuais das assessorias e assistências técnicas, muito pelo debate recente do CAU em difundir a chamada ATHIS e, como já apontamos no capítulo acerca da experiência do PAF, parte pela caracterização qualitativa do déficit habitacional, a partir dos dados mais recentes da pesquisa da Fundação João Pinheiro, cujo teor conceitua “habitações inadequadas não proporcionam condições desejáveis de habitação, o que não implica, contudo, necessidade de construção de novas unidades” (Fundação João Pinheiro, 2013, p. 20). No entanto, se olharmos apenas do ponto de vista de pequenas reformas individuais, estamos falando de pouca efetividade em minimizar o déficit qualitativo da moradia no Brasil. Afinal, as inadequações habitacionais são causadas por um conjunto de fatores urbanos, edilícios e conjunturais da cidade capitalista. Olhar apenas para as pequenas reformas (ainda que sejam urgentes) é não compreender as razões técnicas, políticas e urbanas do que significa de fato garantir o direito à moradia

digna e o direito à cidade. De certa maneira o projeto que realizamos com a Coletiva As Caboclas carecia desse olhar amplo e integrado, já que encampamos o discurso, embora de maneira consciente a partir do processo, de melhorar as condições existentes primeiro.

6.3.7 O canteiro de mulheres

Ao iniciarmos as atividades com o grupo de mulheres percebemos que a organização de um canteiro de autogestão⁶³, ao qual estávamos acostumadas, não podia ser realizada ali. Como muitas das participantes vinham com seus filhos pequenos e apenas participavam uma ou duas vezes das oficinas, elas não viam sentido em realizar uma creche comunitária a parte⁶⁴, o que faria com que algumas mulheres deixassem de participar daquele dia para cuidar das crianças. Crianças e adolescentes entre 2 e 12 anos acompanhavam suas mães que não tinham onde deixá-las, mesmo no fim de semana. Com isso o canteiro do **Mulheres em Ação** acabava possuindo a característica de um lugar de cuidados redobrados e de um trabalho com outro tempo e ritmo, sem a pressão de uma tarefa a ser cumprida no prazo de um canteiro tradicional. Era repleto de crianças circulando o tempo todo por perto. Havia, no entanto, um respeito aquele momento de reunião “das mães para a obra” por parte dos filhos e de certa forma, um distanciamento físico. Não houve em nenhuma ocasião acidentes envolvendo as crianças ou mesmo as participantes.

Esse outro tempo e ritmo do canteiro de mulheres nos leva a questionar o tradicional canteiro da construção civil essencialmente masculino e produtivista, ainda que tomemos como ponto de partida as experiências autogestionárias de canteiros, onde, obviamente há mais mulheres que homens e que, supostamente, almeja a desalienação do trabalho na construção civil, como aponta Lopes (2011). Ali, num canteiro exclusivamente feminino, formado de arquitetas (assessoria técnica) e mulheres periféricas negras, permeado de crianças e de momentos de paradas, percebemos algo

⁶³ O canteiro de autogestão é uma experiência realizada entre alguns movimentos de moradia no Brasil, como a UNMP e o MNLM, que reivindicam a autogestão no uso dos recursos de programas habitacionais. Consistia em realizar obras com ajuda-mútua (mutirão) e preparar a população para entender o processo de um canteiro de obras não alienado. Para entender melhor, ver Lopes, Braga & Germano (2015).

⁶⁴ A creche comunitária é uma prática comum nos canteiros autogestionados e consistia em reservar um lugar mais afastado da obra, junto com adultos cuidadores, para cuidar das crianças durante o mutirão.

além da crítica de Ferro (2010) ao canteiro convencional da construção civil: não é apenas o arquiteto e seu desenho que traz elementos de opressão no canteiro, é também a lógica produtivista, inerente ao capitalismo, que aprofunda os elementos de opressão. Lógica que acabamos reproduzindo, mesmo nos canteiros autogestivos realizados pelo movimento de moradia e que, muitas vezes, são reféns de produtividade, metas e cronogramas que os programas habitacionais e o Estado impõem.

Outra questão conjuntural permeava essa constatação: há – embora exista um crescente movimento de mulheres na construção civil - poucas mulheres que vivam da venda de força de trabalho na construção civil e que possam compartilhar seu conhecimento com outras. Tivemos dificuldade em encontrar, mulheres pedreiras, carpinteiras, telhadistas para a experiência, conforme foi o desafio proposto e aceito por nós. Encontramos nesse caminho a Concreto Rosa⁶⁵, empresa da construção civil coordenada por Geisa Garibaldi, que participou de um dos dias de capacitação. Figura singular e conhecida hoje pela sua experiência no Rio de Janeiro, a empresa era uma das poucas composta por mulheres na construção civil na época. Geisa participou conosco da oficina de corte da estrutura do telhado, sendo vista com muito orgulho pelas mulheres Caboclas, já que, além de ter um saber restrito ao homem, Geisa era também negra e da comunidade LGBTQI+. Mas em determinado momento chamamos - já que Geisa não podia participar de todas as oficinas - um carpinteiro que já trabalhara conosco no mutirão da obra do Conjunto Esperança, Clarindo, um trabalhador negro e que estava acostumado com mutirão, para concluir a colocação da estrutura e o talhamento. Com isso, a premissa original das Caboclas ao nos procurar, queremos um canteiro só de mulheres, não pôde ser cumprida até o final. Quando perceberam isso, após conhecerem Geisa, aceitaram de maneira tranquila e estavam dispostas a trabalhar junto com homens na experiência. Enquanto Clarindo trabalhava no telhado, olhavam ressabiadas para ele.

A troca de saberes com Clarindo não foi tão frutífera quanto havia sido entre Geisa e a Coletiva das Caboclas. Clarindo realizava seu trabalho de maneira receptiva à troca, mas com excesso de velocidade para o tempo de aprendizado do grupo. Parte desse distanciamento era devido à periculosidade do trabalho, já que somente Clarindo

⁶⁵ Concreto Rosa é uma empresa da construção civil do Rio de Janeiro formada basicamente por mulheres. Mais informações no Instagram: <https://www.instagram.com/concretorosa/?hl=en> (acessado em 14/jun/2022).

possuía cinto de segurança e parte por ele representar, mesmo sem querer ser, a figura do homem opressor no canteiro. Havia ali, de certa forma, o questionamento que hooks faz ao sistema patriarcal e heteronormativo, materializado na característica da construção civil: ainda que Clarindo fosse negro, era um homem pouco acostumado a trabalhar entre mulheres.

Ao final das atividades iniciais previstas, houve uma demanda em realizar ações que melhorassem ou qualificassem os quintais das 3 moradoras, tendo em vista que 2 das participantes eram integrantes da Rede CAU. Com isso no final das oficinas realizamos um jardim de chuva e um sistema simples de captação de água pluvial no novo telhado, na casa de D. Serena.

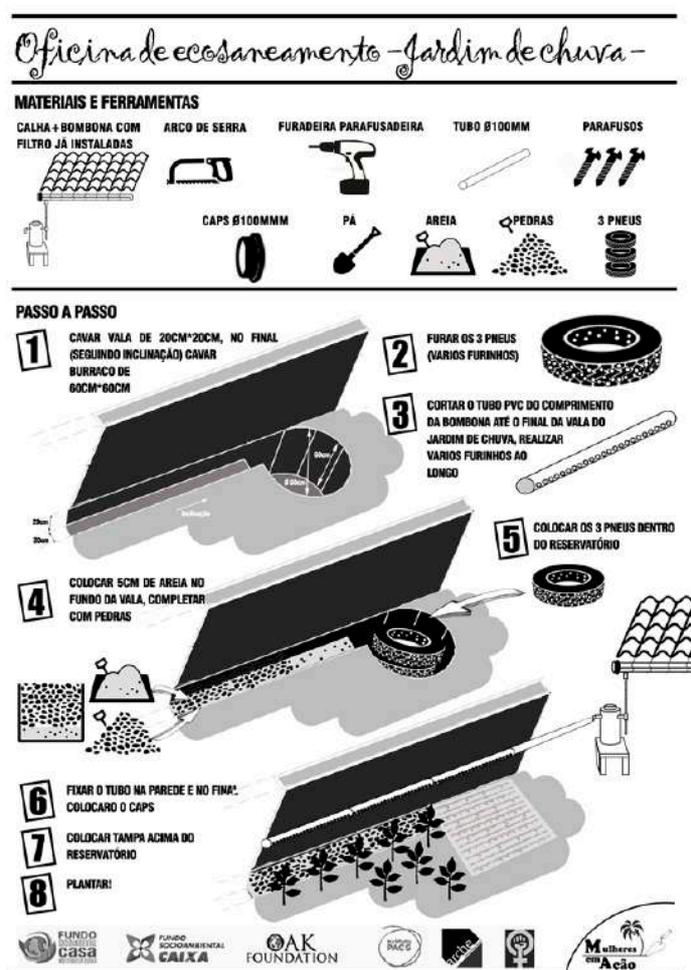


Figura 37. Esquema para jardim de chuva e captação de águas pluviais. Fonte: Acervo Arche Projetos.

Esses dois novos temas atraíram uma quantidade maior de mulheres, da rede ampliada da CPMZO. Realizamos um pequeno guia dos dois sistemas. Nessas últimas oficinas, foi possível existir uma espécie de “cooperação simples”, que Ferro descreve (2010,

p. 3), já que o processo foi realizado com **esquemas resumos** conforme Figura 3 e todas as participantes fizeram um rodízio de funções.

Ao final de 14 meses concluímos as atividades demandando mais tempo e mais encontros do que o planejado. Foi um trabalho de uma troca rica e intensa, onde de fato conseguimos atuar *com* elas, inclusive quebrando nossas limitações como assessoras técnicas que nunca tinham encarado o desafio de realizar um canteiro só de mulheres. Ao longo do processo percebemos que havia saberes da construção civil que cada uma possuía de suas experiências ao longo da vida. D. Serena, a figura mais antiga da ocupação, havia construído sozinha parte da casa, além do bar com telhado verde e telhas pintadas por ela.

6.3.8 O processo e suas tensões

Obviamente que um trabalho de uma assessoria técnica, não acontece sem conflitos. Atuar com e ao lado de classe trabalhadora, implica em se deparar com certas tensões ao longo do processo. Algumas de cunho político, outras técnicas e algumas vezes tensões de classe. Cabendo a nós, parte das assessorias técnicas, uma desconstrução ou, melhor dizendo, uma reconstrução constante de nossas práticas durante cada experiência (práxis) vivida.

Devido à relevância da temática o Fundo Socioambiental Casa complementou mais R\$10 mil ao projeto. A essa altura, com inúmeros percalços e dificuldades, de ambos os lados, principalmente em relação à prestação de contas, havia um questionamento do valor desproporcional que nós, a assessoria técnica havia recebido na experiência. Cerca de 50% do valor (R\$13mil) correspondia à nossa remuneração. O que poderia ser pouco para nós arquitetas ao longo de 14 meses, parecia muito em relação ao montante total destinado para a melhoria das moradias. Quando elas nos consultaram sobre nosso valor para continuar o projeto, havia se passado mais de um ano de aprendizado, trocas e conquistas. Ao dizermos que nosso valor se mantinha apenas um pouco abaixo ao valor anterior, não houve dúvidas por parte das Caboclas de que era desproporcional em relação ao todo. Elas sabiam mais do que nunca o que precisavam fazer para realizar a nova fase: priorizar, planejar, orçar, marcar uma agenda de mutirões, contratar alguma mão de obra para serviços mais específicos. Sendo assim, nosso papel era de fato desnecessário. Porque então elas deveriam pagar tanto para a

assessoria? Nesse momento não estaríamos sendo as arquitetas pequeno burguesas cobrando por seus serviços? não conseguimos entender o quanto havia de emancipatório no fato da Coletiva tomar a decisão de que não precisava mais de nós para essa segunda fase, pois estavam ali se posicionando acerca do limite da parceria que queriam conosco. Nesse momento, como apontam Kapp (2018), Freire (1996) e hooks, (2017; 2019), as Caboclas tomaram a decisão em suas mãos de como encaminhar suas demandas. A política de aliança proposta por Butler (2018) estava sendo colocada em prática por elas com o reconhecimento de até onde poderiam ir, já que em determinado momento a aliança com as técnicas não estava mais dentro do princípio do igual valor e da justiça social para elas.

Decidimos não continuar no projeto, pois não concordávamos também em realizar trabalho voluntário, uma das alternativas discutidas entre nós. E o projeto seguiu, tão bem quanto antes. A Coletiva As Caboclas realizou mais 4 atividades de melhorias (que incluíam o revestimento de um dos quartos e o assentamento do piso de outro cômodo). Contratou profissionais, alguns homens, para realizar o trabalho, programou e comprou materiais, tomou decisões coletivas e finalizaram sozinhas o processo. Sem precisar da figura da assessoria técnica. Conseguiram assim desenvolver um processo de emancipação construído e constituído pelo espaço que ocupavam (Kapp, 2018), profundamente centrado no protagonismo que consolidaram ao longo do processo conforme Freire (1970, 1996) e, erguer a voz em relação a real pertinência da assessoria técnica, em determinado momento, conforme hooks (2017, 2019).

Outra reflexão importante para esta experiência é o questionamento da própria mudança de foco na atuação das assessorias. Diferente de momentos históricos anteriores, cuja figura central era a disputa pelo Estado, esse não era o eixo dessa experiência, diferente inclusive da experiência do PAF em Niterói, que parte da disputa de recursos do Estado para uma posterior busca por arranjos alternativos. Neste caso a impossibilidade de financiamentos públicos já é o ponto de partida, lembrando que inclusive estávamos no começo do governo Bolsonaro neste projeto, período de completo desmantelamento das políticas sociais. Como fica, nesse contexto, a luta pelo direito à cidade nos termos propostos por Lefebvre? Gago (2019) nos dá algumas pistas de ações possíveis, afirmando que é necessária a luta por demandas concretas paralelamente a outras que busquem uma transformação maior. A questão é encontrar o ponto em que tais ações consigam caminhar concomitantemente. Ou cairemos numa

mera resolução pragmática das urgências ou numa defesa abstrata de “direito a cidade”, que, para populações periféricas não quer dizer muita coisa.

Há diversos modos de ação - ou melhor dizer de outras práticas - dentro ou próximo do campo das assessorias técnicas, que nos elucidam sobre como abordar territórios periféricos e mulheres. É o caso do grupo de assessoria Arquitetura da Periferia, que atua na região metropolitana de BH. A assessoria tem como escolha funcionar como uma entidade sem fins lucrativos, recebendo doações para realizar as suas atividades junto às mulheres organizadas por assentamentos. Seria essa a melhor forma de atuar em experiências cujo foco não é a disputa dos recursos do Estado? Essas práticas, experiências, assessorias técnicas e grupos sócio-espaciais precisam criar redes de interlocução para superarem questões e impasses comuns, que podem levar a um outro patamar as respostas das questões levantadas.

Por um lado, não conseguimos nos desvencilhar da nossa raiz pequeno-burguesa de arquitetas não negras ao lidar com nossa remuneração na experiência com a Coletiva das Caboclas. Poderíamos simplesmente ter finalizado a primeira etapa sem forçar a continuidade. Ter esgarçado essa relação também nos serviu como aprendizado para compreender que uma arquitetura e urbanismo antirracista precisa estabelecer uma relação dialógica com o feminismo negro periférico. Aprendizado em compreender que não seguiremos atuando com populações periféricas sem que estas não possam ter autonomia para decidir quando e porque podemos ser seus aliados.

Nas conclusões realizaremos comparações com mais detalhes em relação aos outros grupos estudados.

7 CONCLUSÕES

7.1 O ponto de partida

Parte das reflexões postas aqui partem de um princípio basal que permeia toda a intenção desta pesquisa: nas práticas de assessorias e assistência técnica é indissociável a relação dialética entre o fazer e o pensar. Como Rodrigo Lefebvre (1981) diz em relação ao ofício do arquiteto e urbanista, o fazer e o aprender se sucedem recorrentemente no mesmo espaço e no mesmo tempo, sendo, portanto, um interrelacionado ao outro.

Retomamos dessa forma a filosofia da práxis de Marx que elencamos como um dos norteadores no nosso referencial teórico, a unidade dialética entre teoria e prática. O que aprendemos então das experiências estudadas? Quais interrelações entre fazer e pensar conseguimos elaborar a partir delas?

Pulhez (2007) nos aponta que as contradições, ou melhor, a noção que ela traz de *fronteiras do conflito*, pode ser vista nas experiências estudadas por ela de assessoria técnica, de forma consciente intercaladas com outros momentos não tão explícitos. Não porque estes profissionais não tenham evidentes os conflitos da experiência, mas porque parte destes percalços não eram relatados na resposta a pergunta objetiva sobre eles. Surgiam a partir de outros relatos, as vezes do simples cotidiano das práticas. É possível verificar isso nas falas dos entrevistados nesta pesquisa também, em relatos de situações mais corriqueiras.

A essas perguntas, a reflexão feita no espaço-tempo desta dissertação de mestrado não consegue responder na totalidade. As próprias assessorias, assistência técnica e grupos sócio-espaciais envolvidos possuem mais elementos para a reflexão dos conflitos, do que nós nesta pesquisa.

O que faremos aqui é um pequeno ensaio sobre as principais questões encontradas.

7.2 – Algumas reflexões iniciais

Para iniciar uma reflexão sobre essas 3 experiências estudadas vamos sistematizar alguns dados importantes sobre elas, que dizem respeito a: foco de atuação, quantidade de grupos familiares impactados, duração da experiência e os aportes decorrentes de políticas habitacionais. Não é intenção com esses dados apresentar uma comparação das experiências tão diversas entre si, realizadas em momentos e com grupos sócio-espaciais tão distintos. Mas nos ajuda a adotar alguns pontos de partida.

EXPERIÊNCIA	FOCO DE ATUAÇÃO	NÚCLEOS FAMILIARES DIRETOS	NÚCLEOS FAMILIARES - INDIRETOS	DURAÇÃO EXPERIÊNCIA	VALORES APROXIMADOS	APORTE DE POLÍTICA HABITACIONAL
PAF - Morro Vital Brazil	Melhorias habitacionais	6	64	2009 - 2016	R\$ 379.350	FNHIS
Ocupação Manuel Congo	Reabilitação de edifício ocioso em área central	42	56	2008 - 2018	R\$ 4.773.000	FNHIS + PMCMV-ENTIDADES
Mulheres em ação	Melhorias habitacionais	3	20	2018-2019	R\$ 40.000	-

Figura 38: Dados iniciais entre as 3 experiências. Fonte: elaboração própria.

Os dois projetos com o foco em melhorias habitacionais são os que tiveram custos menores, como era de se esperar. Destoam se comparados aos valores praticados para a reabilitação de um edifício vazio, como foi o da Ocupação Manuel Congo. Lembremos que os recursos que o PAF recebeu são fruto dos primeiros editais do FNHIS para Assistência Técnica, que contavam com valores de **40 mil** para cada conjunto de 100 a 200 famílias nas ações de **Assistência Técnica Individual** e **30 mil** para **Assistência Técnica para Mobilização e Organização Comunitária** (FNHIS, 2008). No ano seguinte é lançado o último edital com essas regras (2009) e logo em seguida a política do SNHIS é desmantelada. Esses dois fatores (os baixos valores recebidos no início e a impossibilidade de continuidade) justificam o caminho que a experiência do PAF leva a partir de então, de procurar uma série de alternativas para a realização da proposta completa de melhorias habitacionais (projeto e obra), já que a experiência nos primeiros anos estava focada na intenção de realizar diagnóstico, projetos de melhorias e de “conscientizar” a população sobre as questões de “saúde e moradia” eliminando patologias das casas autoconstruídas. Embora houvesse uma metodologia cuidadosa e rica de recursos, como o Mapa de Riscos Participativo e o Matriz Ambiental Georreferenciada, essas práticas iniciais eram carregadas de um certo fetiche da tecnologia⁶⁶ ou melhor dizendo, um fetiche do projeto, entendido como

⁶⁶ Entendo aqui esse fetiche na formulação que Henrique Novaes e Renato Dagnino (2004) apresentam, ao refletir que a tecnologia é muitas vezes considerada como neutra, acima de qualquer interação que esta possa ter. Para os

desenho, na acepção de Motta (2005) A partir da percepção de que os projetos não seriam (pelas óbvias questões financeiras) realizados espontaneamente pelos moradores, a Soluções Urbanas empreende dentro do PAF uma série de **arranjos** e **parcerias** para conseguir concretizar a integralidade da ação. É a partir daí que surgem as ideias como a Feira de Trocas, a moeda local e o microcrédito através de um Fundo Rotativo. Chamadas por Rocha (2017, 2022) como “elementos de tecnologia social” essas experimentações estavam numa busca incessante por ultrapassar o próprio limite inicial da experiência, que residia na ideia de que os técnicos levariam através de seus desenhos e esquemas infográficos a solução das patologias. Ainda que importantes e necessárias, as tecnologias iniciais de realização do diagnóstico técnico das casas (o mapa de riscos participativo e a matriz ambiental georreferenciada) eram menos instigantes que os diversos arranjos experimentados depois. As experimentações posteriores caracterizavam uma reavaliação da própria práxis durante o processo. Um redirecionamento (importante) quando algo não está seguindo o rumo idealizado.

Carregavam, no entanto, as indeterminações apontadas por Manaia e Guerreiro (2022), pois um sem limite de arranjos com entidades privadas foram testadas, talvez de maneira pouco crítica em relação aos fins relacionados ao direito à moradia. Nesse sentido elas tangenciam as experiências contemporâneas dos empreendedores sociais e negócios sociais que existem hoje e que se confundem com a prática das assessorias e assistência técnica, mas que estão longe de serem uma práxis em direção à autonomia dos grupos sócio-espaciais ou mesmo que ensaiem um mínimo de direito à cidade.

Em todo o processo inicial do PAF percebemos que sua efetividade se dava mais pela ação dos técnicos, ou seja, pela práxis da assistência técnica, do que pelos moradores. A experiência do PAF é, de todas, a que menos incorpora em momento inicial relações dialógicas com o grupo sócio-espacial envolvido. Com uma demanda vindo de uma empresa mista ligada a um órgão governamental, o IVB, a população do Morro Vital Brazil no início era uma abstração. Suas proposições e anseios são praticamente desconhecidas. Digo praticamente, pois o próprio IVB tinha relações e laços com a população, já que havia na região o Posto Médico de Família Carlos J. Finlay – PMF Vital Brazil, fundado em 1996 e integrante da rede do Sistema Único de Saúde, que atendia à população há anos. Na pesquisa de Sousa (2009) citada anteriormente,

autores, ela não é neutra e nem está isenta de influências históricas, políticas e culturais. Não estaria, portanto, nas mãos dos detentores do saber tecnológico (os técnicos) mas sim na interação de diversos grupos sociais.

percebemos que a população tinha construído raízes sólidas de organização: possuía uma associação, a Associação de Moradores do Morro do Vital Brazil - AMOVIBRA, ativa e atuante em diversas pautas urbanas e que havia protagonizado a luta pela existência de uma unidade de saúde no bairro e de uma creche comunitária (SOUZA, 2009, p. 31), além de ser o gestor do posto médico de família.

Aos poucos, no processo do diagnóstico, segundo Aline Rocha (2023), percebemos que o grupo sócio-espacial aparece, opina, questiona e propõe, a partir dos recursos que lhe são dados. Ao final desse processo de “entrada no território”, Rocha (2017) afirma que os dados da PMF são comparados com os do PAF para aferir inconsistências entre os dois (ROCHA, 2017, p. 119). Por um lado, essa é uma característica de grupos sócio-espaciais não organizados como movimento social. Os processos de aproximação são realizados através de inúmeras visitas e de um diagnóstico detalhado – podendo ser mais ou menos objetivo ou colaborativo - do grupo. As formas de organização e relações desta população, que obviamente existem, demoram a ser reveladas e é preciso um processo de conhecimento mútuo entre a assessoria/assistência técnica e população para que isso ocorra. A ONG SU, obviamente, reconhecia que essas questões levavam tempo.

Na entrevista fica também evidente que a necessidade de ter acesso à assistência técnica em arquitetura em urbanismo não era uma demanda da população, nem sequer entendida como importante. Aline relata que era muito comum os moradores questionarem ao longo desse primeiro momento se não podiam trocar o *projeto* pelo material da obra.

Eu gosto muito de falar porque isso causa desconforto em arquitetos e arquitetas. Conforme a gente ia entrando e as pessoas iam perguntando e a gente respondia, a gente Soluções Urbanas: Não... é um projeto de arquitetura que vai oferecer assistência técnica, pública e gratuita para todos os moradores do Morro Vital Brazil. E as pessoas falavam assim: Tá, mas eu não quero arquiteto não. O material de obra vai ter? Vocês vão dar material? Não, o material não, a gente vai dar projeto. O projeto a gente já tem, tem um pedreiro que sempre trabalha pra gente. E aí, a maior abordagem que eu recebia era: Oi moça, menina, tem como trocar? Trocar o quê? O dinheiro que vocês vão pagar o arquiteto, tem como vocês me darem pra comprar material? E, outras pessoas também, nas reuniões, para sensibilização do porquê precisava de arquiteto. Não é tão simples Leslie, como perguntar quem precisava de médico ou de professor. (ROCHA, 2023)

Parte do sentimento do grupo sócio-espacial de que o profissional de arquitetura não seria necessário surgiu em determinado momento da experiência Mulheres em Ação. Mas, no caso desta última, tratava-se de uma avaliação a partir de um de aprendizado

depois de mais de um ano de trocas. O sentimento de irrelevância do arquiteto e urbanista no caso do PAF (e em outras experiências ligadas às melhorias habitacionais) tem mais relação com a autoconstrução ser a hegemônica maneira da classe trabalhadora ter acesso à moradia, sem contar para isso com a ajuda de nenhum arquiteto e urbanista ou mesmo engenheiro no processo da obra. No máximo, um pedreiro do bairro. Uma assessoria/assistência técnica que realiza melhorias habitacionais de uma casa autoconstruída, provoca o mesmo sentimento. E é intensificado quando o arquiteto urbanista aparece com algo mais abstrato ainda, o *projeto* de melhoria, sem levar em consideração a execução desta. Nesse sentido, ou as práticas de assessoria e assistência técnicas voltadas pras melhorias habitacionais são integrais (incluindo diagnóstico, projeto e execução das melhorias) ou estão fadadas a serem eternamente, irrelevantes para a população com as quais pretendem atuar.

Passemos para à experiência Mulheres em Ação. Das três ela é a de menor financiamento e de mais curta duração, já que se trata de um fundo proveniente de um edital de uma agência de fomento e não conta com nenhum aporte de políticas públicas. Nesse sentido, ela pode ser considerada a mais frágil de todas. Como o valor era muito pequeno e a demanda do grupo sócio-espacial da Coletiva as Caboclas era muito específica para que as melhorias fossem executadas, não havia possibilidade de nossa atuação ficar apenas no projeto, ou melhor dizendo, de ocorrer o fetiche do projeto. Projeto, que no sentido do desenho, sequer existiu. Mas enquanto a experiência do PAF tentava estabelecer relações com o atendimento público e gratuito ligada às políticas públicas (mesmo que tenha conseguido isso parcialmente) o Mulheres em Ação passava ao largo dessa dimensão. Assumia de partida a impossibilidade – ainda que momentânea – de disputar os recursos públicos para as práticas de assessoria e assistência técnica. Na fala de Guaracy, entrevistada para esta pesquisa:

Leslie, só um desejo não basta. Só sonhar, só ter uma esperança de que um dia isso vai acontecer. O mundo vai melhorar um dia, no futuro. (...) A periferia urge. Você viu ali e vivenciou. A todo momento acontecem questões. A todo momento o tempo pode mudar, virar uma chuvarada e inundar e alagar a casa. E as mulheres perderem tudo. E as crianças ficarem vulneráveis e ter doenças. A qualquer momento. Então ... só a gente ver a força e pensar sobre isso e querer mudar, não basta. A gente precisa é ter... igual a [esse edital que a] gente aproveitou, é ter isso. (Guaracy, 2023)

Por outro lado, em relação a autonomia do grupo sócio-espacial das Caboclas, há diferenças consideráveis entre o Morro Vital Brazil. A demanda da Coletiva As Caboclas era objetiva. O elemento de autonomia estava posto já no início da relação: eram um grupo de mulheres negras que buscava por outras mulheres arquitetas, com uma demanda específica. Nós sabíamos que seria uma relação com um grupo que tinha total autonomia para definir seu caminho no processo de troca de saberes que estabelecemos. Nesse sentido, o Mulheres em Ação, parte de outras premissas se comparado ao PAF. Ou seja, estabelece outro patamar de relação dialógica com a assessoria técnica. Nas palavras de Lopes (2018) esse tipo de relação entre técnicos e grupo sócio-espacial estabelece uma sociabilidade peculiar, de práticas a partir de uma “consciência autônoma” (LOPES, 2018, p. 243).

Não sem razão, quando os conflitos surgem dessa relação, eles se extravasam. Dificilmente ficam escondidos ou camuflados, já que não há a intenção (aparente) de uma prática de assessoria tutelada e nem de um grupo sócio-espacial passivo. No caso do PAF, os conflitos surgem aos poucos, nas brechas entre a relação de assessores técnicos e o grupo sócio-espacial, como pode ser visto nas entrevistas que Demartini (2016) realiza com os profissionais envolvidos. No caso da experiência no Morro Vital Brazil o conflito aparece mais evidente para a profissional que não é arquiteta e urbanista, a assistente social. O “desconforto” que relata Aline é fruto também do princípio de ação de uma experiência que fica no limiar entre a realização de uma política pública (que deveria ser realizada pelo estado) e a atuação independente de uma assessoria técnica (demandada pelos grupos sócio-espaciais). Não sendo uma nem outra, o desconforto inicial da população fica explícito no relato que ela conta na entrevista.

Na entrevista com Guaracy, durante a pergunta que realizei sobre qual foi a maior dificuldade enfrentada durante o processo, ela aponta como maior problema, sem dúvida, a remuneração da equipe técnica:

(...)Uma questão que implicou muito, que a gente não sabia o que fazer, depois que a gente foi olhar para isso, é a questão do valor para parte técnica. E é um desafio gigante, pois a gente precisa da parte técnica pra trazer esse olhar, essa experiência. A necessidade mesmo. Não é uma coisa que eu possa fazer de intuição. Respeitando a intuição, com todo respeito, mas não é uma coisa que eu posso fazer e dizer: acho que é assim. Tira intuição, o que eu quero falar é achismo. Eu acho que é assim. Eu vi fazer. É assim na minha casa, que meu pai fez, então eu sei. Não dá pra ser isso. É uma parte que é cara e que agente precisa ter, mas é um recurso disponibilizado que a gente sentiu. Caramba... não tinha visto isso, e agora? Então... isso ficou bastante

um ponto de preocupação, né? Como é que a gente dialoga sobre isso?
(Guaracy, 2023)

Ao contrário do que relata Aline, neste caso, o problema não é considerar que os assessores não são importantes. Mas sim explicitar que sua remuneração é alta demais para os recursos disponíveis numa experiência de melhorias habitacionais. O incômodo aqui é de outra grandeza: há uma relação de classe posta aqui, pois, não sendo uma prática de fato pública e gratuita, a relação de venda de força de trabalho entre assessores técnicos e população pobre, com suas próprias questões de gênero e etnia como constituintes, é no mínimo esdrúxula. Era de se esperar que em determinado momento as mulheres negras e periféricas se questionassem porque deveriam pagar tanto para um profissional frente a tamanho racismo e pauperização da moradia que elas viviam cotidianamente. Mas por outro lado, esse incômodo passa pela disputa por recursos públicos que a experiência, conscientemente, deixou de fazer.

Essa constatação nos leva a um questionamento importante na análise da práxis das assessorias e assistência técnica, principalmente daquelas voltadas para melhorias habitacionais: A reivindicação da categoria profissional dos arquitetos e urbanistas – CAU, sindicatos e IAB – que existe hoje passa, em sua maioria, pela existência de um serviço de arquitetura e urbanismo independente das políticas públicas, nas mais variadas formas de um empreendedorismo, ou seja, feito por arquitetos individualmente, muitas vezes por arranjos pontuais. Porque a reivindicação não é atrelada à contratação de arquitetos e urbanistas no corpo técnico do estado, por exemplo? Ou ainda, porque não consideramos que pequenas melhorias habitacionais podem ser feitas por outros técnicos, que não sejam arquitetos ou engenheiros, como por exemplo, técnicos em edificações, que poderiam ser melhor remunerados e estariam (talvez) mais aptos que os arquitetos e urbanistas nesses casos?

A maneira com a qual as entidades da categoria profissional abordam essa questão coloca à frente a defesa da ampliação do mercado do arquiteto e urbanista em detrimento da política habitacional e suas mais diversas camadas e necessidades, conforme afirma Carvalho (2016). É como se o mecanismo da autoconstrução e sua perversidade em relação ao rebaixamento dos salários da maioria dos trabalhadores urbanos e consequente impossibilidade de realizar a garantia efetiva do direito à moradia fosse colocado totalmente de lado em função da garantia de um campo profissional.

Quando passamos para refletir sobre a experiência da Ocupação Manuel Congo, surgem outros apontamentos. Aqui é preciso separar a composição do grupo sócio-espacial da Ocupação. Irene Mello (2016) em sua pesquisa deixa claro isso: as lideranças do movimento e as famílias envolvidas tem papéis e entendimentos distintos do processo. Na entrevista realizada com Lurdinha, fica evidente que ela é um integrante do grupo sócio-espacial do tipo especialista (KAPP, 2020), guardando, portanto, uma visão abrangente, mas também peculiar do processo.

O processo da experiência da Ocupação Manoel Congo talvez tenha sido o mais complexo dos 3 estudados. Parte por ter sido o mais longo e parte por envolver uma realização truncada, repleta de fases das quais poucos integrantes conseguiram ter a visão total. Sem dúvida, Lurdinha é a que mais tenha se aproximado dessa visão integral do processo. Nem os dois arquitetos que participaram da experiência conseguiram ter essa visão, pois não passaram juntos pelo mesmo trabalho na mesma época. Ticiane viveu as questões da fase do projeto e da elaboração da papelada a fim de atender a burocracia para a conquista da contratação da obra do PMCMV-E. Augusto vivenciou (e também experimentou) uma práxis que tinha de responder a execução de uma obra com pouco acúmulo técnico naquele momento - a reabilitação de um edifício ocioso em habitação social – e seguindo parâmetros de um programa cujas normativas eram elaboradas e revistas a todo momento por um banco público.

Num primeiro momento, anterior inclusive a efetivação dos contratos com FNHIS e PMCMV-E, os assessores que auxiliavam o processo rondavam a ocupação como voluntários, sem estabelecer relações mais profundas, como é o caso do arquiteto Pablo Schargrodsky. Com a entrada de Ticiane, há um outro comprometimento da arquiteta e ela estabelece relações dialógicas com a ocupação, ainda que apenas em uma fase do processo, o projeto. Relações que, devido às questões de baixo fomento, pautadas por nenhuma remuneração, fragilizando a relação ou fazendo com que ela só existisse por militância da arquiteta.

Augusto tem outro patamar de status para a Ocupação Manoel Congo, pois ele foi largamente procurado como assessor pelo movimento, devido às exigências da CEF. Lurdinha relata que se chegou a cogitar o nome do arquiteto Demetre Anastassakis para acompanhar a obra, mas por alguma razão de saúde, ele não pôde ser. A obra, para um empreendimento em autogestão nos moldes do PMCMV-E, tem importância muito grande, pois é a partir dela que serão liberados os maiores recursos e de fato se

concretiza a experiência. Por outro lado, a separação dos dois profissionais (projeto e obra) no caso da Manuel Congo, mostra como o processo apresenta mais fragilidades ainda, pois ocorre a separação clássica entre o desenho e o canteiro, que tanto foi criticada pela geração antiga de assessorias técnicas nos processos autogestionários. O relato da dificuldade com a assessoria/assistência técnica de Lurdinha é sintomático dessa fragilidade. Se não há sequer profissionais disponíveis técnica e financeiramente a encarar esse tipo de assessoria técnica, que dirá refletirem sobre as fronteiras do ofício entre projeto e canteiro.

Se analisarmos do ponto de vista da trajetória (começo – meio - fim) de cada experiência aqui relatada, percebemos que cada um tem sua característica própria revelando fronteiras e caminhos para uma prática futura.

O PAF não existiria sem o impulsionamento/ativação da própria assistência técnica. O grupo sócio-espacial, exceto pelas características macro (renda, favela horizontal, pouca densidade, topografia) não influenciava na experiência. Poderia ser realizado em qualquer favela do Brasil. Tanto que é: a ONG SU levou essa experiência para outros lugares, numa transposição quase direta, salvo o diagnóstico necessário para cada localidade. Serviria, portanto, bem para a formulação de uma política pública de um serviço assistencial tendo como premissa o atendimento básico e focado à população pobre que autoconstrói. Sua conformação como assessoria técnica independente que busca emancipação, autonomia de um grupo sócio-espacial, não existe. Mas não sendo uma política pública, o PAF da maneira como é praticado pela ONG Soluções Urbanas vive numa corda bamba constante entre o atendimento público e gratuito e a busca de arranjos duvidosos para conseguir se realizar. Pode cair no risco de uma fragmentação devido a sua característica heterogênea.

O Mulheres em Ação é marcado por um protagonismo de um grupo de mulheres negras, que buscam um perfil específico de assessoria técnica disposta a desvelar junto com elas caminhos para uma autonomia em relação a suas características constituintes. Características que envolvem periferia, mães chefes de família, baixa renda, relações de ancestralidade e geracional, redes de solidariedade e busca por fontes de melhoria das suas condições materiais e de etnia. A partir do momento que elas encontram nesse perfil de assessoria algo que as impeça na sua busca de autonomia, o técnico e seus saberes não são mais parceiros desse protagonismo. A assessoria técnica e sua práxis não é, nem de longe, o elemento central da experiência. As práticas de arranjos

solidários que as Caboclas já realizam cotidianamente podem continuar sendo feitos sem a assessoria técnica ou mesmo com outros atores. Cabe à assessoria técnica a reflexão dos limites de sua prática, dos redirecionamentos de formatos e interlocuções para que consiga compreender a busca de autonomia de grupos com demandas de gênero, etnia e território. Inclusive, da compreensão de que pode não estar preparada para os novos desafios postos e de que teria, humildemente, reconhecer suas falhas na interlocução com os novos grupos sócio-espaciais organizados que figuram hoje na luta pelo direito à cidade.

A Ocupação Manoel Congo também possui um protagonismo forte da população organizada em um movimento de moradia. Teceu lutas e embates de grande amplitude na política habitacional no Rio de Janeiro. Mas à medida que propõe disputar o estado através dos recursos financeiros para a habitação, como a maioria dos movimentos de moradia faz, é de certa forma refém deste quando os aportes chegam, ou melhor, dependente de uma política calcada num programa habitacional. Assim também é altamente dependente da linguagem, do saber técnico, dos emaranhados que o estado impõe em relação às políticas urbanas. A necessidade de um grupo de assessores que estejam dispostos a destrinchar esse emaranhado do “mundo paralelo” do qual fala Lurdinha é primordial. Sem eles a experiência da autogestão ou da produção social da habitação, pautada nesses moldes, não se materializa. Nesse sentido ambos, movimento de moradia e assessoria técnica e sua práxis são interrelacionados. Por mais que os embates existam, a ideia de transformação do espaço urbano que compartilham só pode ser realizada se estiverem imbricados nessa tarefa. Não à toa Lurdinha relata a busca do MNLM por profissionais em formação nas faculdades, ávidos por compartilhar da ideia de disputa do estado e da transformação do urbano. Mas para os assessores técnicos essa interrelação corre o risco de não ter continuidade, tendo em vista as dificuldades financeiras relatadas ou mesmo dificuldades de conclusão das experiências. Há uma sensação de sempre reinventar a prática, de um caminho repleto de altos e baixos, que é aprofundado pelas características políticas e técnicas da conformação do campo profissional dos assessores no Rio de Janeiro. Não à toa, é movimento, o MNLM-RJ que hoje, em 2023, está ativamente brigando pelas mudanças no retorno do PMCMV-Entidades, encarando inúmeras reuniões em Brasília na tentativa de minimamente melhorar o programa frente à experiência que tiveram ao longo de mais de 10 anos.

Analisando as três experiências vemos também que há algo de comum em todas elas: o predomínio da noção de que o processo seria mais importante que os resultados em si. Em nenhuma delas, ainda que com intensidades distintas, estava posto como primordial o alcance de resultados numéricos, como em geral acontece com a formulação de políticas públicas elaborados no âmbito do estado. Em sua grande maioria as experiências de assessorias e assistência técnica prezam pela interlocução fina com grupos locais e o reconhecimento de anseios mínimos em relação à habitação. Importante também ressaltar que algumas delas querem o estado presente e a disputa por seus recursos, mas não a tutela deste, como é o caso da Ocupação Manoel Congo e do PAF.

Essas práticas contribuem, de certa maneira, para a consolidação da organização e da autonomia dos grupos sócio-espaciais envolvidos, ainda que com diversas nuances entre os estudos de caso. O PAF se caracteriza como um pouco mais distante dessa autonomia e o Mulheres em Ação mais próximo dessa busca. A Ocupação Manuel Congo busca ao mesmo tempo autonomia e disputa pelos recursos do estado, muito em função pelo próprio direcionamento político do movimento social urbano envolvido.

Frente a um crescente debate sobre o tema das assessorias e assistência técnica em todo o Brasil, muito em função da atuação massiva das categorias profissionais em torno da chamada ATHIS, faz-se necessário um olhar mais cuidadoso sobre a práxis e suas relações sempre conflituosas entre autonomia da população envolvida e garantia de direitos mínimos, por parte dos profissionais envolvidos. Um esforço de olhar criticamente para a trajetória das assessorias técnicas em território fluminense. Os impasses que surgem só podem ser superados se estivermos dispostos a conhecer as experiências anteriores, a história, a trajetória do que já foi realizado. É esse aprendizado que nos dá elementos para o futuro da práxis.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, Pedro. Favela-Bairro: mais infraestrutura e renda pior – O Globo, 22 de fevereiro de 2004.
- AMARAL, Angela de Arruda Camargo. **Habitação, participação popular e cidadania**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder Of Citizen Participation. **Journal of the American Institute of Planners**. 35 (4), July 1969, p. 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>.
- ARANTES, Pedro Fiori. **Arquitetura Nova: Sergio Ferro, Flávio Imperio e Rodrigo Lefevre, de Artigas aos mutirões**. São Paulo: ED. 34, 2002.
- ARTIGAS, João Batista Vilanova. **A função social do arquiteto**. São Paulo: Nobel, 1989.
- BARAVELLI, José Eduardo. **O cooperativismo uruguaio na habitação social de São Paulo. Das cooperativas FUCVAM à Associação de Moradia Unidos de Vila Nova Cachoeirinha**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2006.
- BARROS, Mariana Cicuto. Assessorias técnicas no processo autogestionário - possibilidades de atuação. In **RISCO – Revista de pesquisa em arquitetura e urbanismo**, número 7, 01/2013. São Carlos: IAU-USP, 2013.
- BASTOS, Tiago Souza. **Autogestão e a luta pela desmercantilização da moradia: uma experiência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.
- BIENENSTEIN, Regina; FREIRE, Eloisa Helena Barcelos; BIENENSTEIN, Glauco. **A luta da favela do gato contra remoção: um exemplo de articulação entre universidade e comunidade**. II URBFÁVELAS: Rio de Janeiro, 2016.
- BIENENSTEIN, Regina. GORHAM, C., BIENENSTEIN, G., SOUSA, Daniel M. M. de. **Autonomia, resistência e enfrentamento: caminhos da assistência técnica. contribuições para extensão universitária socialmente referenciada**. XVIII ENANPUR, Natal, 2019.
- BLANK, Gilda. Brás de Pina: uma experiência de urbanização de favela. In: VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, pp. 93-124.
- BOMTEMPO, Mariana Roberti. **Da importância da imersão do profissional de arquitetura e urbanismo: remodelando a concepção de assistência técnica**. In III Seminário Nacional sobre urbanização de favelas URBFÁVELAS, Salvador, 2018.
- BOREL, Mariana Barbosa Miranda. **Políticas públicas de assessoria técnica em arquitetura e urbanismo: praticas na direção da autonomia**. Dissertação de mestrado, Escola de Arquitetura, UFMG, Belo Horizonte, 2020.
- BRUM, Mario. **“Despertar e incentivar”! A Pastoral de Favelas e o movimento comunitário de favelas cariocas na Redemocratização**. Revista Cantareira, n. 9, 5 fev. 2019.

BURGUIÈRE, Elsa; GHILARDI, Flávio Henrique; HUGUENIN, João Paulo Oliveira; KOKUDAI, Sandra; SILVA, Valério da. **Produção social na moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias**. Fundação CDDH Bento Rubião e ARCHE Consultoria Planejamento e Projetos; Rio de Janeiro: Letra Capital: 2016.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas: Notas para uma Teoria Performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2018, original 2015.

CARDEMAN, Rogerio Goldfeld. **A transformação da paisagem em área de expansão urbana: Planejamento em Vargem Grande no Rio de Janeiro**. 290f. Tese (Doutor em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa: Cultura, Paisagem e Ambiente Construído) – Programa de Pós Graduação em Arquitetura, UFRJ/Rio de Janeiro, 2014.

CARDOSO, Adauto e XIMENES, Luciana. **Manuel Congo, movimentos sociais e a luta pelo direito à moradia no rio de janeiro**. Disponível em <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/manuel-congo-movimentos-sociais-e-luta-pelo-direito-moradia-no-rio-de-janeiro>. Acesso em 05/maio/2022.

CARDOSO, Adauto e ARAUJO, Rosane Lopes de. A política de urbanização de favelas no município do Rio de Janeiro. In **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: ANTAC, 2007, pp. 277-321.

CARDOSO, Fernanda Simon e AMORE, Caio Santo. **Assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. In Anais do XV Colóquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2018.

CARDOSO, Fernanda Simon. **Entre o discurso e a construção da prática profissional do arquiteto e urbanista: experiências contemporâneas em assessoria e assistência técnica para habitação de interesse social no Brasil**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021.

CARVALHO, Caio Santo Amore. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco. São Paulo anos 90 e atualidade**. Dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo: São Paulo, 2005.

CARVALHO, Caio Santo Amore. **Assessoria e Assistência Técnica: arquitetura e comunidade na política pública de habitação de interesse social**. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARVALHO, Caio Santo Amore. **Entre a necessidade e a gestão: o lugar das melhorias habitacionais nas políticas de urbanização de favelas**. Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas. Salvador, 2014.

CHIQ DA SILVA. **Memorial Workshop Chiq da Silva - 2007**, disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/colouiomom/expo/meireles.htm>, acessado em 05/abril/2023.

CORRÊA, Ricardo Gouvêa (ORG). **Direito à Terra e Habitação: Uma experiência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Fundação de Direitos Humanos Bento Rubião, 2007.

CORRÊA, Ricardo Gouvêa. Produção social do habitat: a experiência da Fundação Bento Rubião. In **Revista de Administração Municipal – Municípios**. Ano 48, número 243. Rio de Janeiro: IBAM, 2003

_____. **Cooperativa habitacional da favela Nova Holanda**. Coleção Tijolo com Tijolo. Projeto Terra e Habitação. Rio de Janeiro: Material de divulgação interno, 1992.

COUTINHO M. DA SILVA, R. Contextualização histórica do processo de urbanização de assentamentos precários no Brasil. In ALVIM, A. T. B. e RUBIO, V. **Sustentabilidade em Projetos para Urbanização de Assentamentos Precários no Brasil: Contexto, Dimensões e Perspectivas**, São Paulo: Editora Manole, 2022, p. 46-70.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel; VELOSO, T. M. **Participação comunitária e projeto urbano em favelas. A realidade e a percepção dos moradores na Favela da Rocinha, Rio de Janeiro**. Arqutextos, São Paulo, v. 246.02, 2020.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. **A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, PROURB, 2006.

CUNHA, E. M. P.; ARRUDA, Â. M. V. de; MEDEIROS, Y. (org.). **Experiências em Habitação de Interesse Social no Brasil**. Brasília, DF: Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

DAVIDOFF, Paul. **Advocacy and Pluralism in Planning, Classic Readings in Urban Planning**, Routledge, pp. 41–51, 2018, original 1965.

DEMARTINI, Juliana. **Assessoria técnica continuada: desafios e possibilidades para a implementação de um programa público para as expressões do morar**. 2016. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2016.

FNHIS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – Manual de apresentação de propostas – Exercício 2008/2011.

FRASER, Nancy. **Fortunes of Feminism: from State-Managed Capitalism to Neoliberal Crisis**. London, UK., Verso, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FRIEDMANN, J. Empowerment: the politics of alternative development. Oxford, U.K.: Wiley-Blackwell, 1992.

FRIEDMANN, J. **Retracking America: a theory of transactive planning**. Albany, N.Y.: Anchor, 1973

FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO, Experiência de Regularização Fundiária na Rocinha – RJ, artigo para coletânea interna **Experiências de regularização fundiária no Brasil**, do Ministério das Cidades, sem data. Disponível em:

https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/Biblioteca/RegularizacaoFundiar/Experiencia_Regularizacao_Rocinha.pdf, acessado em 23/jan/2023.

FUNDAÇÃO BENTO RUBIÃO. **Cartilha Rocinha Mais Legal: uma questão de cidadania**. FBR: Rio de Janeiro, S/D.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Políticos e Sociais. **Déficit Habitacional do Brasil – Síntese**. Belo Horizonte, 1995.

GONÇALVES, Rafael Soares. **Favelas do Rio de Janeiro: história e direito**. Rio de Janeiro: Palas: Ed. PUC-Rio, 2013.

- GAGO, Veronica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.
- GRABOW, S. & HESKIN, A. Foundations for a Radical Concept of Planning. **Journal of The American Planning Association**, 39, 1973, p. 106-114.
- GUERREIRO, Isadora Andrade. **Habitação a contrapelo: As estratégias de produção do urbano dos movimentos populares durante o Estado Democrático Popular**. Tese de doutorado – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.
- HOOKS, bell. **Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra**. São Paulo: Elefante, 2019 (1).
- HOOKS, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019 (3)
- HOOKS, bell. **Teoria Feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019 (2).
- HUGUENIN, João Paulo Oliveira. **O território do homem comum: Constituição e apropriação cotidiana do espaço em cooperativas habitacionais**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- KAAP, Silke. **Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica**. In Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., São Paulo, v.20, n.2, p.221-236, 2018.
- KAAP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. In **Moradia e outras margens / vol. 2**. Belo Horizonte: MOM, 2021, p. 95-126.
- KONDROWSKA, Aleksandra Martyna. **Planejamento Participativo em Favelas no caso da elaboração do Plano Diretor da Rocinha**. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Arquitetura e Urbanismo. Rio de Janeiro: 2017.
- KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.
- KOWARICK, Lúcio. **Escritos Urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2000.
- LANDIM, Leilah. **As invenções das ONGS. Do serviço invisível à profissão impossível**. Tese de Doutorado em Antropologia Social – Museu Nacional – UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- LANDIM, Leilah; PEREIRA, Tatiana Dahmer. **Pensar com os outros – 50 anos de FASE: Trajetórias de uma organização da sociedade civil brasileira**. Rio de Janeiro: FASE, 2011.
- LEFEBVRE, Henri. *Níveis e Dimensões*, IN Lefebvre, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999 (original 1970), pp. 77 - 98.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.
- LEITÃO, Gerônimo; BARBOZA, Silvia; DELECAVE, Jonas. **Projeto Mutirão, Programas Favela-Bairro e Morar Carioca: três décadas de urbanização de favelas na Cidade do Rio de Janeiro**. III ENANPARQ, São Paulo, 2014, disponível em https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/SC/ORAL/SC-HDC-009_LEITAO_BARBOZA_DELECAVE.pdf, acessado em 10/abril/2023.
- LOPES, João Marcos de Almeida. **Sobre arquitetos e sem tetos: técnica e arquitetura como prática política**. Tese de Livre-docência - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos: 2011.

LOPES, João Marcos de Almeida. Nós, os arquitetos dos sem-teto | We, the architects of the homeless. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 20, n. 2, p. 237, 2018. DOI: 10.22296/2317-1529.2018v20n2p237. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5773>. Acesso em: 17 abr. 2023.

MACHADO, Ana Carolina; FREITAS, Caren; CANDIDO, Jéssica; SOUZA, Saney; BAPTISTA, Sílvia. **Mulheres em ação – resistências feministas e agroecológica: o direito de morar e plantar na zona oeste do Rio de Janeiro**. Anais do III CIFA – Colóquio Internacional Feminismo e Agroecologia – Vol 15, Nº. 3, 2020.

MANAIA, Danyella; GUERREIRO, Isadora. **A assessoria técnica na era da indeterminação: análise do caráter nacional da ATHIS (2015-2020)**. XIX ENANPUR: Blumenau, 2022.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. In Estudos Avançados, vol. 17, n. 48, São Paulo: USP, 2003.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1982, p. 71-93.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo. Boitempo. 2017.

MELLO, Irene de Queiroz e. **Trajatórias, cotidiano e utopias de uma ocupação no Centro do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

MIRANDA, Ana Clara Meirelles de. **Autogestão Habitacional no Rio de Janeiro: O acúmulo de experiências e a influência do Programa Minha Casa Minha Vida Entidades**. Dissertação de Mestrado, IPPUR, UFRJ – Rio de Janeiro, 2019.

MOREIRA, Fernanda Accioly. **O lugar da autogestão no Governo Lula**. Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. doi:10.11606/D.16.2009.tde-29032010-104912. Acesso em: 2023-04-28.

NÓBREGA JÚNIOR, Edson Diniz. **Memória e identidade dos moradores de Nova Holanda**. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2012.

NUNES, Amanda Azevedo. **Análise crítica do processo construtivo autogestionário de requalificação financiado pelo programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: estudo prático Manoel Congo**. Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Engenharia Civil, Escola Politécnica, UFRJ, 2019.

OLINGER, Marianna Pacheco. **Entre mercado e clientela, a manutenção do poder: urbanização de favelas no Rio de Janeiro 1993-2013**. Tese de Doutorado IPPUR – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2015.

OLIVEIRA, Francisco de. O vício da virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. In **Novos Estudos** 74, março-2006. São Paulo: CEBRAP, 2006, pp. 67-85.

PARREIRAS, Andre Orioli. **O lugar da arquitetura nas favelas, ou ao contrário: um debate estrutural**. Tese (Doutorado) – UFRJ/PROURB/Programa de Pós-Graduação em Urbanismo. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU, 2015.

PROPOSTA, número 26. Rio de Janeiro: FASE, 1981

PROPOSTA, número 29. Rio de Janeiro: FASE, 1986

ROCHA, Aline. **Políticas públicas federais para habitação popular e o projeto arquiteto de família: Estudo sobre o direito à Moradia Adequada e à Cidade.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro: 2017.

_____. **As transformações da favela via assistência técnica: a experiência do Morro Vital Brazil, Niterói/RJ.** In XVIII ENANPUR, Natal, 2019.

_____. **As contribuições de assistentes sociais para a assistência técnica à habitação de interesse social: experiências e subsídios analíticos para ações multidisciplinares.** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2022.

RONCONI, Reginaldo Nunes. **Habitações construídas com gerenciamento pelos usuários, com organização da força de trabalho em regime de mutirão: o Programa FUNAPS Comunitário.** Dissertação de mestrado, EESC, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1995.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Como e quando pode um arquiteto virar antropólogo?** In: VELHO, Gilberto (org). Rio de Janeiro, Editora Campus, 1980, p. 37-57.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. [1943-1989]. **Sementes Urbanas 2.** Org. Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva. – Niterói: Eduff; Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

SILVA, Henrique Brunno Rocha. **Reabilitação da Área Central do Rio de Janeiro: interfaces arquitetônicas e urbanísticas.** Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SILVA, Soraia Santos da. **Brás de pina: memória da experiência participativa na urbanização de uma favela.** III Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas – URBFAVELAS. Salvador, 2018.

SOLUÇÕES URBANAS, **Guia Soluções Urbanas para Habitação Saudável.** Rio de Janeiro: FINEP, 2013.

SOUSA, Rosa Gouvêa. **Memórias de trabalhadores do Vital Brazil: um diálogo entre a saúde e a comunidade.** Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais – Mestrado profissionalizante. Rio de Janeiro: FGV – CPDOC, 2009.

TAKEUTI, Carina; MACHADO, Danielle Carussi; FERRAZ, Marina Brito (ORG). **Relatório de avaliação econômica: Programa Arquitetos de Família – ONG Soluções Urbanas.** São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017. Disponível em https://redeitausocialdeavaliacao-producao.s3-sa-east-1.amazonaws.com/wp-content/uploads/42%20-%20Relat%C3%B3rio_de%20avalia%C3%A7%C3%A3o%20Arquitetos%20de%20Fam%C3%ADlia.pdf, acessado em 10/abril/2023.

TERRY, Tatiana. **Favela Quitinete: Transformações Sócio-Espaciais em favelas cariocas consolidadas e o caso de Rio das Flores/Rio Novo na Favela de Rio das Pedras – RJ.** Rio de Janeiro, 2021. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Urbanismo

(PROURB). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021

TOLEDO, Luiz Carlos; PEREIRA DA SILVA, Jonathas Magalhães; TÂNGARI, Vera Regina. **Derrubando os muros: planejamento participativo e integração social na comunidade da rocinha no Rio de Janeiro.** Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Belém: 2007.

VALLADARES, Licia do Prado. **A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais.** Rio de Janeiro: Revista brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, n°. 44, 2000.

_____. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com.** Rio de Janeiro: FGV, 2005.

_____. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

XIMENES, Luciana. **Ocupações na zona portuária do rio de janeiro: soluções de moradia e ações de resistência no contexto do projeto porto maravilha.** Monografia (Especialização em Sociologia Urbana) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ. Rio de Janeiro: 2017

YAMAGUTI, Alexander Syoei. **Pré-fabricação por ajuda mútua: conhecer, ensinar e aprender.** Dissertação (Mestrado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/D.16.2006.tde-03032010-145024. Acesso em: 2023-04-09.